

A photograph of an elderly woman with short, wavy blonde hair, wearing a striped cardigan and a pearl necklace. She is using a blue key to unlock a green slot on a machine. In the background, an elderly man with glasses and a blue shirt is holding a smartphone. The scene is indoors with warm lighting.

Demonstrações
financeiras consolidadas

Conteúdo

Informações gerais	166	28	Passivos subordinados	226	
Demonstração consolidada da posição financeira	167	29	Passivos contingentes	226	
Demonstração consolidada do rendimento	168	30	Reservas e lucros acumulados	227	
Demonstração consolidada do rendimento integral	169	31	Certificados Rabobank	228	
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio	170	32	Títulos de capital e Títulos fiduciários preferenciais III a IV	228	
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	171	33	Outras participações minoritárias	230	
Notas às demonstrações financeiras consolidadas	172	34	Receitas líquidas com juros	231	
1	Informações da sociedade	172	35	Rendimento líquido de honorários e comissões	231
2	Princípios contabilísticos	172	36	Rendimento de investimentos em associadas e joint ventures	231
3	Solvência e gestão de capital	188	37	Ganhos / (perdas) em ativos e passivos financeiros pelo justo valor através de lucros ou prejuízos	231
4	Exposição ao risco dos instrumentos financeiros	189	38	Outros proveitos operacionais líquidos	232
5	Segmentos de negócio	207	39	Custos com pessoal	232
6	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	213	40	Outras despesas administrativas	233
7	Aplicações em outras instituições de crédito	213	41	Depreciação	233
8	Ativos financeiros detidos para negociação	213	42	Encargos por imparidade dos empréstimos	234
9	Ativos financeiros designados pelo justo valor	214	43	Taxas reguladoras	234
10	Derivados	214	44	Tributação	234
11	Crédito a clientes	217	45	Transações com partes relacionadas	234
12	Ativos financeiros disponíveis para venda	218	46	Custos com auditoria externa	235
13	Investimentos em associadas e joint ventures	218	47	Remuneração dos membros do Conselho de Supervisão e do Conselho Executivo	235
14	Goodwill e outros ativos incorpóreos	220	48	Principais subsidiárias	237
15	Bens e equipamentos	221	49	Transferências de ativos financeiros e ativos financeiros fornecidos como garantia	238
16	Propriedades de investimento	221	50	Entidades estruturadas	238
17	Outros ativos	221	51	Acontecimentos após o período de relato	240
18	Ativos não correntes detidos para venda	222	52	Relatório da Administração sobre o controlo interno relativo aos relatórios financeiros	240
19	Depósitos de bancos	222	53	Aprovação do Conselho de Supervisão	240
20	Depósitos de clientes	222		Relatório de auditoria independente	241
21	Títulos de dívida em circulação	222		Relatório de garantia de auditoria independente	249
22	Ativos financeiros detidos para negociação	223			
23	Passivos financeiros designados pelo justo valor	223			
24	Outros passivos	223			
25	Provisões	223			
26	Impostos diferidos	224			
27	Benefícios aos Empregados	225			

Informações gerais

O Rabobank é um fornecedor internacional de serviços financeiros que opera com base em princípios cooperativos. Oferece serviços no setor da banca de retalho, banca grossista, leasing e serviços imobiliários. Conta com aproximadamente 8,7 milhões de clientes em todo o mundo. O Grupo Rabobank é composto pelo Coöperatieve Rabobank U.A. (Rabobank) e pelas subsidiárias consolidadas nos Países Baixos e em outros países. Está empenhado em contribuir de forma substancial para o bem-estar e a prosperidade nos Países Baixos, bem como em fomentar a sustentabilidade a nível mundial.

O Rabobank coloca os interesses e as ambições dos nossos clientes e membros em primeiro lugar. Com aproximadamente dois milhões de membros, o Rabobank é uma das maiores cooperativas nos Países Baixos. Os nossos membros são mais do que apenas clientes. Têm uma voz nas decisões sobre a direção estratégica do banco.

Endereço:

Croeselaan 18

P.O. Box 17100 3500 HG Utrecht

Países Baixos

Número na Câmara do Comércio: 30046259

www.rabobank.com

Demonstração consolidada da posição financeira

Demonstração consolidada da posição financeira				
<i>Amounts in millions of euros</i>	<i>Note</i>	<i>31 December 2016</i>	<i>31 December 2015¹</i>	<i>1 January 2015²</i>
Assets				
Cash and balances at central banks	6	84.405	64.943	43.409
Loans and advances to banks	7	25.444	32.434	45.962
Financial assets held for trading	8	2.585	3.472	4.279
Financial assets designated at fair value	9	1.321	2.196	4.325
Derivatives	10	42.372	48.113	56.489
Loans and advances to customers	11	452.807	465.993	472.037
Available-for-sale financial assets	12	34.580	37.773	39.770
Investments in associates and joint ventures	13	2.417	3.672	3.807
Goodwill and other intangible assets	14	1.089	1.493	2.059
Property and equipment	15	4.590	7.765	7.148
Investment properties	16	293	381	452
Current tax assets		171	193	211
Deferred tax assets	26	2.360	2.390	2.501
Other assets	17	7.878	7.854	8.502
Non-current assets held for sale	18	281	155	327
Total assets		662.593	678.827	691.278
Liabilities				
Deposits from banks	19	22.006	19.038	18.066
Deposits from customers	20	347.712	345.884	336.409
Debt securities in issue	21	159.342	174.991	189.060
Financial liabilities held for trading	22	739	573	1.324
Financial liabilities designated at fair value	23	16.520	16.991	19.744
Derivatives	10	48.024	54.556	66.236
Other liabilities	24	8.432	8.323	8.228
Provisions	25	1.546	993	794
Current tax liabilities		269	203	228
Deferred tax liabilities	26	618	575	473
Subordinated liabilities	28	16.861	15.503	11.928
Total liabilities		622.069	637.630	652.490
Equity				
<i>Reserves and retained earnings</i>	30	25.821	25.623	24.811
<i>Equity instruments issued by Rabobank</i>				
Rabobank Certificates	31	5.948	5.949	5.931
Capital Securities	32	7.636	7.826	6.349
		13.584	13.775	12.280
<i>Non-controlling interests</i>				
Instrumentos de capital próprio emitidos por subsidiárias				
Capital Securities	32	185	176	181
Trust Preferred Securities III to IV	32	409	1.131	1.043
Other non-controlling interests	33	525	492	473
		1.119	1.799	1.697
Total equity		40.524	41.197	38.788
Total equity and liabilities		662.593	678.827	691.278

1 Valores do exercício anterior ajustados devido a alterações na apresentação e a uma reformulação (ver nota 2.1).

2 1 de janeiro de 2015 é equivalente a 31 de dezembro de 2014 (conforme publicado nas demonstrações financeiras consolidadas de 2015) após a atualização e reformulação e as alterações na apresentação (ver nota 2.1).

Demonstração consolidada do rendimento

Consolidated statement of income			
<i>For the year ended 31 December</i>			
<i>in millions of euros</i>	<i>Note</i>	<i>2016</i>	<i>2015¹</i>
Interest income	34	16.438	17.593
Interest expense	34	7.695	8.454
Net interest income	34	8.743	9.139
Fee and commission income	35	2.177	2.127
Fee and commission expense	35	259	235
Net fee and commission income	35	1.918	1.892
Income from investments in associates and joint ventures	36	106	351
Gains/ (losses) on financial assets and liabilities at fair value through profit or loss	37	547	603
Gains/ (losses) on available-for-sale financial assets	12	87	148
Other net operating income	38	1.404	881
Income		12.805	13.014
Staff costs	39	4.521	4.786
Other administrative expenses	40	3.635	2.916
Depreciation	41	438	443
Operating expenses		8.594	8.145
Impairment losses on goodwill and investments in associates	13,14	700	623
Loan impairment charges	42	310	1.033
Regulatory levies	43	483	344
Operating profit before tax		2.718	2.869
Income tax	44	694	655
Net profit		2.024	2.214
Of which attributed to Rabobank		749	880
Of which attributed to holders of Rabobank Certificates		387	387
Of which attributed to Capital Securities issued by Rabobank		762	794
Of which attributed to Capital Securities issued by subsidiaries		15	15
Of which attributed to Trust Preferred Securities III to IV		47	63
Of which attributed to other non-controlling interests	33	64	75
Net profit for the year		2.024	2.214

1 Valores do exercício anterior ajustados devido a alterações na apresentação (ver nota 2.1).

Demonstração consolidada do rendimento integral

Consolidated statement of comprehensive income			
<i>For the year ended 31 December</i>			
<i>in millions of euros</i>	<i>Note</i>	<i>2016</i>	<i>2015</i>
Net profit for the year		2.024	2.214
<i>Other comprehensive income transferred to profit or loss if specific conditions are met, net of tax:</i>			
Exchange differences on translation of foreign operations	30	248	31
Changes in the fair value of available-for-sale financial assets	30	24	(75)
Cash flow hedges	30	(31)	(50)
Share of other comprehensive income of associates and joint ventures	30	18	(79)
Other	30	(2)	-
<i>Other comprehensive income not to be transferred to profit or loss, net of tax:</i>			
Remeasurements of post-employee benefit obligations	30	(53)	18
Share of other comprehensive income of associates and joint ventures	30	7	3
Fair value changes due to own credit risk on financial liabilities designated at fair value	30	(365)	-
Total comprehensive income		(154)	(152)
Total comprehensive income		1.870	2.062
Of which attributed to Rabobank		575	738
Of which attributed to holders of Rabobank Certificates		387	387
Of which attributed to Capital Securities issued by Rabobank		762	794
Of which attributed to Capital Securities issued by subsidiaries		15	15
Of which attributed to Trust Preferred Securities III to IV		47	63
Of which attributed to other non-controlling interests		84	65
Total comprehensive income		1.870	2.062

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio

Consolidated statement of changes in equity

in millions of euros	Note	Reserves and retained earnings	Equity instruments issued by Rabobank	Non-controlling interests		Total
				Equity instruments issued by subsidiaries	Other	
Balance on 1 January 2016		25.623	13.775	1.307	492	41.197
Net profit for the period		1.960	-	-	64	2.024
Other comprehensive income	30	(174)	-	-	20	(154)
Total comprehensive income		1.786	-	-	84	1.870
Payments on Rabobank Certificates		(387)	-	-	-	(387)
Payments on Trust Preferred Securities III to IV		(47)	-	-	-	(47)
Payments on Capital Securities issued by subsidiaries		(15)	-	-	-	(15)
Payments on Capital Securities issued by Rabobank		(829)	-	-	-	(829)
Redemption of Trust Preferred Securities III	32	-	-	(716)	-	(716)
Issue of Capital Securities	32	-	1.250	-	-	1.250
Cost of issue of Capital Securities		-	(9)	-	-	(9)
Redemption of Capital Securities	32	(316)	(1.437)	-	-	(1.753)
Change in Rabobank Certificates during the period		-	(1)	-	-	(1)
Other		6	6	3	(51)	(36)
Balance on 31 December 2016		25.821	13.584	594	525	40.524
Balance on 1 January 2015		24.894	12.280	1.224	473	38.871
Adjustment opening balance ¹		(83)	-	-	-	(83)
Restated amount on 1 January 2015		24.811	12.280	1.224	473	38.788
Net profit for the period		2.139	-	-	75	2.214
Other comprehensive income	30	(142)	-	-	(10)	(152)
Total comprehensive income		1.997	-	-	65	2.062
Payments on Rabobank Certificates		(387)	-	-	-	(387)
Payments on Trust Preferred Securities III to IV		(63)	-	-	-	(63)
Payments on Capital Securities issued by subsidiaries		(15)	-	-	-	(15)
Payments on Capital Securities issued by Rabobank		(787)	-	-	-	(787)
Issue of Capital Securities	31	-	1.500	-	-	1.500
Cost of issue of Capital Securities	32	-	(12)	-	-	(12)
Change in Rabobank Certificates during the period		-	18	-	-	18
Other		67	(11)	83	(46)	93
Balance on 31 December 2015		25.623	13.775	1.307	492	41.197

1 Valores do exercício anterior ajustados devido à reformulação (ver nota 2.1).

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Consolidated statement of cash flows			
<i>For the year ended 31 December</i>			
<i>in millions of euros</i>	<i>Note</i>	<i>2016</i>	<i>2015</i>
Cash flows from operating activities			
Operating profit before tax		2.718	2.869
Adjusted for:			
<i>Non-cash items recognised in operating profit before taxation</i>			
Depreciation	41	438	443
Depreciation of operating lease assets and investment properties	15,16	978	1.013
Loan impairment charges	42	310	1.033
Impairment on property and equipment	15	112	-
Result on disposal of property and equipment		(35)	(11)
Income from investments in associates and joint ventures	36	(106)	(351)
Income from disposal of subsidiaries		(242)	(15)
Impairment losses on goodwill and investments in associates	14	700	623
Gains/ (losses) on financial assets and liabilities at fair value through profit or loss	37	(547)	(603)
Gains/(losses) on available-for-sale financial assets	12	(87)	(148)
Provisions	25	1.034	542
Capitalised costs self-developed software and other assets		(102)	(150)
<i>Net change in operating assets</i>			
Loans to and deposits from banks	7, 19, 42	9.958	15.734
Financial assets held for trading	8, 37	1.175	971
Derivatives	10	5.740	8.376
Net change in financial assets and liabilities designated at fair value	9, 23	663	(185)
Loans and advances to customers	11, 42	12.712	2.042
Acquisition of available-for-sale financial assets	12	(5.371)	(6.219)
Proceeds from the sale and repayment of available-for-sale financial assets		8.768	8.431
Dividends received from associates and financial assets		140	75
<i>Net change in liabilities relating to operating activities</i>			
Derivatives	10	(6.531)	(11.680)
Financial liabilities held for trading	22	166	(751)
Deposits from customers	20	1.829	11.305
Debt securities in issue	21	(15.649)	(14.069)
Outros passivos	24	(1)	3
Income tax paid		(321)	(371)
Other changes		2.794	(847)
Net cash flow from operating activities		21.243	18.060
<i>Cash flows from investing activities</i>			
Acquisition of associates net of cash and balances at central banks acquired	13	(75)	(37)
Proceeds from disposal of associates net of cash and balances at central banks		238	44
Proceeds from disposal of subsidiaries net of cash and balances at central banks		1.100	-
Acquisition of property and equipment and investment properties	15, 16	(2.262)	(2.513)
Proceeds from the disposal of property and equipment and investment properties		796	813
Net cash flow from investing activities		(203)	(1.693)
<i>Cash flows from financing activities</i>			
Purchase of Rabobank Certificates	31	(357)	(980)
Sale of Rabobank Certificates		356	998
Issue of Capital Securities (including costs)		1.241	1.488
Redemption of Trust Preferred Securities III		(716)	-
Payments on Rabobank Certificates, Trust Preferred Securities III to IV and Capital Securities		(1.128)	(1.252)
Payments on Senior Contingent Notes		(86)	(86)
Redemption of Capital Securities	32	(1.437)	-
Proceeds from the issue of subordinated liabilities		1.417	2.966
Redemption of subordinated liabilities		(63)	(3)
Net cash flow from financing activities		(773)	3.131
Net change in cash and balances at central banks		20.267	19.498
Cash and balances at central banks at the beginning of the year		64.943	43.409
Exchange rate differences on cash and balances at central banks		(805)	2.036
Cash and balances at central banks at the end of the year		84.405	64.943
The cash flows from interest are included in the net cash flow from operating activities			
Interest received		16.587	17.693
Interest paid		7.697	8.702

Notas às demonstrações financeiras consolidadas

1 Informações da sociedade

Em 1 de janeiro de 2016, os 106 Rabobanks locais e o Coöperatieve Centrale Raiffeisen-Boerenleenbank B.A. foram legalmente fundidos e o nome de Coöperatieve Centrale Raiffeisen-Boerenleenbank B. A. alterado para Coöperatieve Rabobank U.A. A fusão legal não tem impacto sobre os valores consolidados, uma vez que os Rabobanks locais sempre foram consolidados nas demonstrações financeiras do Grupo Rabobank.

As demonstrações financeiras consolidadas do Rabobank incluem as informações financeiras do Coöperatieve Rabobank U.A., assim como as das empresas do grupo.

2 Princípios contabilísticos

Os principais princípios contabilísticos utilizados na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas são explicados abaixo.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas do Rabobank foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") tal como adotadas pela União Europeia. As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com base nos princípios contabilísticos descritos nesta secção. Salvo indicação em contrário, os ativos e passivos são contabilizados com base no custo histórico e todos os valores nestas demonstrações financeiras são em milhões de euros.

Normas novas e alteradas emitidas pelo IASB e adotadas pela União Europeia que são aplicáveis ao exercício em análise

Adoção antecipada de uma parte específica da IFRS 9 sobre o justo valor dos passivos financeiros designados pelo justo valor através de lucros ou prejuízos

De acordo com o ponto 7.1.2 da IFRS 9 ("Instrumentos Financeiros"), uma entidade pode adotar antecipadamente o requisito de apresentar alterações no justo valor dos passivos financeiros designados pelo justo valor através de lucros ou prejuízos que são atribuíveis a alterações no risco de crédito em outro rendimento integral ('OCI'). O Rabobank optou por adotar antecipadamente este requisito na IFRS 9 para o ajuste do crédito próprio incluído na valorização de passivos financeiros designados pelo justo valor através de

lucros ou prejuízos, que consiste principalmente na carteira de obrigações estruturadas. A exclusão de alterações no justo valor resultantes de alterações no risco de crédito próprio da demonstração do resultado significa que o Rabobank deixará de reportar lucros ou prejuízos quando a credibilidade do Rabobank mudar. Como resultado da adoção antecipada deste requisito na IFRS 9, as alterações do justo valor resultantes do risco de crédito próprio são contabilizadas no OCI no capital próprio (líquido de impostos) em oposição à demonstração do resultado. Quando os passivos financeiros designados pelo justo valor através de lucros ou prejuízos são desreconhecidos (por exemplo, devido a recompras), o ajuste acumulado do risco de crédito próprio permanece no capital próprio e é reclassificado de OCI para lucros acumulados no final de cada período de relato, sem ser reciclado para a demonstração do resultado.

A adoção antecipada para relatar o ajuste do crédito próprio em passivos financeiros designados pelo justo valor através de lucros ou prejuízos no OCI foi aplicada pelo Rabobank a partir de 1 de janeiro de 2016. Os dados comparativos não foram reajustados. As diferenças foram registradas no balanço de abertura em 1 de janeiro de 2016, da seguinte forma:

Impact of early adoption of IFRS 9 at 1 January 2016	
<i>in millions of euros</i>	
Revaluation reserve – Fair value changes due to own credit risk on financial liabilities designated at fair value	
Closing balance as at 31 December 2015	-
Reclassification from retained earnings	62
Opening balance as at 1 January 2016	62
Retained earnings	
Closing balance as at 31 December 2015	25,399
Reclassification of own credit adjustment on financial liabilities designated at fair value	(62)
Opening balance as at 1 January 2016	25,337

Em 2016, o Rabobank reconheceu uma perda de 365 (líquido de impostos) em OCI referente a alterações no justo valor em passivos financeiros designados pelo justo valor através de lucros ou prejuízos resultantes de alterações no risco de crédito próprio. Como resultado, o lucro líquido em 2016 teria diminuído em 365 se o Rabobank não tivesse decidido adotar antecipadamente este elemento da IFRS 9. Em 2016, 0 foi reclassificado do OCI para lucros acumulados como resultado do desreconhecimento de passivos financeiros designados pelo justo valor através de lucros ou prejuízos. Não houve outras alterações na classificação e mensuração de passivos financeiros designados pelo justo valor.

Melhoramentos das Normas Internacionais de Relato Financeiro, ciclo de 2012-2014

Em 25 de setembro de 2014, o Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (IASB), no âmbito do seu processo de melhoria periódica, destinado a simplificar e clarificar as normas, começou a publicar as melhorias anuais no ciclo das Normas Internacionais de Relato Financeiro 2012-2014 ("as melhorias anuais"). O objetivo dos melhoramentos é abordar questões não urgentes, mas necessárias, discutidas pelo IASB durante o ciclo do projeto, em áreas de inconsistências nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) e nas Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) ou em situações de redação ambígua. Estes melhoramentos foram aplicados em 1 de janeiro de 2016 e não têm qualquer impacto sobre o lucro ou o capital próprio.

Emendas à IAS 1: Iniciativa de divulgação

O objetivo das emendas era conseguir uma provisão de informações mais eficiente, incentivar as empresas a procurar aconselhamento profissional para determinar que informações devem ser fornecidas nas demonstrações financeiras anuais quando é aplicada a IAS 1. Esta emenda foi aplicada em 1 de janeiro de 2016 e não tem qualquer impacto sobre o lucro ou o capital próprio.

Emendas à IAS 16 e à IAS 38: Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização

Em 12 de maio de 2014, o Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) publicou emendas à IAS 16 Ativos imobilizado corpóreos e à IAS 38 Ativos incorpóreos. Estas emendas foram introduzidas com o título Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação Uma vez que existem várias práticas diferentes, torna-se necessário esclarecer se é apropriado implementar métodos baseados em receitas para calcular a depreciação de um ativo. Esta emenda foi aplicada em 1 de janeiro de 2016 e não tem qualquer impacto sobre o lucro ou o capital próprio.

Emendas à IFRS 10, IFR 12 e IAS 28: Entidades de investimento: Aplicação da Exceção de Consolidação

Trata-se de esclarecimentos de âmbito restrito de orientação, especificamente relativos às entidades de investimento. Uma vez que o Rabobank não é uma entidade de investimento, estas emendas não têm qualquer efeito sobre as demonstrações financeiras consolidadas.

Emendas à IFRS 11: Contabilização da Aquisição de Participações em Operações Conjuntas

Estas emendas oferecem novas diretrizes sobre o processamento administrativo de uma aquisição de uma participação numa operação empresarial conjunta, em que esta operação da operação empresarial conjunta constitui uma empresa. Esta emenda foi aplicada em 1 de janeiro de 2016 e não tem qualquer impacto sobre o lucro ou o capital próprio.

Normas novas e alteradas emitidas pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) e adotadas pela União Europeia que não se aplicam ainda no exercício em curso

IFRS 9 Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB publicou a IFRS 9 Instrumentos Financeiros em substituição da IAS 39 Instrumentos Financeiros. Reconhecimento e mensuração. A nova norma entra em vigor em 1 de janeiro de 2018 e é endossada pela UE em 22 de novembro de 2016. A IFRS, particularmente os requisitos de imparidade, levará a alterações significativas na contabilização de instrumentos financeiros.

Classificação e mensuração

Os ativos financeiros são classificados e mensurados de duas formas: a forma como são administrados pelo Rabobank e o tipo de fluxos de caixa contratuais desses ativos. Ambas são utilizadas para determinar se os ativos financeiros são incluídos pelo custo amortizado, o justo valor com ajustes nos valores dos mesmos processados através de outros rendimentos integrais ("FVOCI") ou através do resultado ("FVTPL"). Em muitos casos, a classificação e a mensuração estarão em consonância com a IAS 39, mas pode haver desvios em relação a derivados embutidos e a instrumentos de capital próprio. Praticamente não há alterações no processamento de passivos financeiros, com exceção de certos passivos pelo justo valor, onde os resultados devem ser incluídos em outros rendimentos integrais devido a alterações no próprio risco de crédito do Rabobank. O Rabobank optou por adotar antecipadamente esta parte específica da IFRS 9 sobre o justo valor dos passivos financeiros designados pelo justo valor através de lucros ou prejuízos.

Imparidades – Requisitos

As normas que regulam imparidades aplicam-se a ativos financeiros pelo custo amortizado e ativos financeiros pelo justo valor através de outros rendimentos integrais (FVOCI), bem como a montantes a receber através de locação, determinados compromissos de empréstimos e garantias financeiras. No reconhecimento inicial é retirada uma provisão para o montante das perdas esperadas com créditos de possíveis incumprimentos nos próximos 12 meses ("futuras perdas de crédito esperadas (ECL) a 12 meses"). No caso de o risco de crédito ter aumentado significativamente desde a origem (mas permanecer em imparidade sem crédito), será necessária uma provisão para o valor que equivale às perdas de crédito esperadas decorrentes de possíveis incumprimentos durante a vida útil esperada do ativo financeiro (ECL Vitalícia). Na circunstância de o instrumento financeiro ficar em imparidade no que respeita ao crédito, pelo crédito, a provisão permanecerá na ECL Vitalícia. No entanto, para esses instrumentos, as receitas de juros serão reconhecidas pela aplicação da taxa de juros efetiva ao montante contabilístico líquido (incluindo a provisão para perdas). Os instrumentos financeiros ficam em imparidade quanto ao crédito quando tiverem ocorrido um ou mais eventos com um impacto prejudicial sobre os futuros fluxos de caixa estimados.

As perdas esperadas com créditos num instrumento devem ter por base um montante imparcial ponderado pela sua probabilidade que é determinado pela avaliação de um conjunto de resultados possíveis e razoáveis e deve refletir as informações disponíveis sobre as condições atuais e as previsões de condições económicas futuras, como o crescimento do produto interno bruto, taxas de desemprego, taxas de juros, etc.

Imparidades – Diferenças com a metodologia atual da IAS 39 A metodologia de imparidade IAS 39 tem por base um modelo de "perdas incorridas", o que significa que uma provisão é determinada quando um instrumento está em imparidade quanto ao crédito, ou seja, quando ocorreu um evento de perda que teve um impacto prejudicial sobre os futuros fluxos de caixa estimados. Tal está em linha com a ECL Vitalícia – categoria Imparidade quanto ao crédito da IFRS 9. No entanto, dentro do quadro de perdas de crédito esperadas da IFRS 9, toda a carteira de instrumentos financeiros recebe uma provisão através das adições das categorias ECL a 12 meses e ECL Vitalícia - categorias Imparidade sem crédito. Geralmente, tal leva a aumentos nas provisões gerais de níveis.

Imparidades – Conceitos-chave e respetiva implementação no Rabobank

Dois fatores fundamentais dos requisitos de imparidade da IFRS 9 são a) a metodologia para a mensuração das Perdas de Crédito Estimadas a 12 meses e Vitalícias e b) os critérios utilizados para determinar se deve ser aplicada uma ECL a 12 meses, uma ECL Vitalícia com imparidade sem crédito ou uma ECL Vitalícia com imparidade de crédito, o que também é referido como critérios de determinação da fase.

a) Método para determinar perdas esperadas com créditos (ECL)

Por forma a determinar as perdas esperadas com créditos, o Rabobank utilizará os modelos de Probabilidade de Incumprimento (PD) x Perda Dado o Incumprimento (LGD) x Exposição Dado o Incumprimento (EAD) para a maior parte da carteira dentro do âmbito. Os modelos de risco de crédito em vigor para fins regulatórios, modelos de Abordagem Avançada Baseada em Notações Internas (AABNI), funcionarão como base para esses modelos de ECL, uma vez que estão enraizados no processo atual (de crédito). No entanto, como esses modelos contêm elementos prudenciais, como o conservadorismo, e de abrandamento, através das estimativas do ciclo haverá uma sobreposição sobre esses modelos AABNI para eliminar quaisquer elementos prudenciais e incorporar os elementos exigidos pela IFRS 9, tais como estimativas pontuais, parâmetros vitalícios, etc. As previsões posteriores de múltiplas condições económicas futuras (cenários macroeconómicos) serão incorporadas nos modelos ECL e ponderadas em termos de probabilidade para determinar as perdas de crédito esperadas.

A definição padrão utilizada para fins contabilísticos é a mesma usada para fins regulatórios.

b) Critérios de determinação de fase

Por forma a atribuir os instrumentos financeiros em causa pelas categorias ECL a 12 meses (também denominada 'Fase 1'), ECL Vitalícia com imparidade sem crédito (também denominada 'Fase 2') e ECL Vitalícia com imparidade de crédito (também denominada 'Fase 3'), foi desenvolvido um quadro de fatores qualitativos e quantitativos. Como a definição de imparidade de crédito usada para fins da IFRS 9 está em linha com a definição padrão utilizada para fins regulatórios, a carteira da fase 3 é igual à carteira em incumprimento. Os critérios para atribuição de um instrumento financeiro à fase 3 estão, portanto, totalmente em linha com os critérios de atribuição de um estatuto em incumprimento, por exemplo, 90 dias de atraso no pagamento ou o devedor ficar numa situação em que será improvável pagar as suas obrigações de crédito sem o recurso ao banco. Para a alocação de instrumentos financeiros às fases 1 e 2 são utilizados critérios atualmente aplicados no processo de crédito, como dias de atraso no pagamento e gestão especial de ativos. Além disso, são usados critérios quantitativos em relação à probabilidade de incumprimento, onde um instrumento financeiro é alocado à fase 2 quando um aumento na probabilidade média ponderada de incumprimento desde a origem excede um limite predefinido.

Imparidades – Impacto esperado

Com a introdução da IFRS 9, espera-se que os níveis de provisão aumentem devido à adição das categorias Fase 1 e Fase 2, que são reconhecidas em instrumentos financeiros que não preenchiam anteriormente os critérios para ter a atribuição de uma provisão nos termos da IAS 39. Posteriormente, tal leva a uma descida no capital próprio (líquido de impostos sobre o rendimento). No entanto, o aumento nos níveis de provisões devido à adição das Fases 1 e 2 é compensado pela emissão da atual provisão IAS 39 para perdas Incorridas Mas Não Relatadas (IBNR), o que compensa parcialmente o aumento geral. Atualmente, o Rabobank está ainda no processo de desenvolver modelos ECL. Neste momento, estes ainda não foram concluídos e validados. Para a maior parte da carteira do portfólio, atualmente não é possível fazer uma estimativa fidedigna do impacto quantitativo da IFRS 9 sobre o lucro ou o capital próprio à dada de adoção. Esperamos divulgar um impacto quantitativo sobre a IFRS 9 nas nossas demonstrações financeiras provisórias de 2017.

Imparidades – Impacto esperado - Planeamento de Capital

Uma vez que o capital próprio da IFRS, incluindo os lucros acumulados, é a base para determinar Common Equity Tier 1 (CET1), qualquer redução no capital próprio da IFRS deverá também ter um impacto negativo sobre o Common Equity Tier 1. No entanto, para os bancos IRB Advanced, a relação entre o capital próprio da IFRS e o Common Equity Tier 1 é efetuada pela regulamentação atual sobre o 'Défice IRB com Perdas Esperadas'. O défice IRB representa a diferença entre 1) as provisões determinadas para fins contabilísticos e 2) as provisões (ou perdas esperadas) determinadas nos termos da abordagem IRB. Nos casos em que (1) é mais baixo do que (2) existe um défice e

é feita uma dedução adicional do capital próprio da IFRS por forma a atingir o Common Equity Tier 1. Note-se que o motivo para um défice IRB se deve em grande parte ao conservadorismo aplicado à abordagem IRB, como a aplicação de fatores de abrandamento económico aos valores de garantia (também denominado Fator de Abrandamento de Perda Dado o Incumprimento). A diminuição no capital próprio da IFRS (devido à introdução da IFRS 9) e o impacto resultante dessa diminuição sobre o Common Equity Tier 1 é parcialmente compensada pela dedução correspondente do défice IRB. Para o Rabobank, espera-se que o défice IRB limite o impacto no Common Equity Tier 1 – com base nos níveis de défice IRB de 2016 e no ambiente económico geral no final de 2016.

Os regulamentos relativos ao tratamento regulatório das provisões contabilísticas, incluindo a fase de implementação de um impacto importante negativo, estão atualmente a ser revistos pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia.

Contabilidade de cobertura - Requisitos

A contabilidade de cobertura é uma opção que a IFRS oferece para atenuar as variações dos lucros e prejuízos causadas por diferenças de mensuração e classificação entre empréstimos concedidos e dívida emitida mensurada pelo custo amortizado, ativos mensurados pelo justo valor através de OCI (artigos cobertos) e derivados relacionados de cobertura mensurados pelo justo valor através de lucros e prejuízos (derivados de cobertura). Os ativos e passivos mensurados pelo custo amortizado são reavaliados para as variações do justo valor devido ao risco coberto. Para os ativos mensurados pelo justo valor através do OCI, as variações do justo valor devido ao risco coberto nos ativos reconhecidos no OCI são reclassificadas para os lucros e prejuízos. Numa cobertura de fluxo de caixa, as variações de justo valor do derivado são contabilizadas na reserva de cobertura de fluxo de caixa (parte efetiva apenas).

Contabilidade de cobertura – Diferenças com metodologia atual da IAS 39

As principais diferenças entre a IAS 39 e a IFRS 9 para micro-contabilidade de cobertura são que a IFRS 9 não permite a des-designação voluntária da relação de cobertura e já não prescreve um intervalo específico de teste de eficácia (IAS 39: 80-125%). Além disso, a IAS 39 não possui uma solução de contabilidade específica para a contabilidade de cobertura com swaps cambiais (base na moeda) quando usados como instrumentos de cobertura, contrariamente à IFRS 9.

De acordo com a IFRS 9, os spreads com base na moeda são considerados como custos de cobertura e as alterações no justo valor causadas pelo spread com base na moeda podem ser reconhecidas através do OCI.

Contabilidade de cobertura – Impacto esperado

Atualmente, o Rabobank está no processo de explorar se deve continuar com a IAS 39 ou passar para a IFRS 9 para que a contabilidade de micro-cobertura beneficie do tratamento

específico com base na moeda na IFRS 9 em 1 de janeiro de 2018.

Estimamos poder designar relações de contabilidade de micro-cobertura mais eficazes com swaps de moedas cruzadas, de acordo com a IFRS 9, e reduzir a volatilidade dos lucros e prejuízos causada pela base na moeda, o que será registado no OCI.

A IFRS 9 não oferece uma solução para a contabilidade de cobertura da carteira e o Rabobank irá utilizar a opção que a IFRS 9 fornece para continuar a aplicar a IAS 39 para a contabilidade de cobertura da carteira.

Aplicação

As normas que regem a classificação, mensuração e imparidades serão aplicadas retrospectivamente, através de emendas ao balanço de abertura em 1 de janeiro de 2018. Não há qualquer obrigação de emendar os dados comparativos.

IFRS 15 Receitas de Contratos com Clientes

Em maio de 2014, o IASB emitiu a IFRS 15 "Receitas de Contratos com Clientes". A data original de entrada em vigor da IFRS 15 foi adiada por um ano e a norma é agora efetiva para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018 com a possibilidade de aplicação antecipada. A IFRS 15 fornece uma abordagem baseada em princípios para o reconhecimento de receitas e introduz o conceito de reconhecer receitas de obrigações conforme elas estão satisfeitas.

A norma deve ser aplicada retrospectivamente, com certos expedientes práticos. A norma não se aplica a instrumentos financeiros, contratos de seguros ou contratos de locação. O Rabobank não finalizou a investigação do impacto sobre as demonstrações financeiras e os expedientes práticos, mas a avaliação atual é que esta nova norma não terá um impacto significativo sobre o lucro ou o capital próprio.

Novas normas emitidas pelo IASB mas ainda não endossadas pela União Europeia

IFRS 16 Locações

Em janeiro de 2016, o IASB emitiu a IFRS 16 'Locações' com uma data efetiva de períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019. A IFRS 16 resulta em locatários que contabilizam a maior parte das locações no âmbito da norma, de uma forma semelhante àquela em que as locações financeiras são atualmente contabilizadas de acordo com a IAS 17 'Locações'. Os locatários irão reconhecer no balanço um ativo com "direito de utilização" e um passivo financeiro correspondente. O ativo será amortizado ao longo da duração da locação e o passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado. A contabilização do locador permanece substancialmente a mesma que na IAS 17. O Rabobank está de momento a avaliar o impacto desta norma.

IFRS 14 Contas Regulatórias Diferidas

A Comissão Europeia decidiu não iniciar o processo de aprovação desta norma provisória e aguardar a norma final.

Outras emendas à IFRS

Houve pequenas emendas à IFRS 2, IFRS 15, IAS 12 e IAS 7.

Embora estes novos requisitos estejam de momento a ser analisados e o seu impacto não seja ainda conhecido, o Rabobank não espera que a implementação destas outras normas tenha um impacto significativo sobre o lucro líquido ou o capital próprio.

Outras alterações nos princípios contabilísticos e apresentação

Alterações na apresentação

IFRS 32 "Instrumentos Financeiros: Apresentação"

prescreve que um ativo e um passivo financeiros devem ser compensados no caso de existir um direito legalmente executável simultâneo de compensação e uma "intenção de liquidar numa base líquida". O Rabobank possui o direito legalmente executável (por contrato) para compensar os montantes nos termos de um acordo de cash pooling nocional, bem como a intenção de liquidar numa base líquida. A IFRS é baseada em princípios e não prescreve a forma como é comprovada a intenção de liquidar numa base líquida. O Rabobank aplica certas práticas para comprovar que é cumprido o requisito de "intenção de liquidar numa base líquida". Em abril de 2016, o Comité de Interpretação das IFRS ("IFRIC") publicou uma Notificação de Recusa da Agenda sobre a compensação nos balanços de produtos de cash pooling nocional. O assunto diz respeito à questão de saber se certos acordos de cash pooling cumprem os requisitos de compensação de acordo com a IAS 32. A IFRIC forneceu esclarecimentos adicionais de que a transferência de saldos para uma conta de compensação deveria ocorrer no final do período para demonstrar uma intenção de liquidação numa base líquida. Em resultado da Notificação de Recusa da Agenda, os valores comparáveis foram ajustados pela reversão da compensação ocorrida em 2015. O Crédito a clientes e os depósitos de clientes aumentaram em 8.291 milhões de EUR em dezembro de 2015 e em 10.121 milhões em 1 de janeiro de 2015. No segundo semestre de 2016, o Rabobank reavaliou os seus contratos de cash pooling, também à luz do esclarecimento da IFRIC e dos requisitos da IFRS em torno da unidade de contas. Esta análise mostrou que os contratos são qualificados para contabilidade de unidade de contas. O montante envolvido em 31 de dezembro de 2016 é de 4.989 milhões de EUR. Os produtos de inventário estruturados foram reclassificados a partir de outros ativos para empréstimos a clientes em 31 de dezembro de 2015 por um montante de 418 milhões de EUR. Esta alteração resulta num melhor alinhamento com a medida em que os riscos e recompensas das commodities subjacentes são transferidos.

Os resultados na venda das empresas do grupo são classificados como outros proveitos operacionais líquidos. Os valores comparativos foram ajustados. Os proveitos de 176 Relatório Anual do Rabobank

investimentos em empresas associadas e joint ventures passou de 366 milhões de EUR para 351 milhões de EUR e os outros proveitos operacionais líquidos passaram de 866 milhões de EUR para 881 milhões de EUR. Os outros rendimentos de honorários e comissões e despesas em 31 de dezembro de 2015 foram ajustados em 50 milhões de EUR cada. O rendimento líquido de honorários e comissões manteve-se inalterado. Na medida em que outras percepções motivaram uma reclassificação, os dados comparativos foram ajustados em conformidade.

Ajustes no balanço de capital próprio de abertura em 1 de janeiro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2015, os valores a receber foram sobrestimados num montante de 110 milhões de EUR que tinham sido relatados como rendimentos em anos anteriores a 2013. De acordo com a IAS 8, as Reservas e os lucros acumulados em 1 de janeiro de 2015 foram ajustados retrospectivamente, passando de 24.894 milhões para 24.811 milhões de EUR e os Empréstimos e adiantamentos a clientes foram reduzidos em 110 milhões de EUR e os passivos fiscais correntes foram reduzidos em 27 milhões de EUR em 31 de dezembro de 2015.

Adjustment	
<i>Amounts in millions of euros</i>	<i>1 January 2015</i>
Total equity before adjustment	38.871
Decrease in loans and advances to customers	(110)
Decrease in current tax liabilities	27
Total equity after adjustment	38.788

Continuidade

O Conselho Executivo considera apropriado adotar a base de continuidade na elaboração das presentes demonstrações financeiras consolidadas.

Julgamentos e estimativas

Ao elaborar as demonstrações financeiras consolidadas, a Administração aplicou um julgamento em relação a estimativas e pressupostos que afetam os montantes relatados para ativos e passivos, o relato de ativos e passivos contingentes à data das demonstrações financeiras consolidadas e os montantes relatados para rendimentos e despesas durante o período de relato. Os princípios contabilísticos apresentados abaixo implicam estimativas críticas que são baseadas em avaliações e pressupostos. Embora as estimativas da Administração tenham por base as suas estimativas na avaliação mais rigorosa das circunstâncias e atividades atuais com base em dados e informações financeiros disponíveis, os resultados reais podem desviar-se dessas estimativas.

Provisões para imparidades de crédito

Em cada período de relato o Rabobank avalia se uma perda por imparidade deve ser relatada na demonstração do resultado. A metodologia de imparidade para empréstimos e adiantamentos resulta no reconhecimento de: Provisões específicas para empréstimos com imparidade;

- Provisões coletivas para:
 - Exposições de retallo se não for economicamente justificado reconhecer a perda individualmente;
 - Perdas incorridas mas não reportadas.

A abordagem detalhada para cada categoria é explicada com mais pormenor na secção 2.15 'Empréstimos e adiantamentos a clientes e bancos'. São reconhecidas provisões para imparidade de crédito nos casos em que há dados objetivos de que nem todos os montantes devidos no âmbito dos termos originais do contrato podem ser recuperados. A determinação de uma provisão requer um grau significativo de julgamento, com base na avaliação da Administração dos riscos na carteira de crédito, nas circunstâncias económicas atuais, nas perdas de crédito em anos anteriores e no desenvolvimento de créditos financeiros, setores comerciais, concentrações de negócios e fatores geopolíticos. As alterações na formulação do julgamento da administração e outras análises podem levar a mudanças na magnitude das provisões para imparidade de crédito ao longo do tempo. A incerteza é inerente na determinação da evidência objetiva de uma reduzida capacidade de crédito e na determinação da magnitude dos montantes recuperáveis e estes envolvem a avaliação de uma variedade de pressupostos e fatores relativos à capacidade de crédito dos mutuários, aos futuros fluxos de caixa esperados e ao valor da garantia. Ver a secção 7 'Empréstimos e adiantamentos a bancos' e a secção 11 'Empréstimos e adiantamentos a clientes' para uma análise das provisões para imparidade de crédito em empréstimos a clientes e bancos.

Justo valor dos ativos e passivos financeiros

Estão incluídas informações sobre a determinação do justo valor dos ativos e passivos financeiros no ponto 4.9.

'Justo valor dos ativos e passivos financeiros' e ponto 10 'Derivados'.

Imparidade de goodwill, outros ativos incorpóreos e investimentos em empresas associadas e joint ventures

O goodwill e outros ativos incorpóreos são avaliados em termos de imparidade, pelo menos uma vez por ano, através da comparação do valor recuperável com o valor contabilístico, enquanto os investimentos em empresas associadas e joint ventures são testados relativamente à imparidade quando são identificados estímulos específicos. A determinação do valor recuperável numa avaliação de imparidade destes ativos requer estimativas com base em preços de mercado cotados, preços de empresas comparáveis, no valor atual ou em outras técnicas de avaliação, ou uma combinação das mesmas, o que exige uma gestão para fazer julgamentos e pressupostos subjetivos. Uma vez que essas estimativas e os pressupostos poderiam resultar em diferenças significativas para os valores reportados se as circunstâncias subjacentes mudassem, essas estimativas são consideradas críticas. Os pressupostos importantes para determinar o valor recuperável do goodwill são descritos na Secção 14 e para os investimentos em empresas associadas e joint ventures são descritos na Secção 13.

Tributação

São utilizadas estimativas para determinar a carga do imposto sobre o rendimento e os respetivos ativos e passivos fiscais correntes e diferidos. O tratamento fiscal das transações nem sempre é claro ou certo e, em vários países, as declarações fiscais do ano anterior muitas vezes permanecem abertas e são sujeitas à aprovação da autoridade tributária por longos períodos. Os ativos e passivos fiscais relatados têm por base a melhor informação disponível e, quando for aplicável, uma assessoria externa. As diferenças entre o resultado final e as estimativas originalmente realizadas são contabilizadas nos ativos e passivos fiscais correntes e diferidos durante o período em que é obtida uma certeza razoável.

Outras provisões

Ao aplicar a IAS 37, o julgamento pretende determinar a existência ou não de uma obrigação atual e a estimativa da probabilidade, do momento e do valor de quaisquer saídas.

Mais informações sobre os julgamentos relativos à provisão para os derivados de PME e a provisão para reestruturação estão incluídas na secção 25 Provisões.

A consolidação de entidades estruturadas é uma estimativa crítica que requer julgamento e está descrita na secção 50 Entidades estruturadas.

2.2 Demonstrações financeiras consolidadas

2.2.1 Subsidiárias

As participações controladas pelo Rabobank são subsidiárias (incluindo entidades estruturadas) e esta são consolidadas. O controlo sobre uma participação é exercido no caso de o investidor ter direito a receber rendimentos variáveis do seu envolvimento na participação e ter a oportunidade de influenciar esses retornos através do seu controlo sobre a participação. Os ativos, passivos e lucros e prejuízos destas empresas são totalmente consolidados.

As subsidiárias são consolidadas a partir da data em que o Rabobank adquire controlo efetivo e são desconsolidadas a partir da data em que esse controlo é cedido. Todos os saldos, transações e ganhos e perdas não realizados em transações entre o Grupo Rabobank e as suas subsidiárias foram eliminados na consolidação.

Responsabilidade conjunta e solidária (sistema de contragarantias)

De acordo com a Lei de Supervisão Financeira neerlandesa (Wet op het financieel toezicht), várias entidades jurídicas detidas pelo Rabobank têm responsabilidade conjunta e solidária dentro de um sistema keepwell mútuo intra-grupo que exige que as entidades participantes forneçam os fundos necessários para o caso de algum participante não ter fundos suficientes para liquidar as suas dívidas.

Em 31 de dezembro de 2016, os intervenientes são:

- Coöperatieve Rabobank U.A., Amsterdam
- Rabohypotheekbank N.V., Amsterdão
- Raieisenhypotheekbank N.V., Amsterdam
- De Lage Landen International B.V., Eindhoven
- De Lage Landen Financiering B.V., Eindhoven
- De Lage Landen Trade Finance B.V., Eindhoven
- De Lage Landen Financial Services B.V., Eindhoven

Em 1 de janeiro de 2016, os Rabobanks locais e a Coöperatieve Centrale Raiffeisen-Boerenleenbank B.A. fizeram uma fusão legal e o nome Coöperatieve Centrale Raiffeisen-Boerenleenbank B.A. foi alterado para Coöperatieve Rabobank U.A.

2.2.2 Investimentos em empresas associadas e joint

ventures Os investimentos em empresas associadas e joint ventures são inicialmente reconhecidos pelo custo e posteriormente contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. A sua participação nos lucros e perdas pós-aquisição é reconhecida no resultado e a sua participação nos movimentos pós-aquisição nas reservas é reconhecida diretamente em outros rendimentos integrais.

Os movimentos acumulados pós-aquisição estão incluídos no valor contabilístico do investimento.

As entidades associadas são aquelas sobre as quais o Rabobank tem uma influência significativa e em que geralmente detém entre 20% e 50% dos direitos de voto, mas sobre as quais não exerce controlo. Uma joint venture é um acordo entre uma ou mais partes em que as partes têm um controlo partilhado e têm direito conjunto aos ativos líquidos no âmbito desse acordo. Os ganhos não realizados em transações entre o Rabobank e as suas associadas e joint ventures são eliminados em proporção ao interesse do Rabobank nas respetivas associadas e joint ventures. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação indicar que uma perda por imparidade deve ser reconhecida no(s) ativo(s) subjacentes à transação.

Os investimentos nas entidades associadas incluem o goodwill adquirido. Quando a participação das perdas de uma associada é igual ou superior ao seu interesse na associada, as perdas são reconhecidas apenas nos casos em que o Rabobank assumiu compromissos ou efetuou pagamentos em nome desta associada.

2.3 Derivados e coberturas

Informações gerais

Os derivados geralmente compreendem contratos de câmbio, futuros de divisas e taxas de juro, contratos a prazo de taxas de juro, swaps de divisas e taxas de juro e opções de divisa e taxas de juro (escritas ou adquiridas). Os derivados são reconhecidos pelo justo valor determinado com base em preços de mercado cotados (com os preços médios utilizados para os derivados EUR, USD e GBP que tenham um pequeno intervalo de compra/venda), preços oferecidos pelos comerciantes, modelos de fluxo de caixa descontado e modelos de avaliação de opções com base em preços correntes de

mercado e preços contratados para os instrumentos subjacentes e refletindo o valor temporal do dinheiro, as curvas de rendimento e a volatilidade dos ativos e passivos subjacentes. Os derivados estão incluídos nos ativos se o seu justo valor for positivo nos passivos se o seu justo valor for negativo. Se os seus riscos e características não estão intimamente relacionados com os do contrato de base não derivado subjacente e o contrato não está classificado como pelo justo valor, os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são divididos e mensurados separadamente, sendo os seus lucros e perdas não realizados reconhecidos no resultado em 'Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros pelo justo valor através de lucros ou prejuízos'.

Instrumentos não utilizados para cobertura

Os ganhos e perdas realizados e não realizados em derivados para fins de negociação são reconhecidos pelo justo valor em 'Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros pelo justo valor através de lucros ou prejuízos'.

Instrumentos de cobertura

Os derivados são também utilizados para a gestão de ativos e passivos de riscos de taxa de juro, riscos de crédito e riscos cambiais.

O Rabobank faz uso das opções excluídas da UE na IAS 39, que permitem a aplicação da contabilização da cobertura ao nível da carteira pelo justo valor a determinadas posições.

No início, os derivados são designados como um dos seguintes: (1) uma cobertura do justo valor de um ativo, um grupo de ativos ou um passivo na demonstração da posição financeira (cobertura de justo valor); (2) uma cobertura de fluxos de caixa futuros atribuíveis a um ativo ou passivo na demonstração da posição financeira, uma transação prevista ou um compromisso firme (cobertura de fluxo de caixa), ou (3) uma cobertura de um investimento líquido numa operação estrangeira (cobertura de investimento líquido). A contabilização da cobertura é aplicada a derivados designados desta forma, desde que sejam cumpridos determinados critérios, incluindo o seguinte:

- Tem de haver documentação formal do instrumento de cobertura, o artigo coberto, o objetivo da cobertura, a estratégia de cobertura e a relação da cobertura e tal deve estar em funcionamento antes da aplicação da contabilização da cobertura;
- Espera-se que a cobertura seja eficaz (entre 80% a 125%) na cobertura das alterações no justo valor do artigo coberto ou nos fluxos de caixa atribuíveis aos riscos cobertos durante todo o período de relato; e
- A cobertura deve ser continuamente eficaz desde o início.

As alterações do justo valor dos derivados que são designados como coberturas de justo valor e são eficazes em termos dos riscos cobertos são reconhecidas na demonstração do resultado em 'Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros pelo justo valor através de lucros ou prejuízos' em conjunto com as alterações correspondentes no justo valor dos ativos ou passivos cobertos.

Se e quando a cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilização da cobertura (aplicando o modelo de cobertura do justo valor), o ajuste acumulado ao justo valor de um instrumento financeiro coberto que vence juros é amortizado através dos lucros ou prejuízos durante o período relevante de reapreciação de juros.

As coberturas de investimentos líquidos em operações estrangeiras são mensuradas pelo justo valor, sendo as variações do justo valor – na medida em que forem eficazes – reconhecidas em outros rendimentos integrais. As alterações no instrumento de capital próprio coberto em resultado de flutuações na taxa de câmbio são igualmente reconhecidas em outros rendimentos integrais. Os ganhos e perdas acumulados em outros rendimentos integrais são reclassificados para lucros e prejuízos quando há a alienação do instrumento de capital próprio.

As alterações no justo valor dos derivados que são designados (e classificados) como coberturas de fluxos de caixa e que são eficazes em relação aos riscos cobertos são reconhecidas na reserva de cobertura incluída em outros rendimentos integrais (ver Secção 10). Os elementos ineficazes nas alterações no justo valor dos derivados são reconhecidos na demonstração do resultado.

Se uma transação prevista ou um passivo reconhecido resultar no reconhecimento de um ativo ou passivo não financeiro, qualquer ganho ou perda diferido incluído em outros rendimentos integrais é transferido para o montante contabilístico inicial (custo) do ativo ou passivo. Em todos os outros casos, os valores diferidos incluídos em outros rendimentos integrais são mencionados na demonstração de resultados como receitas ou despesas nos períodos em que o passivo reconhecido coberto ou a transação prevista foram reconhecidos na demonstração do resultado.

Apesar de haver coberturas económicas nas posições de risco geridas do Rabobank, certos contratos de derivados não se qualificam para contabilização da cobertura nos termos das disposições específicas da IFRS, pelo que são tratados como derivados detidos para negociação. Os juros sobre derivados detidos para fins de cobertura económica são demonstrados nas receitas de juros, tanto a fase de receber como a de pagar. O justo valor dos derivados detidos para efeitos de negociação e de cobertura está divulgado na nota 10:

2.4 Ativos e passivos financeiros detidos para negociação

Ativos financeiros detidos para negociação são ativos financeiros adquiridos com o objetivo de gerar lucro com as flutuações a curto prazo nos preços ou nas margens dos comerciantes, ou ativos financeiros que fazem parte das carteiras caracterizados por padrões de participação nos lucros

a curto prazo. Os ativos financeiros detidos para negociação são reconhecidos pelo justo valor com base nos preços de oferta cotados e todos os resultados realizados e não realizados são reconhecidos em 'Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros pelo justo valor através de lucros ou prejuízos'. Os juros sobre os ativos financeiros são reconhecidos como receitas de juros. Os dividendos recebidos de ativos financeiros detidos para negociação são reconhecidos como 'Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros pelo justo valor através de lucros ou prejuízos'. Os passivos financeiros detidos para negociação são principalmente justos valores negativos de derivados e obrigações de entrega resultantes da venda a descoberto de títulos. Os títulos são vendidos a descoberto para realizar ganhos de flutuações de preços a curto prazo. Os títulos necessários para liquidar a venda a descoberto são adquiridos através do empréstimo de títulos e de acordos de recompra. Os títulos vendidos a descoberto são reconhecidos pelo justo valor à data do relato.

2.5 Outros ativos e passivos financeiros designados pelo justo valor

No reconhecimento inicial, certos ativos financeiros (incluindo investimentos diretos e indiretos em capital de risco e excluindo os ativos mantidos para negociação) e certos passivos são incluídos como 'Ativos e passivos financeiros pelo justo valor através de lucros ou prejuízos' nos casos em que são cumpridos alguns dos seguintes critérios:

Esta contabilização elimina ou reduz substancialmente qualquer tratamento inconsistente que, de outra forma, teria surgido na mensuração dos ativos ou passivos ou no reconhecimento dos ganhos ou perdas com base nos diferentes princípios contabilísticos; Os ativos e passivos pertencem a um grupo de ativos e/ou passivos financeiros que são geridos e avaliados com base no seu justo valor, de acordo com uma gestão de riscos ou uma estratégia de investimento documentadas; ou

O instrumento financeiro contém um instrumento financeiro derivado embutido a não ser que o derivado embutido não afete significativamente os fluxos de caixa ou se for evidente que o reconhecimento separado não é necessário.

Os juros ganhos e devidos sobre estes ativos e passivos são reconhecidos como receitas de juros e despesas de juros, respetivamente. Outros ganhos e perdas realizados e não realizados na reavaliação destes instrumentos financeiros pelo justo valor são incluídos em 'Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros pelo justo valor através de lucros ou prejuízos' exceto as alterações no justo valor devido ao próprio risco de crédito de passivos financeiros designados pelo justo valor. Estas mudanças no justo valor após os impostos são apresentadas em outros rendimentos integrais na rubrica 'Alterações no justo valor devido ao próprio risco de crédito sobre passivos financeiros designados pelo justo valor'.

2.6 Ganhos de dia 1

Ao utilizar a contabilização do justo valor no início de um instrumento financeiro, qualquer diferença positiva entre o preço de transação e o justo valor (referido como 'ganho de dia 1') é contabilizada imediatamente em 'Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros pelo justo valor através de lucros ou prejuízos', onde o método de avaliação tem por base entradas de dados observáveis de mercados ativos. Em todos os outros casos, todos os ganhos de dia 1 são diferidos e contabilizados como 'Outros passivos'. Após o reconhecimento inicial, o ganho diferido de dia 1 é reconhecido como um ganho, na medida em que resulta de uma alteração num fator (incluindo efeitos temporais).

2.7 Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros são classificados na data de aquisição, sendo a classificação dependente da finalidade para a qual os investimentos são adquiridos. Os ativos financeiros são classificados como disponíveis para negociação no caso de se destinarem a ser detidos indefinidamente e poderem ser vendidos para fins de liquidez ou em resposta a alterações nas taxas de juros, nas taxas de câmbio ou nos preços das ações.

Os ativos financeiros para negociação são reconhecidos inicialmente pelo justo valor, incluindo os custos de transação, com base em preços de oferta cotados ou em valores decorrentes de modelos de fluxos de caixa. Os justos valores dos instrumentos patrimoniais não cotados são estimados com base em rácios preços/rendimentos adequados, ajustados para refletir as circunstâncias específicas dos respetivos emitentes. Todos os ganhos e perdas não realizados provenientes de alterações no justo valor dos ativos financeiros disponíveis para negociação são reconhecidos em outros rendimentos integrais, a não ser que sejam relativos a juros amortizados ou diferenças na taxa de câmbio dos ativos monetários, caso em que são incluídos em lucros e prejuízos. Se e quanto tais ativos financeiros forem alienados, os ajustamentos pelo justo valor são transferidos para a declaração de rendimentos.

Os instrumentos de dívida representam imparidade quando há indicações objetivas de que o justo valor diminuiu a tal ponto, que é razoável assumir que o valor não vai recuperar para o valor contabilístico num futuro previsível. À data de cada relato, a Administração determina se há indicações objetivas de imparidade nos ativos disponíveis para negociação. Exemplos de dados objetivos de imparidade são:

- Problemas financeiros significativos por parte do emitente
- Incumprimento nos pagamentos de juros ou resgates
- Desaparecimento de mercados ativos para o ativo financeiro devido a dificuldades financeiras.

Em caso de imparidade, a perda acumulada é determinada como a diferença entre o custo e o justo valor atual, reduzindo

qualquer imparidade anteriormente reconhecida. Tal é transferido das reservas de reavaliação nos outros rendimentos integrais para a declaração de rendimentos. Se a imparidade de um instrumento de dívida diminuir num período subsequente e a diminuição puder objetivamente atribuir-se a um evento após a imparidade, esta é revertida através da declaração de rendimentos.

Os instrumentos de capital próprio estão em imparidade se for improvável que o custo (reconhecimento inicial) seja recuperado a longo prazo ou se houver um declínio significativo ou prolongado no justo valor abaixo do seu custo. O valor recuperável e/ou o justo valor dos investimentos em instrumentos de capital próprio não cotados é determinado através da utilização de métodos de avaliação geralmente aceites. O valor recuperável dos ativos financeiros cotados é determinado com base no valor de mercado. A imparidade dos instrumentos de capital próprio nunca é posteriormente revertida através da declaração de rendimentos.

2.8 Acordos de recompra e de revenda

Os ativos financeiros que são vendidos sujeitos a acordos de venda e de recompra estão incluídos nas demonstrações financeiras em 'Ativos financeiros detidos para negociação' ou 'Ativos financeiros disponíveis para venda', conforme for aplicável. A responsabilidade para com a contraparte está incluída em 'Depósitos de bancos' ou 'Depósitos de clientes', conforme for aplicável. Os ativos financeiros adquiridos ao abrigo de acordos de compra e de revenda são reconhecidos como 'Aplicações em outras instituições de crédito' ou 'Crédito a clientes', conforme for aplicável. A diferença entre o preço de venda e o de recompra é reconhecido como receitas/despesas de juros ao longo do prazo do contrato, utilizando o método de juros efetivos.

2.9 Titularizações e (des)reconhecimento de ativos e passivos financeiros

Reconhecimento de ativos e passivos financeiros

As aquisições e vendas de ativos e passivos financeiros classificados como justo valor através do lucro ou prejuízo e os ativos financeiros disponíveis para venda que têm de ser entregues dentro de um período fixado de forma regulamentar ou de acordo com as convenções do mercado são reconhecidos na data da transação. Os instrumentos financeiros contabilizados pelo custo amortizado são reconhecidos na data de liquidação.

Titularizações e desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

O Rabobank titulariza, vende e contabiliza vários ativos financeiros. Por vezes, esses ativos são vendidos a uma entidade de finalidade especial (SPE) que, em seguida, emite títulos aos investidores. O Rabobank tem a opção de manter um interesse nesses ativos sob a forma de partes apenas de juros (interest-only strips) subordinadas, títulos subordinados, contas com spread, direitos por serviços, garantias, opções de venda e de compra, e outras construções.

Um ativo financeiro (ou uma parte do mesmo) é desreconhecido no caso de:

- Os direitos sobre os fluxos de caixa do ativo expirarem;
- Os direitos sobre os fluxos de caixa do ativo e, substancialmente, todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo serem transferidos;
- Se for assumido um compromisso para transferir os fluxos de caixa do ativo e uma parte substancial dos riscos e benefícios tiver sido transferida; ou
- Não substancialmente, todos os riscos e benefícios serem transferidos mas onde o controlo sobre o ativo não for retido.

Um passivo financeiro ou parte do mesmo é desreconhecido no caso de deixar de existir, ou seja, após a obrigação contratual ter sido cumprida ou cancelada ou ter expirado. O envolvimento continuado é reconhecido se o Rabobank não retiver nem transferir substancialmente todos os riscos e benefícios e o controlo que reteve. O passivo é reconhecido mediante o envolvimento continuado do Rabobank no mesmo.

No caso de uma transação não preencher estas condições para desreconhecimento, a mesma é reconhecida como um empréstimo para o qual foram concedidas garantias. Na medida em que a transferência de um ativo financeiro não se qualifica para desreconhecimento, os direitos contratuais do Rabobank não são reconhecidos separadamente como derivados, se o reconhecimento destes instrumentos e do ativo transferido ou do passivo decorrente da transferência resultarem no duplo reconhecimento dos mesmos direitos ou obrigações.

Os lucros e perdas em titularizações e transações de venda dependem em parte dos valores contabilístico dos ativos financeiros transferidos. Os valores contabilísticos destes ativos são atribuídos aos interesses vendidos e retidos utilizando os justos valores relativos desses interesses à data de venda. Todos os ganhos e perdas são reconhecidos através dos lucros ou prejuízos na altura da transferência. O justo valor dos interesses vendidos e retidos é determinado com base nos preços de mercado cotados ou calculado como o valor atual dos futuros fluxos de caixa esperados, com base nos modelos de fixação de preços que envolvem vários pressupostos relativos a, por exemplo, perdas de crédito, taxas de desconto, curvas de rendimento, frequência dos pagamentos e outros fatores.

2.10 Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Os equivalentes de caixa são investimentos a curto prazo de alta liquidez, realizados para cumprir as obrigações atuais em dinheiro, e não para investimentos ou outros fins. Tais investimentos têm termos remanescentes com a validade de menos de 90 dias desde o início. Os equivalentes de caixa são prontamente convertíveis em montantes conhecidos de caixa e estão sujeitos a um risco insignificante nas alterações no valor.

2.11 Compensação de ativos e passivos financeiros

Em caso de existência do direito legal de compensar os valores reconhecidos e de o mesmo se destinar a liquidar os fluxos de caixa futuros esperados numa base líquida, ou a simultaneamente, realizar o ativo e liquidar o passivo, os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reconhecido na demonstração da posição financeira. Tal refere-se principalmente a contas e derivados correntes. A compensação dos impostos é abordada na nota 2.24.

2.12 Divisas

Entidades estrangeiras

As transações e os balanços incluídos nas demonstrações financeiras de cada entidade no Grupo Rabobank são relatadas na moeda que melhor reflete a realidade económica do ambiente operacional subjacente à entidade (a moeda funcional).

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em euros, que é a moeda funcional da empresa-mãe.

As declarações de rendimentos e fluxos de caixa de operações no exterior são convertidas para a moeda de apresentação do Rabobank às taxas de câmbio vigentes nas datas de transação, que se aproximam das taxas de câmbio médias para o período de relato; as demonstrações da posição financeira são convertidas às taxas vigentes no final do período de relato.

As diferenças de conversão resultantes dos investimentos líquidos em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda designados como coberturas desses investimentos são reconhecidas em outros rendimentos integrais. Perante a venda de uma operação no exterior, estas diferenças de conversão são transferidas para a declaração de rendimentos como parte dos ganhos ou perdas na venda.

O goodwill e os ajustes ao justo valor decorrentes da aquisição de uma entidade estrangeira são reconhecidos como ativos e passivos da entidade estrangeira e são convertidos à taxa vigente no final do período de relato.

Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio vigente nas datas de transação. As diferenças resultantes da liquidação das transações ou da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são reconhecidas na declaração de rendimentos e as diferenças que se qualificam como coberturas de investimento líquido são reconhecidas em outros rendimentos integrais. As diferenças de conversão de títulos de dívida e outros ativos financeiros monetários registados pelo justo valor são incluídas na rubrica 'Ganhos e perdas cambiais'. As diferenças de conversão de itens não monetários, tais como instrumentos de capital próprio detidos para negociação, são reconhecidas como parte dos ganhos ou perdas pelo justo valor.

As diferenças de conversão de itens não-monetários disponíveis para venda estão incluídas nas reservas de reavaliação para ativos financeiros disponíveis para venda.

2.13 Juros

As receitas e despesas de juros decorrentes de instrumentos que vencem juros são reconhecidas na declaração de rendimentos com base numa contabilidade de exercício, utilizando o método de juros efetivos. As receitas de juros incluem cupões relacionados com ativos financeiros de taxa de juro fixa e ativos financeiros detidos para negociação, bem como os prémios e descontos acumulados em títulos do tesouro do governo e outros instrumentos equivalentes a numerário. Os empréstimos com imparidade são inscritos pelo seu valor recuperável, e a receita de juros sobre o mesmo é reconhecida, com base na taxa de desconto utilizada no cálculo original do valor presente dos futuros fluxos de caixa (excluindo futuras perdas com créditos) para determinar os valores recuperáveis. Os juros sobre derivados detidos para fins de cobertura económica são demonstrados nas receitas de juros, tanto a fase de receber como a de pagar. Este valor é apresentado como uma receita de juros negativa porque a posição risco-juros líquida da carteira bancária é uma longa posição de recetor.

2.14 Honorários e comissões

O Rabobank tem rendimentos de honorários e comissões de um diverso conjunto de serviços que oferece aos seus clientes. As comissões ganhas através da oferta de serviços são geralmente reconhecidas numa contabilidade de exercício. A comissão recebida pela negociação de uma transação, ou pela participação nas negociações, em nome de terceiros, por exemplo, a aquisição de uma carteira de empréstimos, ações ou outros títulos, ou a venda ou aquisição de empresas, é reconhecida aquando da conclusão das transações subjacentes.

2.15 Crédito a clientes e aplicações em outras instituições de crédito

O Crédito a clientes e as aplicações em outras instituições de crédito são instrumentos não-derivados com pagamentos fixos ou definidos e não são cotados pelo mercado ativo, com exceção dos ativos que o Rabobank classifica como detidos para fins comerciais ou que foram inicialmente reconhecidos pelo justo valor e para os quais são reconhecidos ajustes ao valor na declaração de rendimentos ou como ativos financeiros disponíveis para venda.

. O crédito a clientes e aplicações em outras instituições de crédito são inicialmente reconhecidos pelo justo valor (incluindo custos de transação) e, posteriormente, pelo custo amortizado (incluindo os custos de transação).

Os créditos são sujeitos a análises de imparidade individuais ou coletivas. É reconhecida uma provisão para imparidade de crédito, se houver dados objetivos de que nem todos os valores devidos de acordo com os termos originais do contrato serão recuperáveis. O montante da provisão é a diferença entre o valor contabilístico e o recuperável (o valor presente dos futuros fluxos de caixa

esperados), incluindo as receitas e os reembolsos de juros esperados que possam ser recuperados a partir de garantias e títulos descontados pelo valor atual à taxa de juro efetiva original. Para empréstimos individuais com imparidade é determinada uma determinada provisão e para exposições de retalho é feita uma avaliação coletiva se não for economicamente justificado reconhecer a perda individualmente. Nestes casos, a avaliação coletiva é feita com base em grupos homogêneos de empréstimos com um perfil de risco semelhante, com o objetivo de identificar a necessidade de reconhecer uma provisão para perdas com créditos. Os seguintes exemplos são dados objetivos para ajustamentos ao valor:

- Dificuldades financeiras significativas por parte do mutuário
- Incumprimento nos pagamentos de juros e/ou resgates por parte do mutuário
- Renegociações do crédito
- Potencial falência de, ou reorganização financeira por parte do mutuário
- Alterações no histórico de pagamentos do mutuário
- Alterações nas circunstâncias económicas que possam levar o mutuário a entrar em incumprimento.

As perdas são estimadas com base nas classificações de crédito dos mutuários e no valor da garantia prestada e refletem o ambiente económico no qual os mutuários atuam. O valor contabilístico dos créditos é reduzido através de provisão com base nos cenários mais prováveis e as perdas são reconhecidas na declaração de rendimentos. Os ativos e as provisões para imparidade são eliminados se e quando o processo de execução foi concluído, a garantia fornecida foi realizada, quando, virtualmente, não há quaisquer outros meios de recuperação disponíveis e em caso de cancelamento formal de uma dívida. Todos os valores posteriormente cobrados são incluídos na rubrica 'Encargos por imparidade dos créditos' na declaração de rendimentos. Os futuros fluxos de caixa esperados em empréstimos renegociados são regularmente acompanhados quanto à validade em curso.

Os créditos improdutivos são aqueles que cumprem pelo menos um dos seguintes critérios:

- Empréstimos com pagamentos em atraso de mais de 90 dias;
- É provável que o mutuário entre em incumprimento na totalidade ou em parte da dívida (incluindo o capital, juros e taxas) se o banco não executar os seus interesses de segurança, independentemente do montante ou período do atraso nos pagamentos.

Se e quando as perspetivas de continuidade estiverem recuperadas e não se verificarem atrasos no pagamento, tal como previamente acordado, o crédito já não será considerado em imparidade e esta será revertida.

É feita uma provisão geral para imparidade no elemento restante da carteira que não foi especificamente

identificada como em imparidade dentro dos sistemas de risco do banco (IBNR; incorrida mas não relatada) Os parâmetros do Acordo de Basileia II, ajustados às diretrizes da IFRS e aos desenvolvimentos atuais, são utilizados a fim de determinar a provisão, juntamente com o chamado Período de Identificação das Perdas (LIP), o período entre a ocorrência de um evento de perda e o registo do evento nos sistemas de risco do banco. O LIP é expresso em meses e varia entre as diferentes carteiras.

As exposições classificadas como exposições a empresas no âmbito da Diretiva sobre Requisitos de Capital CRD IV são medidas de acordo com o princípio de 'um devedor'. Este princípio implica que o limite aprovado para o devedor se aplique à soma de todas as exposições (incluindo derivados, garantias e afins) do grupo devedor em que o devedor tenha sido classificado. Os grupos devedores incluem todos os devedores que fazem parte da entidade económica na qual o mutuário está afiliado, incluindo os acionistas majoritários da entidade económica. O princípio de 'um devedor' aplica-se a todas as entidades e divisões do grupo.

2.16 Goodwill e outros ativos incorpóreos

Goodwill

O goodwill é o montante pelo qual o preço de aquisição pago por uma subsidiária excede o justo valor à data em que a participação nos ativos líquidos e nos passivos contingentes da entidade foi adquirida. Em cada aquisição, as outras participações minoritárias são reconhecidas pelo justo valor ou pela proporção dos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida. Os testes são realizados anualmente ou - se as indicações assim o exigirem - com maior frequência, para determinar se ocorreu imparidade.

Outros ativos incorpóreos, incluindo custos de desenvolvimento de software

Os custos incorridos com relação aos produtos de software identificáveis e exclusivos sobre os quais o Rabobank tem controlo e que, provavelmente, trarão benefícios económicos que ultrapassam os custos por mais de um ano, são reconhecidos como outros ativos incorpóreos. Os custos diretos incluem as despesas com pessoal da equipa de desenvolvimento do software, os custos de financiamento e uma parcela adequada dos custos indiretos relevantes.

As despesas que melhoram o desempenho do software em relação às suas especificações originais são adicionadas ao custo original do software. Os custos de desenvolvimento de software são reconhecidos como outros ativos incorpóreos e amortizados de forma linear ao longo de um período até cinco anos. Os custos relativos à manutenção de software são reconhecidos como despesa no momento em que ocorrem.

Outros ativos incorpóreos incluem também os identificados através de combinações de negócios e são amortizados ao longo das suas vidas úteis esperadas.

Perdas por imparidade no goodwill

O goodwill é atribuído a unidades geradoras de caixa com o objetivo de efetuar testes de imparidade, o que é efetuado ao nível mais baixo de ativos que geram entradas de caixa largamente independentes. Durante o quarto trimestre de cada exercício, ou com maior frequência, se existirem indícios de imparidade, testa-se o goodwill relativamente a imparidade e é fornecido todo o excesso de montante contabilístico sobre o valor recuperável. O montante recuperável é o mais alto do valor de uso e o justo valor menos os custos de venda. O valor de uso de uma unidade geradora de fluxos de caixa é determinado como o presente valor dos futuros fluxos de caixa esperados antes dos impostos da unidade geradora de fluxos de caixa em questão. Os principais pressupostos utilizados no modelo de fluxo de caixa dependem dos dados de entrada e refletem diferentes variáveis financeiras e económicas de apreciação, tais como taxas de juros sem risco e prémios que reflitam o risco inerente da entidade em causa. As imparidades no goodwill estão incluídas em "Perdas por imparidade no goodwill" na demonstração do resultado.

Perdas por imparidade em outros ativos incorpóreos

À data de cada relato é realizada uma avaliação sobre eventuais indicações de imparidade em outros ativos incorpóreos. Se existirem tais indicações, o teste de imparidade é realizado para determinar se o valor contabilístico dos outros ativos incorpóreos é integralmente recuperável. O montante recuperável deverá ser estimado para o ativo individual. Se não for possível estimar o montante recuperável do ativo individual, é determinado o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Uma perda por imparidade é reconhecida se o valor contabilístico exceder o valor recuperável. As perdas por imparidade e imparidades invertidas são incluídas em 'Outras despesas administrativas' na declaração de rendimentos.

2.17 Bens e equipamentos

Bens e equipamentos para utilização própria

Os bens para utilização própria consistem principalmente em edifícios de escritórios e são reconhecidos pelo custo deduzido da depreciação e imparidade acumuladas, tal como acontece com equipamento para utilização própria. Os ativos são depreciados até aos seus valores residuais ao longo das suas vidas úteis estimadas:

Bens	
- Terrenos	Sem depreciação
- Prédios	25 - 40 anos
Equipment	
- Equipamento informático	1 - 5 anos
- Outros equipamentos e veículos	3 - 8 anos

Realiza-se uma avaliação anual sobre eventuais indicações de imparidade nos bens e equipamento.

Se o valor contabilístico de um ativo excede o seu valor recuperável estimado, o valor contabilístico é inscrito

pelo valor recuperável. As perdas por imparidade e imparidades invertidas são incluídas em 'Outras despesas administrativas' na declaração de rendimentos. Os ganhos e perdas na alienação de bens e equipamentos são determinados com base nos seus valores contabilísticos e são reconhecidos nos resultados operacionais.

O trabalho de reparação e manutenção é debitado na declaração de rendimentos no momento em que incorrem os custos. As despesas para aumentar a vida económica ou o valor económico de terrenos e edifícios em comparação com o seu valor económico original são capitalizadas e, posteriormente, depreciadas.

2.18 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, principalmente edifícios de escritórios, são mantidas pelo seu rendimento de rendas a longo prazo e não são utilizadas pelo Rabobank ou pelas suas subsidiárias. As propriedades de investimento são reconhecidas como investimentos de longo prazo e incluídas na declaração de posição financeira pelo custo, deduzidas da depreciação e imparidade acumuladas. As propriedades de investimento são depreciadas até aos seus valores residuais ao longo de uma vida útil estimada de 40 anos.

2.19 Outros ativos

Produtos de inventário estruturados

O Rabobank oferece vários produtos que se relacionam com commodities de financiamento. Alguns desses produtos são reconhecidos como empréstimos com commodities como garantia, outros como empréstimos com derivados embutidos e outros como commodities. A classificação depende principalmente da transferência de risco e recompensas da commodity do cliente para o Rabobank.

Locais de construção e fundos de compensação

Os locais de construção são contabilizados pelo custo, incluindo juros alocados e despesas adicionais para comprar os locais e prepará-los para a construção ou, se for mais baixo, pelo valor realizável líquido. Os juros não são reconhecidos na demonstração da posição financeira para terrenos que não foram loteados com um propósito específico se não houver certezas de que haverá construção nesses terrenos. As possíveis desvantagens que dependem de uma futura alteração da utilização designada do terreno em causa não estão incluídas no custo do terreno, mas na determinação do valor realizável líquido. O valor líquido realizável de todos os locais de construção é revisto pelo menos uma vez por ano ou, se houver alguma indicação, haverá uma revisão anterior. O valor realizável líquido para locais de construção é o valor realizável direto ou, se for mais alto, o valor realizável indireto. O valor realizável direto é o valor estimado no momento da venda menos os custos estimados para concluir a venda. O valor realizável indireto é o preço de venda estimado no contexto de operações normais, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessariamente incorridos para concluir a venda e, a esse respeito, os fluxos de caixa estimados são descontados pelo custo médio ponderado do capital. O cálculo do valor realizável indireto tem por base uma análise de cenários que inclui, tanto quanto possível, aspetos específicos relativamente ao local e

parâmetros e condições específicos relativamente à empresa. É reconhecida uma reavaliação descendente se o valor contabilístico exceder o valor realizável.

Os fundos de compensação referem-se a direitos de construção adquiridos de terceiros e reconhecidos na demonstração da posição financeira, bem como direitos de construção decorrentes da venda de locais de construção a autoridades municipais ou outras entidades e estes são declarados como o saldo do custo dos locais e do produto das vendas. Os fundos de equalização, que são declarados deduzidos de quaisquer depreciações necessárias, devem ser recuperados de projetos de construção futuros.

Trabalhos em curso

Os trabalhos em curso dizem respeito a projetos vendidos e não vendidos de propriedade comercial, bem como a projetos residenciais vendidos e não vendidos, em construção ou em projeto. Os trabalhos em curso são executados pelo custo incorrido acrescido dos juros alocados ou, se for inferior, do valor realizável líquido. Se o projeto se qualificar como um acordo para a construção de imóveis comissionados por um terceiro, o resultado também é reconhecido em trabalhos em curso, conforme o estado de conclusão. As perdas esperadas em projetos são imediatamente deduzidas dos trabalhos em curso. Se o comprador não tem qualquer influência ou tem apenas influência limitada, mas o risco é transferido gradualmente para o comprador durante a construção, o resultado é também reconhecido em trabalhos em curso, conforme o estado de conclusão. Se não houver essa transferência gradual de risco, o resultado será reconhecido na data de conclusão. As prestações conforme o progresso faturadas aos compradores e mandantes são deduzidas dos trabalhos em curso. Se o saldo de um projeto for negativo (as prestações faturadas excedem os custos reconhecidos na declaração da posição financeira), o saldo desse projeto, incluindo qualquer provisão para o projeto, é transferido para 'Outros passivos'. O valor contabilístico de trabalhos em curso não vendidos é revisto anualmente para indicações de algum declínio no valor. Se existir uma tal indicação, é estimado o valor indireto realizável dos trabalhos em curso; na maior parte dos casos, isso é feito através de uma avaliação interna ou externa. O valor realizável indireto é o preço de venda estimado no contexto de operações normais, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessariamente incorridos para concluir a venda. É reconhecido um ajuste de valor descendente se o valor contabilístico exceder o valor indireto realizável, na medida em que essa diferença deve ser suportada pelo Rabobank.

Propriedades terminadas

As propriedades não vendidas comerciais e residenciais desenvolvidas internamente são executadas pelo custo ou, se inferior, pelo valor realizável líquido. O valor líquido realizável líquido de propriedades terminadas é revisto pelo menos uma vez por ano ou, se houver alguma indicação, haverá uma revisão

anterior. Para as propriedades terminadas, o valor realizável líquido é geralmente igual ao valor realizável direto, que é determinado principalmente através de uma avaliação interna ou externa. É reconhecido um ajuste de valor descendente se o valor contabilístico exceder o valor direto realizável, na medida em que a diferença deve ser suportada pelo Rabobank.

2.20 Locação

O Rabobank como locatário

As locações relativas a bens e equipamentos em que virtualmente todos os riscos e recompensas da propriedade são conferidos ao Rabobank são classificadas como locações financeiras. As locações financeiras são capitalizadas no início da locação, pelo justo valor dos ativos alocados e pelo valor atual dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos da locação são distribuídos entre o passivo da locação e os encargos financeiros, de modo a alcançar uma taxa constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

Os passivos da locação correspondentes estão incluídos na rubrica "Outros passivos", após a dedução dos encargos financeiros. Os componentes de juros dos encargos financeiros são incluídos na declaração de rendimentos ao longo do período da locação. Um ativo fixo corpóreo adquirido ao abrigo de um contrato de locação é depreciado durante a vida útil do ativo ou, se menor, no final do contrato de locação.

As locações em cujos termos uma parcela considerável dos riscos e recompensas de propriedade é retida pelo locador são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos da locação operacional (deduzidos de quaisquer descontos concedidos pelo locador) são debitados da declaração de rendimentos numa base linear ao longo do período da locação.

O Rabobank como locador

Locações financeiras

É reconhecida uma locação financeira como um valor a receber em 'Aplicações em outras instituições de crédito' ou 'Crédito a clientes', tal como aplicável, num montante igual ao investimento líquido na locação. O investimento líquido na locação é o valor atual dos pagamentos nominais mínimos da locação e o valor residual não garantido. A diferença entre o investimento bruto e o investimento líquido na locação é reconhecida como rendimento financeiro não obtido. As receitas da locação são reconhecidas como receitas de juros durante o período da locação através do método de investimento líquido, o que resulta numa taxa constante de retorno sobre o investimento.

Locações operacionais

Os ativos alocados segundo alocações operacionais estão incluídos na demonstração da posição financeira em "Bens e equipamentos". Os ativos são depreciados ao longo das suas vidas úteis estimadas em consonância com as dos itens de propriedades e equipamentos comparáveis. As receitas da locação (deduzidas dos write-downs e descontos concedidos aos locatários) são reconhecidas em 'Outros proveitos operacionais líquidos' numa base linear durante o período da mesma.

2.21 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações (legais ou construtivas) que surgem em resultado de um evento passado, quando for provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação e se puder fazer-se uma estimativa confiável do montante da obrigação. No caso de o Rabobank esperar que uma comissão seja reembolsada, por exemplo no âmbito de uma apólice de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas se for virtualmente certo. As provisões são avaliadas pelo valor descontado dos futuros fluxos de caixa esperados. Os acréscimos e os lançamentos de provisões são reconhecidos na declaração de rendimentos em 'Outras despesas administrativas'.

Reestruturação

As provisões para reestruturação incluem os pagamentos ao abrigo de planos de despedimento e outros custos diretamente atribuíveis a programas de reestruturação. Os custos são reconhecidos no período em que surge a obrigação legal ou real, em que foi preparado um plano detalhado de indemnização por despedimento e em que há expectativas realistas entre as partes interessadas de que a reorganização seja implementada.

Questões fiscais e legais

A provisão para as questões fiscais e legais baseia-se nas melhores estimativas disponíveis no final do período de relato, tendo em conta aconselhamento jurídico e fiscal. O momento da saída de caixa destas provisões é incerto, porque o resultado das disputas e o tempo envolvido são imprevisíveis.

Outras provisões

A rubrica 'Outras provisões' inclui provisões para contratos onerosos, garantias de crédito e obrigações, nos termos do plano de garantia de depósitos.

2.22 Benefícios aos Empregados

O Rabobank tem vários planos de pensões em vigor com base nas condições e práticas locais dos países em que opera. Em geral, os planos são financiados por pagamentos a companhias de seguros ou fundos administrados por um depositário e determinados por cálculos atuariais periódicos. Um plano de benefícios definidos incorpora a obrigação de pagar um montante acordado do benefício de pensões, que é normalmente baseado em vários fatores, tais como idade, número de anos de serviço e remuneração. Um plano de contribuição definida é um plano segundo o qual são pagas contribuições fixas a uma entidade separada (um fundo de pensões) sem outras obrigações legais ou construtivas por parte do empregador no caso de o fundo não ter ativos suficientes para liquidar as suas obrigações para com os empregados-membros do plano.

Obrigações de pensões

A obrigação ao abrigo de regimes de pensões de benefícios definidos é o valor atual da obrigação da pensão de benefícios definidos no final do período de relato após a dedução do justo valor dos investimentos de fundos. A obrigação de benefícios definidos é calculada por atuários independentes, todos os anos, através do método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefícios definidos é determinado como as futuras saídas de fundos de caixa estimadas com base nas taxas de juros de obrigações de empresas de primeira linha com termos semelhantes aos das respetivas obrigações. A maioria dos planos de pensões trata-se de planos de pensões de média de carreira. Os custos destes planos (nomeadamente os custos da pensão líquida para o período após deduzir as contribuições e juros dos empregados) estão incluídos na rubrica 'Custos com pessoal'. As despesas / receitas líquidas com juros são determinadas através da aplicação da taxa de desconto no início do período de relato para o ativo ou passivo do regime de pensões de benefícios definido.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de acontecimentos e/ou alterações em pressupostos atuariais são reconhecidos na demonstração do rendimento integral.

Planos de contribuição definida

Segundo os planos de contribuição definida, as contribuições são pagas para planos de seguros de pensões geridos por entidades públicas ou privadas numa base obrigatória, contratual ou voluntária. Estas contribuições regulares são reconhecidas como despesa no exercício em que são devidas e estão incluídas em 'Custos com pessoal'.

Outras obrigações pós-emprego

Algumas das unidades de negócio do Rabobank oferecem outros benefícios pós-emprego. Para se tornar elegível para tais benefícios, o requisito habitual é que o empregado permaneça em serviço até à reforma e tenha estado na empresa por um número mínimo de anos. Os custos esperados destes benefícios são acumulados ao longo dos anos de serviço, com base num sistema semelhante ao que existe para regimes de pensões de benefícios definidos. As obrigações são calculadas anualmente por atuários independentes.

Remuneração variável

A remuneração variável paga incondicionalmente e em dinheiro é reconhecida no exercício em que o empregado presta os serviços. A remuneração em dinheiro condicional é incluída, de forma linear, nos custos com pessoal na declaração de rendimentos durante o período do ano em que os serviços do empregado são prestados e os três anos restantes do período de carência (nomeadamente, mais de quatro anos). O passivo é reconhecido em 'Outros passivos'. O tratamento contabilístico dos pagamentos baseados em instrumentos de capital próprio é divulgado no ponto 2.23.

2.23 Pagamentos baseados em instrumentos de capital próprio

Para alguns empregados identificados, a remuneração pelos serviços prestados é liquidada na forma de pagamentos em dinheiro com base em instrumentos de capital próprio que são semelhantes a, e têm as mesmas características, dos Certificados do Rabobank. Os custos dos serviços prestados têm por base o justo valor dos instrumentos de capital próprio concedidos na data de atribuição e são reajustados anualmente ao justo valor na altura. Os custos relacionados com a concessão de instrumentos de capital próprio durante o período do contrato do empregado são incluídos nos custos com pessoal na declaração de rendimentos ao longo do período do ano da concessão e dos três anos restantes do período de carência dos instrumentos de capital próprio (nomeadamente, mais de quatro anos). O passivo é reconhecido em outros passivos.

2.24 Tributação

As obrigações fiscais correntes são compensadas no caso de haver um direito legalmente executável a uma compensação e de se pretender tratamento ou liquidação simultâneos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados no caso de haver um direito legalmente executável a uma compensação e de tais artigos serem relativos à mesma autoridade fiscal e resultarem da mesma entidade fiscal.

As provisões são feitas utilizando o método do passivo, para passivos fiscais diferidos decorrentes das diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e os seus valores contabilísticos para finalidades de relato financeiro. Estas diferenças temporárias resultam sobretudo da depreciação dos ativos imobilizados corpóreos, da reavaliação de certos ativos e passivos financeiros, incluindo derivados, das provisões para pensões e outros benefícios pós-emprego, das provisões para créditos de liquidação duvidosa e outras imparidades, prejuízos fiscais e ajustes do justo valor dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios. Os ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados às taxas fiscais que tenham sido decretadas ou substantivamente decretadas à data de relato.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, face aos quais os prejuízos possam ser utilizados.

As provisões são feitas com respeito a diferenças temporárias tributáveis associadas a investimentos em subsidiárias, associadas e interesses em joint ventures, a menos que o momento da reversão das diferenças temporárias possa ser controlado pelo Rabobank e que seja provável que as diferenças temporárias não serão revertidas no futuro previsível.

Os impostos sobre os lucros são calculados de acordo com a legislação fiscal das jurisdições relevantes em que o Rabobank opera e reconhecidos como uma despesa no período em que o lucro é realizado. Os efeitos fiscais do reporte de prejuízos

são reconhecidos como um ativo, se for provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis e perante os quais as perdas podem ser utilizadas.

Os ativos ou passivos fiscais diferidos são reconhecidos na reavaliação dos ativos financeiros disponíveis para venda e das coberturas de fluxos de caixa que são diretamente lançadas em outros rendimentos integrais.

Quando realizados, são reconhecidos na declaração de rendimentos ao mesmo tempo que os respetivos ganhos ou perdas diferidos são reconhecidos.

2.25 Depósitos de bancos, depósitos de clientes e títulos de dívida em circulação

Estes empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo justo valor, ou seja, o preço de emissão menos os custos de transação diretamente atribuíveis e não recorrentes, e posteriormente escriturados pelo custo amortizado, incluindo os custos de transação.

Os próprios instrumentos de dívida que são readquiridos são desreconhecidos, sendo a diferença entre o valor contabilístico e a contribuição paga reconhecida na declaração de rendimentos.

2.26 Certificados Rabobank

O produto da emissão de Certificados do Rabobank está disponível para o Grupo Rabobank numa base permanente e é subordinado a todos os passivos, assim como aos Títulos fiduciários preferenciais e Títulos de capital. Dado que o pagamento das distribuições é totalmente discricionário, o produto recebido e os dividendos pagos sobre o mesmo são reconhecidos como capital próprio.

2.27 Títulos fiduciários preferenciais e Títulos de capital Uma vez que não há qualquer obrigação formal de pagar/restituir o capital ou pagar o dividendo, os restantes Títulos fiduciários preferenciais e Títulos de capital são reconhecidos como 'Capital próprio' e os dividendos pagos sobre estes instrumentos são reconhecidos diretamente no capital próprio.

2.28 Garantias financeiras

Os contratos de garantias financeiras exigem que o emitente indemnice o titular por perdas incorridas quando o devedor não cumpre as suas obrigações de acordo com os termos do instrumento de dívida correspondente. As garantias são inicialmente reconhecidas pelo justo valor e posteriormente mensuradas pela estimativa descontada da obrigação sob a garantia, e o valor inicialmente reconhecido menos a amortização acumulada, dependendo de qual for mais elevado.

2.29 Informações segmentadas

Um segmento é um componente operacional discreto que está sujeito a riscos e retornos que diferem dos de outros segmentos ou componentes operacionais e que é visto e gerido como um componente separado e discreto para os objetivos de gestão estratégicos e operacionais do Rabobank. O Rabobank utiliza a segmentação de negócios como a sua principal estrutura de gestão e relato, tendo a segmentação geográfica como sua estrutura secundária.

2.30 Atividades empresariais

As atividades empresariais são contabilizadas com base no método de aquisição. O custo de uma aquisição é determinado como o valor monetário (ou equivalente) acordado para a aquisição da atividade empresarial, acrescido dos custos diretos da aquisição. O goodwill representa a diferença entre o custo de aquisição e a participação do adquirente no justo valor dos ativos e passivos identificáveis e dos ativos e passivos condicionais adquiridos. O goodwill é capitalizado e reconhecido como um ativo incorpóreo. A participação minoritária é também determinada como o justo valor ou a sua participação dos ativos líquidos identificáveis da empresa adquirida. Os custos diretos de aquisição são diretamente debitados da declaração de rendimentos aquando da aquisição.

2.31 Grupos de alienações classificados como detidos para venda e operações descontinuadas

Os ativos que foram classificados como detidos para venda são inscritos pelo seu justo valor, reduzindo os custos estimados de venda, quando tal for menor do que o valor contabilístico. Um ativo (ou grupo de ativos) é classificado como detido para venda quando é muito provável que o seu valor económico seja realizado principalmente por meio de venda e não de uso continuado, o ativo (ou grupo de ativos) esteja totalmente disponível para venda na sua condição atual ou a administração se tenha comprometido a um plano para vender o ativo e se espere que a venda esteja concluída no prazo de um ano a partir da sua classificação como detida para venda. Se um grupo de ativos classificados como detidos para venda representa uma atividade chave ou região geográfica chave, o mesmo é classificado como operações descontinuadas e reconhecido separadamente do resultado integral decorrente das operações contínuas.

2.32 Demonstração de fluxos de caixa

A rubrica Caixa e disponibilidades em bancos centrais inclui recursos de tesouraria, depósitos no mercado monetário e depósitos em bancos centrais. A demonstração dos fluxos de caixa é preparada utilizando o método indireto e fornece detalhes sobre a fonte de caixa e disponibilidades em bancos centrais que se tornaram disponíveis durante o ano, bem como a sua aplicação durante o ano. O fluxo de caixa líquido antes dos impostos das atividades operacionais é ajustado para os itens não monetários da declaração de rendimentos e para as alterações não monetárias nos itens da demonstração da posição financeira.

A demonstração apresenta separadamente os fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento. Os fluxos de caixa das atividades operacionais incluem alterações líquidas em empréstimos e montantes a receber, depósitos interbancários, depósitos de clientes e títulos de dívida em circulação. As atividades de investimento incluem aquisições, alienações e reembolsos de investimentos financeiros, bem como aquisições e alienações de subsidiárias e de bens e equipamentos. As atividades de financiamento incluem emissões e reembolsos de

Certificados do Rabobank, Títulos fiduciários preferenciais, Títulos de capital, Títulos contingentes não subordinados e dívidas subordinadas.

A diferença entre a variação líquida apresentada na demonstração dos fluxos de caixa e a variação de caixa e disponibilidades em bancos centrais incluída na demonstração da posição financeira deve-se às diferenças nas taxas de câmbio.

3 Solvência e gestão de capital

O Rabobank tem como objetivo manter um nível adequado de solvência. Para tal, são utilizados vários rácios de solvência. Os principais rácios são o common equity tier 1 (CET 1), o tier 1, o de capital total e o de capital próprio. O Rabobank utiliza os seus próprios objetivos internos, que vão além dos requisitos mínimos dos supervisores. Tem em conta as expectativas do mercado e a evolução da legislação e dos regulamentos. O Rabobank gere a sua posição de solvência com base em documentos de políticas. A situação de solvência e os objetivos são periodicamente revistos pelo Comité de Gestão de Riscos e o Comité de Ativos e Passivos do Conselho Executivo e do Conselho de Supervisão

O Regulamento de Requisitos de Capital (Capital Requirements Regulation - CRR), juntamente com a Diretiva sobre Requisitos de Capital IV (Capital Requirements Directive IV - CRD IV), constitui a implementação europeia do Acordo de Basileia relativo a Capital e Liquidez, de 2010. Estas regras, em vigor desde 1 de janeiro de 2014, são aplicadas pelo Rabobank.

O Rabobank deve cumprir uma série de posições mínimas de solvência, tal como estipulado por lei. A posição de solvência é determinada com base em rácios. Estes rácios comparam o capital considerado (rácio de capital total) o capital tier 1 (rácio tier 1) e o capital de base (rácio common equity tier 1) com o total dos ativos ponderados pelo risco. Desde 1 de janeiro de 2014, as percentagens mínimas exigidas foram determinadas com base no CRD IV/CRR. As reservas legais abaixo são aplicáveis a partir de 2016. Estas reservas serão gradualmente aumentadas até 2019. O Rabobank está já a permitir estas alterações no seu planeamento de capital. A tabela abaixo mostra as reservas mínimas legais com base na situação planeada final nos termos do CRD IV/CRR.

Minimum capital buffer				
		<i>CET 1</i>	<i>Tier 1</i>	<i>Total capital</i>
Pillar 1		4.5%	6.0%	8.0%
Pillar 2		1.75%	1.75%	1.75%
Capital conservation buffer ¹	2016-2019	2.5%	2.5%	2.5%
Systemic risk buffer ¹	2016-2019	3.0%	3.0%	3.0%
Countercyclical buffer ¹	2016-2019			0% e 2,5%

Os ativos ponderados pelo risco são determinados com base em métodos separados para risco de crédito, risco operacional e risco de mercado. Para efeitos de risco de crédito, os ativos ponderados pelo risco são determinados de diferentes formas, dependendo da natureza do ativo. Para a maior parte dos ativos, a ponderação de risco é determinada com referência às classificações internas e a uma série de características específicas do ativo em causa. Para os itens fora do balanço, o equivalente ao balanço é calculado em primeiro lugar com base em fatores de conversão internos. Os montantes equivalentes que resultam são então também ponderações de risco atribuídas. Para efeitos do risco operacional, utiliza-se um Modelo de abordagem de mensuração avançada para determinar o montante dos ativos ponderados pelo risco. Na abordagem de risco de mercado, o risco geral de mercado é coberto, bem como os riscos de posições abertas em moedas estrangeiras, instrumentos de dívida e de capital próprio, e commodities. As provisões transitórias do CRR foram refletidas nos rácios apresentados abaixo.

Rácios do Grupo Rabobank		
<i>in millions of euros</i>	2016	2015
Retained earnings	25,709	25,482 ²
Expected dividends	(60)	(126)
Rabobank Certificates	5.948	5.949
Part of non-controlling interest treated as qualifying capital	25	23
Reserves	112	224
Deductions	(3.302)	(5.539)
Transition guidance	1.186	2.741
Common Equity Tier 1 capital	29,618	28,754
Capital Securities	2,728	1,488
Grandfathered instruments	5,462	6,373
Non-controlling interests	5	5
Deductions	(91)	(76)
Transition guidance	(643)	(1,492)
Tier 1 capital	37,079	35,052
Part of non-controlling interest treated as qualifying capital	16.094	15,078
Non-controlling interests	7	6
Deductions	(99)	(85)
Transition guidance	(208)	(596)
Qualifying capital	52,873	49,455
Risk-weighted assets	211,226	213,092
Common Equity Tier 1 ratio	14.0%	13.5%
Tier 1 ratio	17.6%	16.4%
Total capital ratio	25.0%	23.2%
Equity capital ratio ³	15.0%	14.7%

- Estas reservas serão gradualmente integradas durante os anos de 2016-2019. A reserva contracíclica está limitada a um máximo de 2,5%. Na maior parte dos países, incluindo os Países Baixos, a reserva contracíclica para 2016 foi definida em 0%.
- Difere do montante de lucros acumulados tal como relatado na nota 30 devido ao ajuste do ano anterior de 83 no balanço de abertura do capital próprio da IFRS de 2015 (ver nota 2.1)
- O rácio património/capital é calculado pela comparação dos itens lucros acumulados e Certificados do Rabobank com os ativos ponderados pelo risco.

As deduções consistem principalmente em goodwill, outros ativos incorpóreos imobilizados, passivos fiscais diferidos que dependem de lucros futuros, o déficit IRB para ajustes do risco de crédito e ajustes relativos a lucros acumulados devido a alterações no risco de crédito do banco em instrumentos emitidos pelo valor de mercado (FVPL). De acordo com o CRR, várias deduções são ajustadas nas 'Orientações de transição', uma vez que esses ajustes estão a ser faseados ao longo do período de 2014-2018. As 'Orientações de transição' consistem principalmente em goodwill, outros ativos incorpóreos não correntes, passivos fiscais diferidos que dependem de lucros futuros (nomeadamente, diferenças não temporárias) e o déficit IRB para ajustes do risco de crédito. Os instrumentos de tier 1 adicionais emitidos pelo Rabobank antes de 2015 não satisfazem os novos requisitos do CRR. Estão a ser aplicados 'direitos adquiridos'. Isso significa que estes instrumentos serão retirados de rácios de solvabilidade, de acordo com os requisitos legais.

4 Exposição ao risco dos instrumentos financeiros

4.1 Organização do risco

O Grupo Rabobank faz a gestão dos riscos a vários níveis dentro da organização. Ao nível mais alto, o Conselho Executivo (sob a supervisão do Conselho de Supervisão) determina a estratégia de risco a ser exercida, a apetência pelo risco, o quadro político e os limites. O Conselho de Supervisão avalia regularmente os riscos associados às atividades e à carteira do Grupo Rabobank. O Diretor de Riscos, enquanto Membro do Conselho Executivo, é responsável pela política de gestão de risco dentro do Grupo Rabobank.

Apetência pelo risco

A identificação e gestão de riscos no Rabobank é um processo contínuo para a sua organização. Para este fim, é utilizada uma estratégia de gestão de risco integrada. O ciclo da gestão de risco inclui a determinação da apetência pelo risco, a preparação de análises de risco integradas e a mensuração e o monitoramento dos riscos. Ao longo deste processo, o Rabobank utiliza uma estratégia de risco com vista à continuidade e projetada para proteger a rentabilidade, manter rácios sólidos de balanço e proteger a sua identidade e reputação.

4.2 Estratégia para a utilização de instrumentos financeiros

As atividades do Rabobank estão inerentemente relacionadas com a utilização de instrumentos financeiros, incluindo derivados. Como parte dos serviços que oferece, o Rabobank recebe depósitos de clientes com termos variáveis e com taxas de juros fixas e variáveis. O Rabobank tenta fazer receitas de juros através do investimento desses fundos em ativos de alto valor, bem como através da concessão de créditos a mutuários comerciais e de retalho. O Rabobank pretende também aumentar essas margens, através de uma abordagem de carteira de fundos curtos e da atribuição de créditos com períodos mais longos com taxas de juros mais elevadas, mantendo recursos de caixa suficientes para atender a obrigações que possam ser vencidas. O Rabobank melhora a sua receita de juros ao atingir

margens de locação após a dedução de provisões, e pela emissão de empréstimos com uma variedade de classificações de crédito e de perfis de risco inerentes. O Rabobank não está apenas exposto ao risco de crédito dos empréstimos dentro do balanço, mas também ao risco de crédito das garantias fora do balanço que fornece, tais como cartas de crédito, cartas de desempenho e outros documentos de garantia.

4.3 Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de que uma contraparte seja incapaz de cumprir uma obrigação financeira ou outra obrigação contratual perante o banco. O risco de crédito é inerente à concessão de crédito. As posições em ativos negociáveis, tais como títulos e ações, estão também sujeitas ao risco de crédito. O Rabobank restringe a sua exposição ao risco de crédito, definindo limites para a concessão de empréstimos a uma contraparte individual, ou um grupo de contrapartes, assim como para empréstimos concedidos aos países. O princípio dos quatro olhos é também um fator chave na concessão de empréstimos. É criada uma comissão com uma estrutura a vários níveis para tomar decisões sobre os principais pedidos de empréstimo. A comissão competente é escolhida com base no montante do empréstimo. As decisões sobre os empréstimos mais elevados são tomadas pelo comité de nível mais alto, o Comité Central de Crédito do Grupo Rabobank (Central Credit Committee Rabobank Group - CCRG).

A exposição ao risco de crédito relativa a cada mutuário individual é ainda mais restrita pela utilização de sublimites para cobrir valores em risco, alguns dos quais não são divulgados na demonstração da posição financeira, bem como pela utilização de limites ao risco de entrega diária para itens comerciais como contratos cambiais a prazo. A maior parte dos itens resultantes é diariamente testada em função dos limites. Uma vez que um empréstimo tenha sido concedido, o mesmo é continuamente sujeito a uma gestão de crédito à medida que novas informações - financeiras e outras - são revistas. Os limites ao crédito são ajustados quando necessário. O Rabobank obtém garantias para a maioria dos empréstimos.

4.3.1 Empréstimos

O Rabobank tem uma quota de mercado significativa nos empréstimos a entidades individuais privadas; estes empréstimos representam 47% dos empréstimos ao setor privado. Estes empréstimos têm um perfil de baixo risco, como evidenciado pelas perdas reais incorridas, de 3 pontos-base (excluindo fatores não recorrentes em 2016). Em 2016, a proporção dos empréstimos a particulares atribuíveis ao setor agroalimentar foi de 24%. No final do ano de 2016, a proporção dos empréstimos a particulares atribuíveis ao comércio, indústria e serviços foi de 29%. Os empréstimos para comércio, indústria e serviços e os empréstimos para o setor agroalimentar estão distribuídos por uma ampla gama de indústrias em muitos países diferentes. Nenhuma destas participações representa mais de 10% do total dos empréstimos a particulares.

<i>in millions of euros</i>	2016	2015		
Total loans and advances to customers	452.807	465.993		
Of which:				
government clients	3.329	3.372		
reverse repurchase transactions and securities borrowing	16.321	19.737		
interest rate hedges (hedge accounting)	8.606	8.957		
Loans to private sector clients	424.551	433.927		
<i>This can be broken down geographically as follows:</i>				
The Netherlands	304.723	72%	321.798	74%
Rest of Europe	28.895	7%	27.185	6%
North America	45.985	11%	42.241	10%
Latin America	13.680	3%	12.741	3%
Asia	9.624	2%	9.502	2%
Australia	21.315	5%	20.116	5%
Africa	329	0%	344	0%
Total	424.551	100%	433.927	100%
<i>Breakdown of loans by business sector</i>				
Private individuals	201.234	47%	207.834	48%
Trade, industry and services (TIS)	121.336	29%	127.690	29%
Food & agri	101.981	24%	98.403	23%
Total	424.551	100%	433.927	100%

<i>Trade, industry and services loan portfolio analysed by industry</i>		
<i>in millions of euros</i>	2016	2015
Lessors of real estate	20.670	24.082
Finance and insurance (except banks)	12.291	16.672
Wholesale	12.747	11.691
Activities related to real estate	5.340	5.221
Manufacturing	9.180	8.116
Transport and warehousing	6.729	7.421
Construction	5.014	5.792
Healthcare and social assistance	6.069	6.062
Professional, scientific and technical services	10.065	9.941
Retail (non-food)	4.520	4.657
Utilities	2.896	3.017
Information and communication	981	900
Arts, entertainment and leisure	1.164	1.441
Other TIS	23.670	22.677
Total loans granted to TIS	121.336	127.690

<i>Food & agri loan portfolio analysed by sector</i>		
<i>in millions of euros</i>	2016	2015
Grain and oil seeds	19.540	18.735
Animal protein	15.728	16.261
Dairy	22.713	22.174
Fruit and vegetables	10.628	10.932
Farm inputs	10.061	8.085
Food retail	4.527	3.926
Beverages	3.852	2.685
Flowers	1.682	1.732
Sugar	2.811	2.671
Miscellaneous crop farming	1.194	2.071
Other food & agri	9.245	9.131
Total loans granted to food & agri	101.981	98.403

4.3.2 Derivados

O Rabobank estabelece limites rigorosos para as posições em aberto, tanto no que respeita aos valores como às condições. No caso de as normas ISDA (International Swaps and Derivatives Association) serem aplicáveis ou de ter sido celebrado com a contraparte um acordo principal incluindo termos equivalentes, e no caso de a jurisdição da contraparte permitir a compensação, a posição aberta líquida é monitorizada e relatada. Este risco de crédito é gerido como parte dos limites de crédito gerais a clientes. Sempre que necessário, o Rabobank obtém cauções ou outro tipo de garantias para atenuar os riscos de crédito inerentes a estas transações. A exposição ao risco de crédito representa o justo valor atual de todos os contratos de derivados em aberto que mostram um valor de mercado positivo, tendo em conta os acordos principais de compensação obrigatórios por lei.

4.3.3 Garantias e gestão de crédito

A exposição do Rabobank ao risco de crédito é parcialmente atenuada através da obtenção de garantias, sempre que necessário. O montante e a natureza das garantias exigidas dependem, em parte, da avaliação do risco de crédito do empréstimo à contraparte. O Rabobank segue orientações para efeitos de aceitação e valorização de diferentes tipos de garantias. Os principais tipos de garantias são:

- garantias com hipotecas residenciais;
- garantias hipotecárias sobre bens imóveis, penhoras sobre bens móveis, inventários e montantes a receber, principalmente para empréstimos a empresas;
- numerário e títulos, principalmente para atividades de empréstimo de títulos e transações de revenda.

A administração acompanha o valor de mercado das garantias obtidas e exige garantias adicionais sempre que necessário. O Rabobank também utiliza derivados de crédito para gerir riscos de crédito e atenua ainda mais a sua exposição ao risco de crédito ao celebrar acordos principais de compensação com contrapartes para um volume significativo de transações. Em geral, os acordos principais de compensação não levam à compensação de ativos e passivos incluídos na demonstração da posição financeira, já que as transações são normalmente liquidadas por bruto. O risco de crédito é limitado por acordos principais de compensação, mas apenas na medida em que, se ocorrer um evento ou cancelamento, todos os valores que envolvem a contraparte são congelados e liquidados de forma líquida. A exposição total ao risco de crédito com os derivados aos quais se aplicam os acordos de compensação é altamente sensível à conclusão de novas transações, ao vencimento das operações existentes e às flutuações nos juros de mercado e nas taxas de câmbio.

A tabela abaixo mostra compensações que foram aplicadas no balanço consolidado (IAS 32 Compensação) e compensações que não foram aplicadas no balanço consolidado (Outras compensações). As outras compensações consistem em títulos que o Rabobank recebeu de operações de recompra reversa e títulos que o Rabobank forneceu em relação a empréstimos de operações de recompra.

Offsetting of financial instruments						
<i>in millions of euros</i>	<i>Gross carrying amount</i>	<i>IAS 32 Offsetting</i>	<i>Net carrying amount included in balance sheet</i>	<i>Master netting agreements</i>	<i>Other offsetting</i>	<i>Net value after other offsetting</i>
On 31 December 2016						
Loans and advances to banks	26.129	(685)	25.444	-	(13.817)	11.627
Derivatives	115.541	(73.169)	42.372	(29.950)	-	12.422
Loans and advances to customers	466.990	(14.183)	452.807	-	(16.114)	436.693
Other assets	8.253	(375)	7.878	-	-	7.878
Total	616.913	(88.412)	528.501	(29.950)	(29.931)	468.620
Deposits from banks	24.541	(2.535)	22.006	-	(401)	21.605
Depósitos de clientes	356.847	(9.135)	347.712	-	(215)	347.497
Derivatives and financial liabilities held for trading	124.391	(76.367)	48.024	(29.950)	-	18.074
Other liabilities	8.807	(375)	8.432	-	-	8.432
Total	514.586	(88.412)	426.174	(29.950)	(616)	395.608
On 31 December 2015						
Loans and advances to banks	33.107	(673)	32.434	-	(18.888)	13.546
Derivatives	108.741	(60.628)	48.113	(36.047)	-	12.066
Loans and advances to customers	476.981	(10.988)	465.993	-	(18.965)	447.028
Other assets	8.234	(380)	7.854	-	-	7.854
Total	627.063	(72.669)	554.394	(36.047)	(37.853)	480.494
Deposits from banks	21.336	(2.298)	19.038	-	(589)	18.449
Deposits from customers	350.314	(4.430)	345.884	-	(486)	345.398
Derivatives	120.117	(65.561)	54.556	(36.047)	-	18.509
Other liabilities	8.703	(380)	8.323	-	-	8.323
Total	500.470	(72.669)	427.801	(36.047)	(1.075)	390.679

A tabela na página seguinte apresenta o máximo risco de crédito a que o Rabobank está exposto à data do balanço em relação às diversas categorias de risco, sem levar em conta qualquer garantia ou outras medidas para restringir o risco de crédito. Mostra ainda o efeito financeiro de qualquer garantia fornecida ou outros tipos de redução do risco de crédito. Em alguns casos, os montantes demonstrados desviam-se dos valores contabilísticos, uma vez que os instrumentos de capital em circulação não estão incluídos no máximo risco de crédito.

	<i>Maximum gross credit risk</i>		<i>Credit risk reduction</i>	
<i>in millions of euros</i>	2016	2015	2016	2015
Cash and balances at central banks	84.405	64.943	0%	0%
Loans and advances to banks	25.444	32.434	48%	51%
Derivatives	42.372	48.113	88%	88%
Loans and advances to customers	452.807	465.993	75%	75%
Available-for-sale financial assets	33.745	36.838	0%	0%
Subtotal	638.773	648.321	61%	63%
Credit related ou balance sheet commitments	62.760	62.056	18%	18%
Total	701.533	710.377	57%	59%

4.3.4 instrumentos financeiros extrapatrimoniais

As garantias e cartas de crédito stand-by que o Rabobank fornece a terceiros no caso de um cliente não poder cumprir as suas obrigações perante esses terceiros, estão também expostas ao risco de crédito. O crédito documentário e comercial e os compromissos escritos pelo Rabobank em nome de clientes autorizam terceiros a desenhar títulos contra o Rabobank até um montante fixo e sujeito a condições específicas. Uma vez que estas operações são cobertas pela entrega dos bens subjacentes aos quais dizem respeito, o risco de exposição deste tipo de instrumento é menor do que o de um empréstimo direto. Os compromissos de empréstimos são compromissos firmes para fornecer crédito em termos e condições pré-especificados. Estão incluídos nos passivos contingentes relacionados ao crédito. O Rabobank está exposto ao risco de crédito ao prometer a concessão de empréstimos. O montante de quaisquer perdas será provavelmente inferior ao total dos compromissos não utilizados, já que os compromissos se fazem apenas desde que os clientes satisfaçam determinadas condições de empréstimo. O Rabobank acompanha o prazo de vencimento dos compromissos de empréstimos, já que os compromissos a longo prazo envolvem geralmente um risco

mais elevado do que os compromissos a curto prazo. O Rabobank monitoriza o prazo de vencimento das promessas de crédito, já que os compromissos a longo prazo geralmente envolvem um risco mais elevado do que os compromissos a curto prazo.

4.3.5 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

No seu processo de aprovação de financiamento, o Grupo Rabobank usa a Classificação de Risco do Rabobank, que reflete o risco de falhanço ou a probabilidade de incumprimento (probability of default - PD) da relação de crédito durante um período de um ano. A tabela abaixo mostra a qualidade dos empréstimos dos itens do balanço após dedução das provisões para imparidade. As categorias da qualidade do crédito são determinadas com base na Classificação interna de risco do Rabobank. A Classificação de Risco do Rabobank é composta por 21 classificações de desempenho (R0-R20) e quatro classificações de incumprimento (D1-D4). As classificações de desempenho avaliam a probabilidade de incumprimento dentro do período de um ano. A classificação é determinada, em princípio, numa base ciclicamente neutra. As classificações D1-D4 referem-se a classificações de incumprimento. D1 representa 90 dias de atraso no pagamento (dependendo das condições locais, tal pode ser alargado para mais de 90 dias); D2 indica uma alta probabilidade de que o devedor não pode pagar; D3 indica que os ativos do devedor muito provavelmente terão de ser liquidados devido a incumprimento; e D4 indica o estado de falência. As classificações de incumprimento constituem o total da exposição em imparidade. A categoria 'vulnerável' consiste em classificações de desempenho que não são (ainda) classificadas como em imparidade. Os outros ativos financeiros com risco de contraparte (por exemplo, caixa e saldos em bancos centrais, ativos disponíveis para venda) são de boa qualidade uma vez que a exposição é com bancos centrais, ou consistem em títulos do governo cotados.

<i>Credit quality of financial assets</i>					
<i>in millions of euros</i>	<i>(Virtually) no risk</i>	<i>Adequate to good</i>	<i>Vulnerable</i>	<i>Impaired</i>	<i>Total</i>
On 31 December 2016					
Loans and advances to banks	18.257	7.113	73	1	25.444
Loans and advances to customers					
Loans to government clients	2.370	801	59	4	3.234
Loans to private clients:					
- overdrafts	1.229	18.150	514	762	20.655
- mortgages	40.257	162.491	2.319	1.056	206.123
- leases	606	17.819	1.223	204	19.852
- reverse repurchase transactions and securities borrowing agreements	7.605	8.463	-	-	16.068
- corporate loans	8.176	157.852	4.709	7.936	178.673
- other	299	7.427	58	-	7.784
Total	78.799	380.116	8.955	9.963	477.833
On 31 December 2015					
Loans and advances to banks	25.249	7.133	50	2	32.434
Loans and advances to customers					
Loans to government clients	2.428	815	49	8	3.300
Loans to private clients:					
- overdrafts	5.407	22.430	596	1.020	29.453
- mortgages	39.880	167.049	3.579	1.658	212.166
- leases	652	23.118	1.579	376	25.725
- reverse repurchase transactions and securities borrowing agreements	4.367	14.560	-	-	18.927
- corporate loans	7.636	149.844	2.742	7.491	167.713
- other	3.655	4.204	45	23	7.927
Total	89.274	389.153	8.640	10.578	497.645

A tabela abaixo apresenta uma análise da idade dos ativos financeiros vencidos mas não em imparidade.

Age analysis					
<i>in millions of euros</i>	<i>< 30 days</i>	<i>30 to 60 days</i>	<i>61 to 90 days</i>	<i>> 90 days</i>	<i>Total</i>
On 31 December 2016					
Loans and advances to banks	54	19	-	-	73
Loans and advances to customers					
Loans to government clients	42	9	4	4	59
Loans to private clients:					
- overdrafts	477	20	11	6	514
- mortgages	1.644	327	158	190	2.319
- leases	811	220	48	144	1.223
- reverse repurchase transactions and securities borrowing agreements	-	-	-	-	-
- corporate loans	4.093	169	121	326	4.709
- other	36	10	2	10	58
Total	7.157	774	344	680	8.955
On 31 December 2015					
Loans and advances to banks	44	6	-	-	50
Loans and advances to customers					
Loans to government clients	41	5	1	2	49
Loans to private clients:					
- overdrafts	516	38	15	27	596
- mortgages	2.766	407	187	219	3.579
- leases	1.163	245	84	87	1.579
- reverse repurchase transactions and securities borrowing agreements	-	-	-	-	-
- corporate loans	1.828	213	138	563	2.742
- other	37	8	-	-	45
Total	6.395	922	425	898	8.640

4.3.6 Indulgência

O Rabobank tem uma política para acompanhar a sua carteira de indulgência a cada trimestre. Esta carteira é composta pelos clientes do Rabobank para os quais as medidas de indulgência foram postas em prática. As medidas previstas nesta área compreendem as concessões aos devedores que enfrentam ou estão prestes a enfrentar dificuldades no cumprimento dos seus compromissos financeiros. Uma concessão refere-se a qualquer uma das seguintes ações:

- Uma modificação dos anteriores termos e condições de um contrato que o devedor é incapaz de cumprir devido às suas dificuldades financeiras ("crédito mal parado"), a fim de permitir a oferta suficiente do serviço de assistência relativamente a dívidas. Uma modificação que não teria sido concedida se o devedor não estivesse em dificuldades financeiras.
- Um refinanciamento total ou parcial de um contrato em que existe inadimplência, que não teria sido concedido se o devedor não estivesse em dificuldades financeiras.

Os exemplos incluem adiamentos de reembolsos e extensões do vencimento de um crédito. A razão para o foco nesta carteira deriva das preocupações dos reguladores europeus sobre a deterioração da qualidade da carteira; teme-se que as medidas de indulgência possam camuflar esta deterioração da carteira, uma vez que os devedores são capazes de cumprir as suas obrigações financeiras

por períodos mais longos, como resultado das concessões. A identificação de medidas de indulgência para a carteira de empresas está baseada no atual quadro de Classificação da Qualidade do Crédito, com as medidas de indulgência a aplicarem-se apenas à carteira classificada. Se as medidas de indulgência forem aplicadas a um devedor, o mesmo estará, por definição, sob a supervisão do Departamento Específico de Gestão de Ativos. Por último, os itens na categoria indulgência devem ser relatados durante até dois anos após a sua recuperação de 'incumprimento' para 'cumprimento'. Este período de dois anos é referido como "indulgência por um período probatório". Para os princípios contabilísticos relativos ao desreconhecimento de ativos financeiros deve consultar-se a secção 2.9 'Titularizações e (des)reconhecimento de ativos e passivos financeiros'.

4.4 Risco cambial no setor bancário

O risco cambial é o risco de que os resultados financeiros e/ou o valor económico do banco sejam negativamente afetados por alterações nas taxas de juro. O Rabobank está exposto ao efeito das flutuações nas taxas de câmbio sobre a sua posição financeira e fluxos de caixa. No setor de negociação, o risco cambial, como outros riscos de mercado, é gerido com base nos limites do valor em risco (Value at Risk - VaR) estabelecidos pelo Conselho Executivo. No setor bancário há um risco cambial nas carteiras bancárias e um risco de conversão.

O risco cambial nas carteiras bancárias é o risco que se manifesta no momento em que os montantes a receber e os passivos não estão cobertos, pelo que as flutuações cambiais poderão ter um impacto negativo sobre os resultados financeiros do banco. A política do Rabobank é cobrir a totalidade do risco cambial material nas carteiras bancárias.

O risco de conversão torna-se evidente quando o balanço e os resultados consolidados do banco são preparados, pelo que todos os itens em moeda estrangeira devem ser avaliados em euros. Isto faz com que os dados financeiros sejam sensíveis a flutuações nas taxas de câmbio. O risco de conversão manifesta-se de duas formas diferentes dentro do Rabobank.

- As flutuações nas taxas de câmbio podem potencialmente afetar o valor de entidades consolidadas cuja moeda funcional não é o euro.
- As flutuações das taxas de câmbio podem afetar os rácios de solvabilidade do Rabobank como resultado de diferenças na composição da taxa de câmbio do capital e dos ativos ponderados pelo risco.

O risco de conversão e os riscos cambiais nas carteiras bancárias são acompanhados e geridos com base numa política que serve o propósito principal de proteger o rácio Common Equity Tier 1 dos efeitos negativos da volatilidade das taxas de câmbio.

4.5 Risco de taxa de juros no setor bancário

O 'Risco de taxa de juros no setor bancário' refere-se ao risco de que os resultados financeiros e/ou o valor económico da carteira bancária, sejam negativamente afetadas por alterações nas taxas de juro no mercado.

O risco de taxa de juros do Rabobank surge como resultado de desfasamentos quanto à reapreciação e ao prazo de vencimento entre empréstimos e fundos e, opcionalmente, em produtos de clientes. O comportamento do cliente é um importante fator determinante no que respeita ao risco de taxa de juros no setor bancário. A modelação do comportamento do cliente é, portanto, um dos principais elementos da estrutura do risco de taxa de juros. Existem modelos comportamentais em vigor para pré-pagamentos de hipotecas, contas de poupança e contas correntes. Os movimentos nas taxas de juros podem também afetar a credibilidade dos clientes quanto ao crédito. As taxas de juros mais altas podem, por exemplo, levar a custos de empréstimo mais altos e, portanto, ter um impacto negativo na credibilidade de um cliente quanto ao crédito. No entanto, tais efeitos são considerados risco de crédito e não risco de taxa de juros.

O Rabobank aceita um certo grau de risco de taxa de juros no setor bancário, uma vez que tal constitui uma parte fundamental da banca. No entanto, ao mesmo tempo, o banco pretende igualmente evitar flutuações materiais inesperadas no resultado financeiro e no valor económico como resultado das flutuações nas taxas de juros. Assim, o Conselho Executivo, administrado pelo Conselho de Supervisão, aprova anualmente

a apetência pelo risco das taxas de juro e os limites correspondentes do risco de taxa de juro.

Ao nível do grupo, o risco de taxa de juros do Rabobank é gerido pelo Comité de Ativos e Passivos do Grupo Rabobank, presidido pelo diretor financeiro. A Tesouraria é responsável pela implementação das decisões deste comité, enquanto a Gestão de Risco é responsável pela mensuração e elaboração de relatórios da posição do risco de taxas de juro.

A definição utilizada para a gestão do risco de taxa de juros varia da definição da IFRS de capital próprio. Para fins de gestão do risco da taxa de juros, o valor económico do capital próprio é definido como o valor atual dos ativos menos o valor atual dos passivos juntamente com o valor atual dos itens não reconhecidos no balanço. Através da utilização de contabilidade de cobertura e devido ao facto de que um número substancial de itens no balanço é contabilizado pelo custo amortizado – nos termos da IFRS – pelo que (para além do risco da contraparte inerente dos mesmos) não está sujeito a alterações no valor, os efeitos das alterações no valor sobre o capital da IFRS terão um grande impacto sobre a receita de juros.

Como parte da sua política de risco de taxa de juros, o Rabobank utiliza os dois critérios fundamentais seguintes para gerir e controlar o risco da taxa de juros:

- O capital próprio em risco, a duração do capital próprio; e
- o rendimento em risco; a sensibilidade das receitas líquidas com juros a aumentos ou diminuições nas taxas de juros durante os próximos 12 meses.

Os pontos 4.5.1 e 4.5.2 fornecem mais detalhes sobre os desenvolvimentos do 'Rendimento em risco' e do 'Capital próprio em risco'.

4.5.1 Rendimentos em risco

Os rendimentos em risco são calculados uma vez por mês com base numa análise padrão da sensibilidade da taxa de juro. Esta análise mostra o desvio principal, num sentido negativo, das receitas de juros projetadas para os próximos 12 meses, como resultado de um cenário em que todas as taxas de juro do mercado monetário e do mercado de capitais aumentam gradualmente em 2 pontos percentuais e de um cenário em que todas as taxas de juro do mercado monetário e do mercado de capitais diminuem gradualmente em 2 pontos percentuais. As receitas projetadas da taxa de juros são baseadas num cenário em que todas as taxas de juros e outras taxas permanecem iguais.

Durante o exercício de 2016, as receitas de juros do Rabobank foram vulneráveis a uma descida das taxas de juros. Em 31 de dezembro de 2016, o Rendimento em Risco foi de 82 milhões de EUR. Em comparação com o final de 2015, o Rendimento em Risco esteve num nível superior durante todo o exercício de 2016. Tal está relacionado com o pressuposto de choque descendente.

Em janeiro de 2016, a metodologia do Rendimento em Risco foi atualizada para acolher cenários de taxas de juros negativas até um limite mínimo de -0,5%, enquanto em 2015 esses cenários descendentes tiveram o limite mínimo de 0%. Para as taxas de juros EUR e USD, tal significou que os choques máximos aplicados aumentaram de -2 para -10 pontos base e -20 para -75 pontos base, respetivamente. No último trimestre de 2016, as taxas crescentes de USD deram lugar a um choque descendente maior (ou seja, -125 pontos base) e, consequentemente, levaram também a um aumento adicional do Rendimento em Risco.

Em 2016, a curva de swap em EUR apresentou uma mudança paralela descendente com uma tendência de nivelamento: a taxa Euribor a 3M e a taxa de swap a 10 anos caíram de -13pb para -32pb e de 92pb para 54pb, respetivamente. Em geral, um ambiente de baixa taxa de juros, acompanhado por um nivelamento da curva, é um desafio para a rentabilidade do banco, particularmente para o segmento grossista em caso de margens fixas.

Income at Risk			
<i>in millions of euros</i>	<i>31 December 2016</i>	<i>31 December 2015</i>	
EUR interest rate	10 bp decline	2 bp decline	
	82	19	

4.5.2 Capital próprio em risco

O capital próprio em risco ou a duração do capital próprio indica qual a percentagem em que o valor económico do capital próprio irá descer se as taxas de juros do mercado monetário e do mercado de capitais aumentarem em um ponto percentual. O Conselho Executivo definiu um limite inferior de 0% e um limite superior de 6% para este fim. Os limites adicionais aplicam-se ao valor em pontos-base (VPB) do capital próprio e ao perfil delta (VPB por term point) para o capital próprio.

No primeiro semestre de 2016, o capital próprio em risco diminuiu de 2,4% para 1,1% devido à queda nas taxas de juros de mercado e aos ajustes de modelo relativos a pré-pagamentos de hipotecas e depósitos de poupança à ordem. No decurso de 2016, a pressão ascendente sobre o capital próprio em risco - causada por extensões em hipotecas e pela mudança da preferência dos clientes por períodos de juros fixos mais longos - foi coberta em grande parte pela celebração de 'payer swaps', o que levou a um capital próprio em risco de 1,4% no final do ano.

Equity at Risk		
	<i>31 December 2016</i>	<i>31 December 2015</i>
	1.4%	2.4%

4.6 Risco de mercado no ambiente de negociação

O risco de mercado decorre do risco de perdas em posições da carteira de negociação afetadas por movimentos nas taxas de juros, no capital próprio, em spreads de crédito, moedas estrangeiras e commodities. Estes movimentos têm um impacto no valor das carteiras de negociação e podem levar a perdas. As posições de risco adquiridas a clientes podem ser redistribuídas para outros clientes ou geridas através da transformação do risco (cobertura). As mesas de negociação também atuam como um criador de mercado para mercados secundários (ao fornecer liquidez e fixação de preços) em derivados e dívida de taxa de juros, incluindo as Obrigações do Rabobank e os Certificados do Rabobank.

O risco de mercado no ambiente de negociação é acompanhado diariamente dentro da estrutura de risco de mercado, que é implementada para mensurar, monitorizar e gerir o risco de mercado nas carteiras de negociação. Uma parte importante da estrutura é um sistema apropriado de limites e controlos de negociação. Os limites relevantes da apetência pelo risco são convertidos em limites e controlos de negociação pelo seu valor contabilístico e são monitorizados diariamente pelos departamentos de risco de mercado. Devido à estratégia do Rabobank de redistribuição do risco do cliente, a transformação do risco (cobertura) e a baixa atividade do mercado secundário, a exposição real ao risco de mercado da carteira de negociação está bem dentro dos limites da apetência pelo risco. Se os limites não forem respeitados, serão estipuladas ações corretivas que diminuem a possibilidade de grandes perdas reais. A posição de risco é reportada à Administração e discutida mensalmente nas várias comissões de gestão de riscos.

Ao nível consolidado, a apetência pelo risco de mercado é representada pelo Valor em Risco (VaR), o Delta de Taxa de Juros e o risco de eventos.

O VaR indica a perda máxima para um dado nível e horizonte de confiança em condições 'normais' de mercado, com base em um ano de movimentos históricos de mercado. A gestão diária de riscos utiliza um nível de confiança de 97,5% e um horizonte de 1 dia. De acordo com este método, o VaR é calculado com base em movimentos históricos de mercado e nas posições tomadas.

A tabela abaixo apresenta a composição do VaR. O VaR é dividido em vários componentes. Neste caso, tem-se a vantagem da diversidade pelas posições opostas de várias carteiras que, em parte, se anulam mutuamente. Em 2016, o VaR teve uma variação entre 3,5 milhões e 6,9 milhões de EUR, sendo a média de 4,4 milhões. O valor do VaR foi de 4,3 milhões de EUR em 31 de dezembro de 2016. O VaR mudou durante o ano, tendo algumas flutuações sido impulsionadas por negócios relacionados com clientes e pela volatilidade nos mercados financeiros.

VaR (1 day, 97.5%)							
<i>in millions of euros</i>	<i>Interest</i>	<i>Credit</i>	<i>Currencies</i>	<i>Shares</i>	<i>Commodities</i>	<i>Diversification</i>	<i>Total</i>
2016 - 31 December	4,5	0,6	0,4	0,0	0,2	(1,5)	4,2
2016 - average	4,1	1,1	0,2	0,2	0,2	n/a	4,4
2016 - highest	6,3	1,7	0,7	0,7	0,8	n/a	6,9
2016 - lowest	3,3	0,6	0,1	0,0	0,1	n/a	3,5
2015 - 31 December	4,3	1,2	0,4	0,4	0,1	(1,3)	5,1
2015 - average	4,2	1,3	0,2	0,7	0,3	n/a	4,8
2015 - highest	8,0	2,0	0,6	1,0	0,7	n/a	8,7
2015 - lowest	2,5	0,7	0,1	0,2	0,2	n/a	2,5

Para além do VaR, há vários outros indicadores de risco principais. O delta da taxa de juros é uma mensuração da alteração no valor das posições no caso de haver um aumento paralelo na curva de rendimentos de 1 ponto base (ou seja, 0,01 pontos percentuais). A tabela do delta da taxa de juros em baixo mostra a sensibilidade a alterações nas curvas de rendimentos para as principais moedas. Em dezembro de 2016, o delta de taxas de juros para carteiras de negociação foi positiva em 0,3 milhões de EUR. O delta de taxa de juros permaneceu bem dentro do limite estabelecido durante o período de relato.

Interest rate delta		
<i>in millions of euros</i>	<i>2016</i>	<i>2015</i>
Euro	0,1	(1,2)
US dollar	0,1	(0,4)
British pound	0,1	0,1
Other	0,0	0,1
Total	0,3	(1,4)

O Rabobank utiliza simulações de stress para complementar o VaR. É fundamental para avaliar o impacto de movimentos predefinidos extremos, no entanto plausíveis, em fatores de risco de mercado nos lucros e prejuízos de carteiras individuais de negociação e investimento. Estes movimentos refletem-se em cenários que capturam fatores de risco, como spreads de swap com base na frequência de pagamentos, taxas de juros, câmbio, spreads de crédito, volatilidade e rotação da curva da taxa de juros. Dependendo do cenário, fatores de risco individuais ou categorias de fatores de risco múltiplo serão sujeitos a stress ao mesmo tempo.

O risco de eventos, que é mensurado através da realização de análises de sensibilidade e simulações de stress, foi de 105 milhões de EUR em 31 de dezembro de 2016, bem dentro do limite estabelecido. O VaR teve uma variação entre 103 milhões e 159 milhões de EUR, sendo a média de 125 milhões. O risco de eventos do Rabobank é em grande parte determinado pela posição de swap com base na frequência de pagamentos, que decorre de posições que não lidam com clientes de uma natureza mais estratégica que são classificadas como atividades de negociação por conta própria permitidas fora dos EUA sob a Regra Volcker.

4.7 Rico de liquidez

O risco de liquidez é o risco de que o banco não possa cumprir todas as suas obrigações de pagamentos e reembolsos no tempo devido, bem como o risco de que o banco não seja capaz de financiar aumentos nos ativos a um preço razoável ou que não seja de todo capaz de financiá-los. Tal pode acontecer se, por exemplo, os clientes ou contrapartes profissionais, repentinamente, retiram mais fundos do que o esperado, situação que não pode ser atendida pelos recursos de caixa do banco, pela venda ou penhora de ativos no mercado ou pelo empréstimo de fundos por parte de terceiros. O Rabobank considera uma posição de liquidez adequada e mantém a confiança de que tanto os intervenientes do mercado profissional como os clientes de retalho são cruciais para assegurar o acesso sem obstáculos aos mercados de dinheiro público e de capitais.

A política de risco de liquidez centra-se no financiamento de ativos através de um financiamento estável, ou seja, fundos confiados pelos clientes e financiamentos de elevados montantes a longo prazo. O risco de liquidez é gerido com base em três pilares. O primeiro pilar define limites estritos para um máximo de saídas de fluxos de caixa dentro da banca grossista.

Entre outras coisas, o Rabobank mede e relata diariamente quais as entradas e saídas de fluxos de caixa que podem ser esperadas durante os próximos doze meses. Foram estabelecidos limites para estas saídas de fluxos de caixa, inclusivamente para cada moeda e cada local. Foram elaborados planos detalhados (planos de contingência) para financiamentos de contingência, de modo a garantir que o banco esteja preparado para potenciais situações de crise. São realizadas simulações operacionais periódicas para esses planos.

O segundo pilar é usado para manter uma reserva substancial de grande qualidade de ativos líquidos. Para além dos saldos de créditos detidos em bancos centrais, esses ativos podem ser utilizados como garantia perante bancos centrais, bem como em operações de reporte ou para ser vendidos diretamente no mercado, a fim de gerar liquidez imediatamente. O tamanho da reserva de liquidez está em sintonia com o risco ao qual o Rabobank está exposto no seu balanço. Adicionalmente, o Rabobank titularizou uma parcela da carteira de hipotecas internamente, o que significa que esta pode ser utilizada como garantia perante o banco central e, como tal, serve como uma reserva de liquidez adicional. Uma vez que tal diz respeito a titularizações retidas, não é refletido no balanço consolidado.

O terceiro pilar para a gestão do risco de liquidez consiste numa boa classificação de crédito, em altos níveis de capital e políticas de financiamento prudentes. O Rabobank toma várias medidas para evitar tornar-se excessivamente dependente de uma única fonte de financiamento. Estas medidas incluem a diversificação equilibrada das fontes de financiamento em relação ao vencimento, a moedas, a investidores, à geografia e aos mercados, um alto grau de financiamento não garantido e, por conseguinte, uma oneração limitada de ativos e uma política ativa e consistente de relações com investidores desempenham um papel importante.

Além do mais, todos os meses são realizadas análises de cenários para determinar as possíveis consequências de uma série de cenários de stresse. As análises cobrem cenários específicos do mercado, cenários específicos do Rabobank e uma combinação dos dois.

São submetidos ao Banco Central Holandês relatórios mensais sobre a posição de liquidez do Grupo no geral. Estes relatórios são preparados em conformidade com as orientações elaboradas por esta autoridade de supervisão. A tabela abaixo apresenta os passivos não descontados, agrupados pelo período de liquidez remanescente entre a data do balanço e a data de reembolso esperada do contrato. O total dos montantes não corresponde exatamente às quantias na demonstração da posição financeira consolidada, uma vez que esta tabela é baseada em fluxos de caixa não descontados, relativos aos pagamentos de juros capitais e futuros. Os derivados não foram analisados com base na data de vencimento contratual, porque não são essenciais para a gestão do risco de liquidez ou para relatar à Administração.

Contractual repayment date						
<i>in millions of euros</i>	<i>On demand</i>	<i>Less than 3 months</i>	<i>3 months to 1 year</i>	<i>1 - 5 anos</i>	<i>Longer than 5 years</i>	<i>Total</i>
On 31 December 2016						
Liabilities						
Deposits from banks	4.376	10.293	2.451	4.021	1.104	22.245
Deposits from customers	252.907	44.693	14.141	14.646	23.742	350.129
Debt securities in issue	-	33.370	38.687	68.561	32.012	172.630
Other liabilities (excluding employee benefits)	1.104	3.975	951	656	67	6.753
Financial liabilities held for trading	-	739	-	-	-	739
Financial liabilities designated at fair value	95	628	2.735	4.635	23.006	31.099
Subordinated liabilities	-	-	-	2.344	22.913	25.257
Total financial liabilities	258.482	93.698	58.965	94.863	102.844	608.852
Financial guarantees	11.595	-	-	-	-	11.595
Loan commitments	44.889	-	-	-	-	44.889
On 31 December 2015						
Liabilities						
Deposits from banks	2.911	9.465	2.521	3.492	795	19.184
Deposits from customers	254.264	46.182	12.534	13.290	23.848	350.118
Debt securities in issue	117	32.480	48.941	67.701	40.518	189.757
Other liabilities (excluding employee benefits)	1.471	3.741	1.060	614	48	6.934
Financial liabilities held for trading	-	573	-	-	-	573
Financial liabilities designated at fair value	59	615	2.434	4.696	21.088	28.892
Subordinated liabilities	-	50	10	2.435	21.524	24.019
Total financial liabilities	258.822	93.106	67.500	92.228	107.821	619.477
Financial guarantees	10.402	-	-	-	-	10.402
Loan commitments	46.674	-	-	-	-	46.674

A tabela abaixo apresenta ativos e passivos, agrupados pelo período remanescente entre a data de relato e a data de reembolso do contrato. Estes montantes correspondem aos montantes incluídos na demonstração consolidada da posição financeira.

Current and non-current financial instruments						
<i>in millions of euros</i>	<i>On demand</i>	<i>Less than 3 months</i>	<i>3 months to 1 year</i>	<i>1 - 5 anos</i>	<i>Longer than 5 years</i>	<i>Total</i>
On 31 December 2016						
Financial assets						
Cash and balances at central banks	83.032	1.362	11	-	-	84.405
Loans and advances to banks	4.442	18.882	1.295	556	269	25.444
Financial assets held for trading	1	958	128	818	680	2.585
Financial assets designated at fair value	-	341	89	290	601	1.321
Derivatives	8	4.500	3.033	9.798	25.033	42.372
Loans and advances to customers	20.459	42.397	40.350	92.451	257.150	452.807
Available-for-sale financial assets	43	3.361	3.313	18.456	9.407	34.580
Other assets (excluding employee benefits)	771	4.261	1.536	1.087	216	7.871
Total financial assets	108.756	76.062	49.755	123.456	293.356	651.385
Financial liabilities						
Deposits from banks	4.442	10.217	2.408	3.892	1.047	22.006
Deposits from customers	250.255	47.040	13.966	14.013	22.438	347.712
Debt securities in issue	-	33.287	37.817	61.587	26.651	159.342
Derivatives	-	5.468	3.646	9.786	29.124	48.024
Financial liabilities held for trading	-	739	-	-	-	739
Other liabilities (excluding employee benefits)	1.102	5.011	1.254	659	91	8.117
Financial liabilities designated at fair value	95	623	2.683	4.032	9.087	16.520
Subordinated liabilities	-	-	-	2.012	14.849	16.861
Total financial liabilities	255.894	102.385	61.774	95.981	103.287	619.321
Net balance	(147.138)	(26.323)	(12.019)	27.475	190.069	32.064
On 31 December 2015						
Financial assets						
Cash and balances at central banks	63.650	1.284	9	-	-	64.943
Loans and advances to banks	4.532	24.234	1.878	1.300	490	32.434
Financial assets held for trading	144	397	539	1.669	723	3.472
Financial assets designated at fair value	8	307	33	848	1.000	2.196
Derivatives	6	3.071	2.870	11.226	30.940	48.113
Loans and advances to customers	28.351	50.550	37.948	89.345	259.799	465.993
Available-for-sale financial assets	49	2.385	3.344	19.636	12.359	37.773
Other assets (excluding employee benefits)	1.030	3.765	1.669	1.113	270	7.847
Total financial assets	97.770	85.993	48.290	125.137	305.581	662.771
Financial liabilities						
Deposits from banks	2.911	9.459	2.492	3.415	761	19.038
Deposits from customers	252.485	46.108	12.322	12.550	22.419	345.884
Debt securities in issue	117	32.390	48.306	60.720	33.458	174.991
Derivatives	13	3.613	3.392	11.795	35.743	54.556
Financial liabilities held for trading	-	573	-	-	-	573
Other liabilities (excluding employee benefits)	1.363	4.623	1.343	590	48	7.967
Financial liabilities designated at fair value	62	542	2.380	4.464	9.543	16.991
Subordinated liabilities	-	48	10	2.008	13.437	15.503
Total financial liabilities	256.951	97.356	70.245	95.542	115.409	635.503
Net balance	(159.181)	(11.363)	(21.955)	29.595	190.172	27.268

A visão geral acima apresentada foi composta com base em informações contratuais e não representa o comportamento real destes instrumentos financeiros. No entanto, tal é considerado para a gestão diária do risco de liquidez. As poupanças dos clientes são um exemplo. Em termos contratuais, as mesmas são pagáveis à ordem. A experiência demonstrou que esta é uma fonte muito estável de financiamento a longo prazo que o Rabobank tem à disposição. Os regulamentos da Autoridade de Supervisão apontam igualmente para este fator. Em 31 de dezembro de 2016, com base nos critérios de liquidez do Banco Central Holandês (DNB), o Rabobank teve um excedente de liquidez substancial. A média do excedente de liquidez durante 2016 foi de 32% (2015: 23%) do total das necessidades de liquidez por 1 mês. Em 31 de dezembro de 2016, o excedente foi de 30% (2015: 25%). O Regulamento Delegado da Comissão Europeia 'Rácio de Cobertura de Liquidez' (DA LCR) tornou-se um requisito regulamentar a partir de 1 de outubro de 2015. Com 130% em 31 de dezembro de 2016, o Rabobank cumpre o requisito mínimo de 100% tal como definido pelo Banco Central Holandês (DNB).

Os requisitos de liquidez para cumprir com os pagamentos ao abrigo de garantias financeiras são consideravelmente mais baixos do que o valor dos passivos, uma vez que, de uma forma geral, o Rabobank não espera que terceiros utilizem fundos para tais disposições. O total do montante em dívida relativo às obrigações contratuais para fornecer crédito não representa, necessariamente, as futuras necessidades de recursos de caixa do Rabobank, uma vez que muitas dessas obrigações irão prescrever ou caducar sem que o financiamento seja exigido.

4.8 Risco operacional

O Rabobank define o risco operacional como o risco de perdas incorridas como resultado de processos internos inadequados ou disfuncionais, pessoas e sistemas, ou como resultado de tendências e desenvolvimentos externos, incluindo riscos legais e de reputação. Ao proceder à mensuração e gestão dos riscos operacionais, o Rabobank opera dentro dos parâmetros da abordagem mais avançada do Acordo de Basileia II, o Método de Mensuração Avançada e segue o modelo de 'três linhas de defesa', tal como aconselhado pela EBA. A política de risco operacional do banco baseia-se no princípio de que a responsabilidade primária pela gestão do risco operacional está na linha da frente e que tal deve ser integrado nos processos estratégicos e diários de tomada de decisão.

O objetivo da gestão de risco operacional é identificar, avaliar, atenuar e monitorizar os vários tipos de risco operacional. A mensuração do risco operacional apoia aqueles que são responsáveis pela priorização do risco operacional e a alocação de pessoas e recursos.

Dentro do Grupo Rabobank, os departamentos envolvidos nos processos principais do banco formam a "primeira linha de defesa". Estes são totalmente responsáveis pela aceitação diária de riscos e pela gestão e atenuação integrada de riscos dentro da apetência pelo risco aprovada. A junção das funções de cumprimento, legal e de risco (Compliance, Legal and Risk -CLR), constitui a 'segunda linha de defesa'.

As funções de segunda linha têm um papel de acompanhamento no que respeita a todos os tipos de risco operacional e acompanham a forma como a 'primeira linha de defesa' gere esses riscos. Adicionalmente, e de forma independente da primeira linha, reportam à Administração e ao Conselho Executivo sobre o perfil de risco e as infrações na apetência. A Auditoria interna forma a 'terceira linha de defesa'. Ao nível do grupo, o Comité de Gestão de Riscos (RMC) é responsável pela formulação de políticas e pela definição de parâmetros. As funções de cumprimento, legal e de risco também relatam trimestralmente ao RMC acerca das alterações nos riscos operacionais ao nível do grupo. Foram estabelecidos vários comités de gestão de risco delegados dentro das entidades do grupo. As suas responsabilidades incluem o acompanhamento de todos os riscos operacionais ao nível da entidade (entre outros: risco de conduta, risco de continuidade, risco de segurança de informações e risco de fraude, incluindo o impacto legal e de reputação dos mesmos).

O ciclo anual de gestão de risco consiste num programa de cenário ao nível do grupo e numa autoavaliação do risco que identifica os riscos operacionais mais materiais do Grupo Rabobank. Após a avaliação, se e quando os riscos estiverem fora da apetência pelo risco, medidas atenuantes são tomadas pela primeira linha e monitorizadas pela segunda linha.

4.9 Justo valor dos ativos e passivos financeiros

A tabela seguinte mostra o justo valor dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado, com base nos métodos de avaliação e nos pressupostos apresentadas abaixo. Esta tabela está incluída porque nem todos os instrumentos financeiros são reconhecidos no balanço pelo justo valor. O justo valor representa o preço que teria sido recebido pela venda de um ativo ou que teria sido pago para transferir um passivo numa transação normal realizada entre participantes do mercado na data da avaliação. Para a mensuração do justo valor, o Rabobank assume que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo é realizada no principal mercado para o ativo ou passivo. Em alternativa, no mercado mais vantajoso, no caso de não haver um mercado principal. Os preços de mercado não estão disponíveis para grande parte dos ativos e passivos financeiros detidos ou emitidos pelo Rabobank. Para os instrumentos financeiros para os quais não estão disponíveis preços de mercado, os justos valores, demonstrados na tabela seguinte, foram estimados com base no valor presente ou nos resultados de outros métodos de estimativa e avaliação, com base nas condições de mercado na data do exercício. Os valores produzidos através da utilização destes métodos são altamente sensíveis aos pressupostos de base utilizados para os montantes, bem como para o calendário de fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e possível falta de liquidez do mercado. Foram utilizados os seguintes métodos e pressupostos.

Caixa e disponibilidades em bancos centrais

O justo valor da caixa e disponibilidades em bancos centrais é assumido como sendo quase igual ao seu montante contabilístico. Este pressuposto é utilizado para investimentos de alta liquidez e também para a componente a curto prazo de todos os outros ativos e passivos financeiros.

Aplicações em outras instituições de crédito

‘Aplicações em outras instituições de crédito’ inclui também colocações interbancárias e rubricas a serem cobradas. Os justos valores das colocações de taxa flutuante, que têm um reajuste regular do preço e não variam significativamente em termos de risco de crédito, e os depósitos overnight são os seus montantes contabilísticos. O justo valor estimado dos depósitos de taxa de juro fixa baseia-se no valor presente dos fluxos de caixa, calculado com base em taxas de juro do mercado monetário válidas para saldar dívidas com riscos de crédito comparáveis e prazos de maturidade.

Ativos financeiros e derivados detidos para negociação.

Os ativos financeiros detidos para negociação são contabilizados pelo justo valor com base nos preços cotados disponíveis num mercado ativo. Caso os preços cotados num mercado ativo não estejam disponíveis, o justo valor é estimado a partir de modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções.

Os derivados são reconhecidos pelo justo valor determinado através da utilização de cotações de mercado (com os preços médios a ser utilizados para derivados EUR, USD e GBP com um intervalo de compra/venda), preços oferecidos pelos comerciantes, modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções com base em preços correntes de mercado e preços contratados para os instrumentos subjacentes e que refletem o valor temporal do dinheiro, curvas de rendimentos e a volatilidade dos ativos e passivos subjacentes.

Para os derivados OTC fazem-se ajustes na avaliação de crédito (CVA) para refletir as perdas de crédito esperadas relacionadas com o risco de não desempenho de uma determinada contraparte. Por contraparte é determinado um CVA, que depende da exposição futura esperada tendo em consideração garantias, acordos de compensação e outros fatores contratuais relevantes, a probabilidade de incumprimento e taxas de recuperação. O cálculo do CVA tem por base os dados de mercado disponíveis, incluindo spreads de swaps de risco de incumprimento de crédito (CDS). Nos casos em que os spreads de CDS não estão disponíveis, são utilizadas aproximações relevantes.

É feito um ajuste da valorização do débito (DVA) para incluir o crédito próprio na valorização de derivados OTC. O cálculo do DVA é consistente com a estrutura do CVA e é calculado através da utilização do spread de CDS do Rabobank. Um outro fator tido em conta é o ajuste da valorização do financiamento (FVA). O FVA diz respeito à diferença de valorização entre transações cobertas por títulos e transações não cobertas por títulos. As operações com garantia são avaliadas por meio de uma curva de desconto, com base no spread de índice overnight. As operações sem garantia são avaliadas por meio de uma curva de desconto, com base na Euribor / Libor acrescida de um spread que reflete as condições de mercado.

Ativos financeiros designados pelo justo valor

Estes ativos financeiros são contabilizados pelo justo valor com base em preços cotados num mercado ativo, se disponíveis. Caso assim não seja, são estimados a partir de ativos comparáveis no mercado, ou utilizando métodos de avaliação, incluindo modelos apropriados do fluxo de caixa descontado e modelos de valorização de opções.

Crédito a clientes

O justo valor dos créditos é estimado descontando os fluxos de caixa futuros estimados e utilizando as taxas atuais de mercado para créditos semelhantes, tendo em conta a solvabilidade da contraparte. Para a avaliação justa dos créditos hipotecários residenciais, os fluxos de caixa contratuais são ajustados pela taxa de pré-pagamento da carteira. Para empréstimos a juros variáveis, que têm um ajuste regular do preço e não variam significativamente em termos de risco de crédito, o justo valor aproxima-se ao valor contabilístico.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Estes ativos são mensurados pelo justo valor com base em cotações de mercado. Caso os preços cotados num mercado ativo não estejam disponíveis, o justo valor é estimado a partir de modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções.

Depósitos de bancos

‘Aplicações em outras instituições de crédito’ inclui também colocações interbancárias, itens a serem cobrados e depósitos. Os justos valores das colocações de taxa flutuante, que têm um reajuste regular do preço e não variam significativamente em termos de risco de crédito, e os depósitos overnight são os seus montantes contabilísticos. O justo valor estimado dos depósitos de taxa de juro fixa baseia-se no valor presente dos fluxos de caixa, calculado com base em taxas de juro do mercado monetário válidas para saldar dívidas com riscos de crédito comparáveis e prazos de maturidade.

Depósitos de clientes.

Os depósitos de clientes incluem contas correntes e depósitos. O justo valor de poupanças e contas correntes que não têm nenhuma data de término específica é assumido como sendo o montante pagável à vista na data do exercício, ou seja, o seu montante contabilístico àquela data. O justo valor destes depósitos é estimado a partir do valor presente dos fluxos de caixa, com base nas taxas de juro atuais de compra para acordos semelhantes e prazos de vencimento que correspondem aos itens a serem medidos. O montante contabilístico dos depósitos a juros variáveis é uma boa aproximação do seu justo valor à data do exercício.

Passivos financeiros detidos para negociação.

O justo valor dos passivos financeiros detidos para negociação tem por base os preços cotados disponíveis num mercado ativo. Caso os preços cotados num mercado ativo não estejam disponíveis, o justo valor é estimado com base em modelos de avaliação.

Passivos financeiros designados pelo justo valor.

A opção de justo valor é usada para eliminar o desfaseamento de contabilidade e a assimetria de avaliação entre esses instrumentos e os derivados de cobertura que ocorreriam se esses instrumentos tivessem sido contabilizados por um custo amortizado. Os passivos financeiros designados pelo justo valor incluem obrigações estruturadas e depósitos estruturados que são geridos e relatados numa base do valor justo, juntamente com os derivados de cobertura. O justo valor desses passivos é determinado através do desconto de fluxos de caixa contratuais utilizando curvas de rendimento ajustadas ao crédito com base nos dados de mercado disponíveis no mercado

secundário, bem como em spreads apropriados de CDS. Todos os outros parâmetros de risco de mercado são avaliados de forma consistente com os derivados utilizados para cobrir o risco de mercado nestes passivos. As alterações no justo valor que são atribuíveis a alterações no próprio risco de crédito são relatadas em 'Outros rendimentos integrais'. A alteração no justo valor que é atribuível às alterações no próprio risco de crédito é calculada através da dedução, obrigação a obrigação, do justo valor atual da carteira de obrigações estruturadas à data do relato a partir do justo valor recalculado com base na curva de crédito vigente na altura de origem, com todos os outros componentes de fixação de preços inalterados. Este cálculo reflete o valor que pode ser atribuído à alteração no próprio risco de crédito do Rabobank desde a origem destas obrigações estruturadas.

Títulos de dívida em circulação.

O justo valor destes instrumentos é calculado utilizando preços cotados num mercado ativo. Para os títulos de dívida para os quais não estão disponíveis quaisquer preços cotados num mercado ativo, é utilizado um modelo de fluxo de caixa descontado, com base em curvas de rendimento ajustadas ao crédito, adequadas ao período até à maturidade.

<i>in millions of euros</i>	2016		2015	
	<i>Carrying amount</i>	<i>Fair value</i>	<i>Carrying amount</i>	<i>Fair value</i>
Assets				
Cash and balances at central banks	84.405	84.405	64.943	64.943
Loans and advances to banks	25.444	25.368	32.434	32.553
Loans and advances to customers	452.807	465.278	465.993	473.612
Liabilities				
Deposits from banks	22.006	22.042	19.038	19.077
Deposits from customers	347.712	353.227	345.884	350.519
Debt securities in issue	159.342	163.622	174.991	178.477
Subordinated liabilities	16.861	18.256	15.503	16.558

Os números acima referidos representam as melhores estimativas possíveis por parte da Administração, com base numa série de métodos e pressupostos. Caso o preço cotado num mercado ativo esteja disponível, esta constitui a melhor estimativa do justo valor.

No caso de não haver quaisquer preços de mercado cotados disponíveis para os títulos a prazo, instrumentos de capital próprio, derivados e instrumentos de commodities, o Rabobank baseia o justo valor sobre os futuros fluxos de caixa, descontados às taxas de mercado correspondentes às classificações de crédito e às condições para a maturação dos investimentos. Um preço baseado num modelo pode, igualmente, ser utilizado para determinar o justo valor.

O Rabobank segue a política de fazer com que todos os modelos usados para avaliar os instrumentos financeiros sejam validados por especialistas, que são independentes da equipa que determina os justos valores dos instrumentos financeiros.

Para determinar os valores de mercado ou o justo valor, devem ser considerados vários fatores. Estes fatores incluem o valor temporal do dinheiro, a volatilidade, as opções subjacentes, a qualidade de crédito da contraparte e outros fatores. O processo de avaliação foi concebido de forma que os preços de mercado que estão disponíveis numa base periódica sejam usados sistematicamente. Este processo de avaliação sistemática demonstrou o seu valor durante a crise do crédito. As modificações a pressupostos podem afetar o justo valor de ativos e passivos financeiros detidos para efeitos de negociação e de não negociação.

A tabela abaixo ilustra a hierarquia do justo valor utilizada na determinação do justo valor dos ativos e passivos financeiros. O total decompõe-se da seguinte forma:

- **Nível 1:** Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; um 'mercado ativo' é um mercado em que as transações relacionadas com o ativo ou passivo ocorrem com frequência suficiente e em volume suficiente, de forma a fornecerem informações sobre preços numa base permanente.
- **Nível 2:** Entradas para além dos preços cotados, incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, quer diretamente (isto é, como preços) ou indiretamente (isto é, derivados dos preços);
- **Nível 3:** Entradas para os ativos ou passivos não baseadas em dados de mercado observáveis.

O Rabobank determina para valorizações recorrentes de instrumentos financeiros pelo justo valor quando as transferências entre as várias categorias da hierarquia de justo valor ocorreram mediante a reavaliação do nível no final de cada período em análise.

<i>in millions of euros</i>	<i>Level 1</i>	<i>Level 2</i>	<i>Level 3</i>	<i>Total</i>
On 31 December 2016				
Assets carried at amortised cost in the statement of financial position				
Cash and balances at central banks	84.379	26	-	84.405
Loans and advances to banks	-	24.554	814	25.368
Loans and advances to customers	263	121.231	343.784	465.278
Assets carried at fair value in the statement of financial position				
Financial assets held for trading	2.011	485	89	2.585
Financial assets designated at fair value	48	759	514	1.321
Derivatives	18	41.819	535	42.372
Available-for-sale financial assets	29.693	4.347	540	34.580
Non-current assets held for sale and discontinued operations	-	-	281	281
Liabilities carried at amortised cost in the statement of financial position				
Deposits from banks	-	14.672	7.370	22.042
Deposits from customers	6.487	59.826	286.914	353.227
Debt securities in issue	1.476	135.078	27.068	163.622
Subordinated liabilities	-	18.256	-	18.256
Liabilities carried at fair value in the statement of financial position				
Derivatives	21	47.479	524	48.024
Financial liabilities held for trading	739	-	-	739
Financial liabilities designated at fair value	9	16.498	13	16.520
in millions of euros				
On 31 December 2015				
Assets carried at amortised cost in the statement of financial position				
Cash and balances at central banks	64.929	9	5	64.943
Loans and advances to banks	-	31.634	919	32.553
Loans and advances to customers	-	133.323	340.289	473.612
Assets carried at fair value in the statement of financial position				
Financial assets held for trading	2.385	961	126	3.472
Financial assets designated at fair value	24	1.187	985	2.196
Derivatives	39	47.309	765	48.113
Available-for-sale financial assets	33.068	4.111	594	37.773
Non-current assets held for sale and discontinued operations	-	-	155	155
Liabilities carried at amortised cost in the statement of financial position				
Deposits from banks	-	18.209	868	19.077
Deposits from customers	5.017	85.782	259.720	350.519
Debt securities in issue	1.593	152.351	24.533	178.477
Subordinated liabilities	-	16.558	-	16.558
Liabilities carried at fair value in the statement of financial position				
Derivatives	26	53.842	688	54.556
Financial liabilities held for trading	552	21	-	573
Passivos financeiros designados pelo justo valor	-	16.967	24	16.991

O impacto potencial antes dos impostos, quando são utilizados pressupostos razoáveis mais favoráveis para a avaliação dos instrumentos financeiros no nível 3 sobre a declaração de rendimentos, é de 70 (2015: 166) e sobre o capital próprio é de 7 (2015: 50). O potencial impacto antes dos impostos, quando são utilizados pressupostos razoáveis mais desfavoráveis para a avaliação dos instrumentos financeiros no nível 3 sobre a declaração de rendimentos é de -70 (2015: -167) e sobre o capital próprio de -7 (2015: -50).

O nível 3 dos ativos financeiros pelo justo valor inclui os interesses de capital próprio. Os interesses de capital próprio ascendem a 488. Uma entrada não observável significativa para a valorização destes interesses é o multiplicador, que é aplicado ao EBITDA. O multiplicador médio ponderado é de 6,0, com uma variação de -1 e +1 do multiplicador.

<i>in millions of euros</i>	<i>Balance on 1 January 2016</i>	<i>Fair value changes incorporated in profit or loss</i>	<i>Fair value changes incorporated in OCI</i>	<i>Purchases</i>	<i>Sales</i>	<i>Settlements</i>	<i>Transfers to or from level 3</i>	<i>Balance on 31 December 2016</i>
Assets								
Financial assets held for trading	126	(11)	-	3	(34)	-	5	89
Financial assets designated at fair value	985	(20)	-	98	(575)	-	26	514
Derivatives	765	420	-	-	-	(650)	-	535
Available-for-sale financial assets	594	18	(51)	280	(299)	(2)	-	540
Liabilities								
Derivatives	688	527	-	-	(2)	(700)	11	524
Financial liabilities designated at fair value	24	(1)	-	-	(10)	-	-	13

A tabela mostra os movimentos dos instrumentos financeiros que se encontram registados pelo justo valor na demonstração da posição financeira e que são classificados no Nível 3. Os ajustes pelo justo valor no Nível 3 que estão incluídos no capital líquido, são contabilizados nas reservas de reavaliação para ativos financeiros disponíveis para venda.

Em 2016 não houve transferências significativas entre o nível 1 e o nível 2.

<i>in millions of euros</i>	<i>Balance on 1 January 2015</i>	<i>Fair value changes incorporated in profit or loss</i>	<i>Fair value changes incorporated in OCI</i>	<i>Purchases</i>	<i>Sales</i>	<i>Settlements</i>	<i>Transfers to or from level 3</i>	<i>Balance on 31 December 2015</i>
Assets								
Financial assets held for trading	129	-	-	-	(23)	-	20	126
Financial assets designated at fair value	1.733	180	-	47	(974)	(1)	-	985
Derivatives	1.123	440	-	-	-	(833)	35	765
Available-for-sale financial assets	991	143	(52)	49	(420)	(81)	(36)	594
Liabilities								
Derivatives	1.082	470	-	-	(1)	(838)	(25)	688
Financial liabilities designated at fair value	46	2	-	-	(22)	(2)	-	24

O montante no total dos ganhos ou perdas reconhecido na declaração de rendimentos para o período relacionado com os ativos e passivos detidos no Nível 3 até ao final do período de relato é apresentado na tabela abaixo.

Fair value changes for financial instruments in level 3 recognised in profit or loss			
<i>In millions of euros</i>	<i>Instruments held at the end of reporting period</i>	<i>Instruments not held anymore at the end of reporting period</i>	<i>Total</i>
On 31 December 2016			
Assets			
Financial assets held for trading	(10)	(1)	(11)
Financial assets designated at fair value	(37)	17	(20)
Derivatives	229	191	420
Available-for-sale financial assets	(1)	19	18
Liabilities			
Derivatives	238	289	527
Financial liabilities designated at fair value	(1)	-	(1)
On 31 December 2015			
Assets			
Financial assets held for trading	1	(1)	-
Financial assets designated at fair value	168	12	180
Derivatives	95	345	440
Available-for-sale financial assets	28	115	143
Liabilities			
Derivatives	119	351	470
Financial liabilities designated at fair value	3	(1)	2

Reconhecimento de ganhos de dia 1

Ao utilizar a contabilização do justo valor no início de um instrumento financeiro, qualquer diferença positiva entre o preço de transação e o justo valor (referido como 'ganhos de dia 1') é contabilizada na declaração de rendimentos nos casos em que o método de avaliação tem por base entradas de dados observáveis de mercados ativos. Em todos os outros casos, todos os ganhos de dia 1 são diferidos e após o reconhecimento inicial, o ganho diferido de dia 1 é reconhecido como um ganho, na medida em que resulta de uma alteração num fator (incluindo efeitos temporais). A tabela em baixo apresenta um resumo das alterações dos ganhos de dia 1 diferidos durante o ano:

Provision for Day 1 gains		
<i>In millions of euros</i>	<i>2016</i>	<i>2015</i>
Opening balance	3	6
Additions	-	-
Amortisation	(3)	(2)
Changes	-	(1)
Closing balance	-	3

4.10 Ações judiciais e arbitrais

O Grupo Rabobank opera num setor legal e regulamentar que o expõe a um risco considerável de litígios. Como resultado, o Grupo Rabobank está envolvido em processos judiciais, assim como em procedimentos arbitrais e regulamentares nos Países Baixos e em outros países, incluindo os Estados Unidos. As reivindicações legais e regulamentares mais relevantes que poderiam dar origem a responsabilidade por parte do Grupo Rabobank são descritas abaixo. Se tal for necessário, com base nos critérios de relato aplicáveis, são feitas provisões baseadas em informações atuais; os tipos de casos semelhantes são agrupados, podendo alguns casos também consistir numa série de reivindicações. A perda estimada para cada caso individual (para o qual é possível fazer uma estimativa realista) não é relatada, uma vez que o Grupo Rabobank considera que este tipo de informação pode ser prejudicial para o resultado de casos individuais.

Ao determinar qual das reivindicações tem uma relativa probabilidade (ou seja, uma probabilidade de mais de 50%) de resultar numa saída de fundos, o Grupo Rabobank tem em consideração vários fatores. Estes incluem (mas não se limitando a) o tipo de reivindicação e os factos subjacentes, o processo processual e a história de cada caso, as resoluções dos órgãos judiciais e arbitrais; a experiência do Grupo Rabobank e de terceiros em casos semelhantes (se conhecida), as discussões de liquidação anteriores, as liquidações por parte de terceiros em casos semelhantes (se conhecidas), as indemnizações disponíveis e o aconselhamento e opiniões de assessores jurídicos e outros especialistas.

A estimativa de perdas potenciais e as provisões existentes são baseadas nas informações disponíveis na altura e, na sua maioria, são sujeitas a julgamentos e a uma série de diferentes pressupostos, variáveis e incertezas conhecidas e desconhecidas. Estas incertezas podem incluir informações imprecisas ou incompletas disponíveis para o Grupo Rabobank (especialmente nas fases iniciais de um caso). Além disso, os pressupostos assumidos pelo Grupo Rabobank sobre as futuras decisões de instâncias legais ou outras, ou as possíveis ações ou atitudes dos órgãos de fiscalização ou das entidades que se opõem ao Grupo Rabobank podem verificar-se incorretos. Além disso, é frequentemente impossível processar as estimativas de potenciais perdas relacionadas com disputas legais utilizando instrumentos de análise estatísticos ou quantitativos, que são frequentemente usados para fazer julgamentos e estimativas. Em seguida, estes são sujeitos a um nível de incerteza ainda maior do que muitas outras áreas onde o grupo precisa de fazer julgamentos e estimativas.

O grupo de casos para os quais o Grupo Rabobank determina que o risco de futuras saídas de fundos está acima de cinquenta por cento varia ao longo do tempo, tal como o número de casos para os quais o banco pode estimar uma potencial perda. Na prática, os resultados finais podem vir a ser consideravelmente mais altos ou mais baixos do que as estimativas de perdas potenciais nos casos em que foi feita uma estimativa. O Grupo Rabobank pode também sustentar perdas de

riscos legais em que a ocorrência de uma perda pode não ser provável, mas também não é improvável, e para a qual não foram reconhecidas provisões. Para os casos em que (a) a possibilidade de uma saída de fundos não é provável, mas também não é remota ou (b) a possibilidade de uma saída de fundos é relativamente provável (probabilidade acima de 50%), mas a perda potencial não pode ser estimada, um passivo contingente é mostrado.

O Grupo Rabobank pode resolver processos judiciais ou procedimentos e investigações regulamentares antes que seja imposta uma multa ou a determinação de responsabilidades. As razões para a resolução podem incluir (i) o desejo de evitar custos e/ou esforços de gestão a este nível, (ii) evitar outras consequências comerciais negativas e/ou (iii) antecipar as consequências regulamentares ou de reputação de prosseguir com os litígios relativos à responsabilidade, mesmo que o Grupo Rabobank considere que tem bons argumentos em sua defesa. Além disso, o Grupo Rabobank pode, pelas mesmas razões, indemnizar terceiros pelas suas perdas, mesmo em situações em que o Grupo Rabobank não considera estar legalmente obrigado a fazê-lo.

Derivados de taxa de juros

O Rabobank conclui derivados de taxa de juros, tais como swaps de taxa de juros, com clientes empresariais holandeses que desejam reduzir o risco de taxa de juro associado a empréstimos variáveis (p. ex. indexados a Euribor). Um tal swap de taxa de juro protege os clientes do aumento das taxas de juro variáveis e ajuda as empresas a manter os seus pagamentos de juros a um nível aceitável. Em março de 2016, o Ministro das Finanças da Holanda nomeou uma comissão independente que, em 5 de julho de 2016, publicou uma estrutura de recuperação (a Estrutura de Recuperação) sobre a reavaliação dos derivados de taxa de juros de PME holandeses. O Rabobank anunciou a sua decisão de fazer parte da Estrutura de Recuperação em 7 de julho de 2016.

A versão final do Quadro de Recuperação foi publicada pela comissão independente em 19 de dezembro de 2016.

A implementação da Estrutura de Recuperação deverá estar finalizada em 2017.

O Rabobank está envolvido em processos judiciais nos Países Baixos relacionados com derivados de taxa de juros concluídos com clientes empresariais holandeses. A maioria destes diz respeito a casos individuais. Adicionalmente, há uma ação coletiva relativa a derivados de taxa de juros pendente no Tribunal da Relação. Essas ações são relativas a alegações de falta de conduta no que respeita a inscrições da Euribor por parte do Rabobank (conforme descrito abaixo) e/ou alegações de prestação de informações erradas a clientes em relação a derivados de taxas de juros. O Rabobank irá defender-se contra todas essas reclamações.

Além disso, existem processos pendentes e reclamações contra o Rabobank sobre derivados de taxa de juros apresentados perante a Kifid (Autoridade Holandesa de Reclamações dos Serviços Financeiros que, em janeiro de 2015, abriu um procedimento de resolução de conflitos para as empresas de PME com derivados de taxa de juros).

Com respeito à (re)avaliação dos derivados da taxa de juros dos seus clientes empresariais de PME holandesas, o Rabobank reconheceu uma provisão de 699. As principais incertezas nos cálculos da provisão decorrem de pressupostos relativos ao âmbito dos clientes. Além disso, os cálculos relativos à recuperação técnica têm por base uma abordagem de carteira e não de contratos individuais.

Fortis

Em, a Associação dos Investidores Holandeses (VEB) apresentou uma citação contra a empresa anteriormente conhecida como Fortis N.V. que opera atualmente como Ageas N.V., os subscritores envolvidos - incluindo o Rabobank - e os antigos diretores do Fortis N.V. A VEB afirma nesta citação que os investidores foram induzidos em erro pelo prospeto publicado pelo Ageas N.V., em ligação com a questão dos seus direitos, em setembro de 2007. A VEB afirma que o impacto e os riscos da crise do sub-prime para o Fortis e a sua posição de liquidez foram mal apresentados no prospeto, e solicitou uma ação legal, afirmando que as partes citadas agiram em violação da lei e devem, portanto, ser responsabilizadas pelas perdas alegadamente sofridas pelos investidores no Fortis.

O Rabobank mantém a visão de que a perda supramencionada de 18 mil milhões de EUR não foi devidamente fundamentada. Os processos judiciais envolvem uma liquidação das perdas coletivas, o que significa que o tribunal irá apenas pronunciar-se sobre a questão de uma possível responsabilidade dos réus, incluindo o Rabobank.

O Rabobank tem vindo a defender-se contra a acusação e foi marcada uma audiência final para ter início em 14 de março de 2016. Naquele dia, no entanto, o Ageas anunciou um acordo de 1,2 mil milhões de EUR com as organizações demandantes VEB, Deminor, Stichting FortisEffect e Stichting Investor Claims Against Fortis (SICAF) em relação a todos os litígios e reclamações sobre vários acontecimentos em 2007 e 2008 no que respeita ao antigo grupo Fortis (incluindo a acusação da VEB acima descrita).

Em 23 de maio de 2016, as partes envolvidas no acordo solicitaram ao Tribunal da Relação de Amesterdão que declarasse o acordo vinculativo para todos os acionistas da Fortis elegíveis (nos termos da Lei holandesa sobre a Resolução Coletiva de Danos em Massa ('Wet Collectieve Afwikkeling Massaschade')). Os processos legais relativos à acusação da VEB acima mencionada estão suspensos até que este procedimento específico seja finalizado. Existem dois cenários potenciais de base:

(1) Caso o Tribunal da Relação declare o acordo vinculativo, os investidores podem optar por sair do acordo durante um período de opt-out de três a seis meses. Após este período (e desde que o acordo não seja anulado porque o índice de opt-out excede um certo limite), começarão as distribuições de pagamentos. A ilibação do Rabobank (e outros subscritores) está sujeita ao cumprimento das obrigações de compensação para com os acionistas elegíveis do Fortis. É estimado um período mínimo de 18 meses desde o julgamento do Tribunal de Relação sobre a natureza vinculativa do acordo antes de ser feito o primeiro pagamento.

. Os investidores que optarem por sair do acordo podem ainda reclamar danos ao Ageas e aos réus (incluindo o Rabobank) individualmente.

(2) Se o Tribunal da Relação não declarar o acordo vinculativo para todos os acionistas do Fortis elegíveis ou se o Ageas exercer o seu direito de anulação do acordo no caso de o índice de opt-out exceder um certo limite, os processos contra a VEB acima descritos, em princípio, serão retomados como antes da suspensão.

Em 9 de fevereiro de 2017, o litigante de acusação em massa ConsumentenClaim anunciou que apresentou uma objeção a que o acordo fosse declarado vinculativo perante o Tribunal da Relação. O Grupo Rabobank considera que o caso Fortis é um passivo contingente. Não foi feita qualquer provisão.

Libor/Euribor

Nos últimos anos, o Rabobank recebeu uma série de pedidos por parte dos órgãos reguladores em diversos países para emitir documentos e outras informações em relação a várias questões, incluindo questões relacionadas com as submissões de referência das suas taxas de juro. O Rabobank está e continuará a colaborar com os reguladores e as autoridades envolvidos nestas investigações globais.

Em 29 de outubro de 2013, o Rabobank celebrou acordos de liquidação com várias autoridades relativamente às suas investigações sobre os processos de submissão históricos à LIBOR e à EURIBOR do Rabobank. No sítio corporativo do banco estão disponíveis informações adicionais. Todos os montantes a pagar nos termos destes acordos de liquidação foram integralmente pagos e contabilizados pelo Rabobank em 2013. Além disso, alguns destes acordos de pagamento obrigaram o Rabobank a: (i) melhorar as medidas ou continuar a sua implementação; e (ii) cooperar, numa base contínua, com as investigações em curso sobre a conduta do Rabobank e dos seus colaboradores atuais e antigos no que respeita a uma conduta inadequada relativa às submissões de referência das taxas de juro. O Rabobank continua a cumprir todas as suas obrigações nos termos destes acordos de pagamento. O Rabobank, juntamente com um grande número de outros bancos do painel e corretores intermediários, foi designado como requerido em várias supostas ações civis coletivas e casos individuais de tribunais civis que entraram nos tribunais federais dos Estados Unidos. Estes casos são relativos à Libor do dólar norte-americano (USD), da libra esterlina (GBP), do iene japonês (JPY), ao Tibor (nota: o Rabobank nunca foi membro do painel TIBOR) e à Euribor. Em 2014, uma organização argentina de defesa do consumidor apresentou uma suposta ação judicial coletiva contra o Rabobank na Argentina relativamente à Libor do USD. O Rabobank foi também notificado para comparecer perante vários tribunais holandeses em processos cíveis relativos à Euribor. Acresce que vários indivíduos e entidades (incluindo duas fundações de acusações coletivas, das quais uma foi anteriormente mencionada no parágrafo 'Derivados de taxa de juros no segmento de PME')

fizeram diferentes acusações relativas à Euribor e/ou outras referências, em cartas a, e processos judiciais contra, o Rabobank e/ou uma subsidiária irlandesa.

Uma vez que as supostas ações judiciais coletivas e processos cíveis acima mencionados que foram apresentados nos tribunais nos EUA ou em outros países estão intrinsecamente sujeitos a incertezas, é difícil prever os resultados. O Rabobank considera que tem defesas legais e factuais substantivas e convincentes contra essas alegações. O Rabobank tem a intenção de continuar a defender-se contra essas alegações.

O Grupo Rabobank considera que o caso Libor / Euribor é um passivo contingente. Não foi feita qualquer provisão.

BSA/AML

Em 2015, o Rabobank concluiu um acordo escrito com o Banco da Reserva Federal de Nova Iorque e o Departamento de Serviços Financeiros do Estado de Nova Iorque. Nos termos deste acordo, o Rabobank é obrigado a, entre outras coisas, melhorar a estrutura da BSA/AML (Lei do Sigilo Bancário/Contra o Branqueamento de Capitais) para a sua filial de Nova Iorque e a fiscalização para a região dos EUA.

Em dezembro de 2013, através de uma Ordem de Consentimento, o Controlador de Moeda dos EUA (OCC) iniciou uma ação de execução civil contra o Rabobank, a Associação Nacional (RNA) juntamente com questões relacionadas com o programa de conformidade da RNA BSA/AML. A RNA é detida quase na totalidade pelo Rabobank e tem atividades na banca de retalho na Califórnia. A Ordem de Consentimento e as ações a ela relacionadas estão ainda pendentes. Em 2014, o Departamento de Justiça dos EUA (DOJ) informou o Rabobank de que estava a investigar a RNA por possíveis violações da Lei do sigilo bancário e regulamentos e estatutos a ela relacionados. A RNA forneceu documentação e outras informações em resposta a vários pedidos do DOJ; o DOJ realizou também entrevistas a funcionários atuais e antigos. A investigação está ainda a decorrer.

Recentemente, a Financial Crimes Enforcement Network (FinCEN) do Departamento do Tesouro notificou a RNA de um aviso de investigação. O Rabobank entende que a FinCEN está a investigar essencialmente os mesmos assuntos acima mencionados que são investigados pelo OCC.

Tanto o Rabobank como a RNA estão a colaborar com todas essas investigações e acreditam que as mesmas serão concluídas em 2017.

Recentemente, uma queixa criminal foi apresentada ao Ministério Público Holandês (DPP) contra o Rabobank, duas entidades do grupo e as pessoas responsáveis por essas entidades, solicitando uma investigação criminal em relação aos assuntos relacionados com a investigação do DOJ. O Rabobank compreende que o DPP recebeu a queixa e aguarda a resposta do DPP a mesma.

O Grupo Rabobank considera que o caso BSA/ALM é um passivo contingente. Não foi feita qualquer provisão.

Outros casos

O Grupo Rabobank está sujeito a outros procedimentos legais para os quais foi reconhecida uma provisão. Estes casos são individualmente menos significativos em tamanho e, portanto, não são descritos com mais detalhe. A provisão total para todos esses casos equivale a 89. Além dos casos de responsabilidade contingente acima descritos e para os quais não é ainda possível uma avaliação sobre uma possível saída, o Grupo Rabobank identificou uma série de outros casos menos relevantes em termos de tamanho como um passivo contingente. Uma vez que estes casos são menos significativos, o Rabobank optou por não os descrever em detalhe. O montante principal pedido para todos esses casos de passivo contingente equivale a 61.

5 Segmentos de negócio

Os segmentos de negócios que o Rabobank utiliza nos seus relatórios são definidos a partir de um ponto de vista de gestão. Tal significa que os segmentos são revistos como parte da gestão estratégica do Rabobank e são utilizados com o fim de se tomarem decisões de negócios, com diferentes riscos e retornos.

O Rabobank distingue cinco principais segmentos de negócios: banca de retalho doméstica; banca grossista e banca rural e de retalho internacional; leasing; imobiliário; e outros segmentos. A banca de retalho doméstica abrange principalmente as atividades dos Rabobanks locais, da Obvion e do Roparco. A banca grossista e de retalho internacional fornecem apoio ao Grupo Rabobank com vista a alcançar a liderança do mercado nos Países Baixos, focando-se no setor agroalimentar a nível internacional. Este segmento desenvolve operações bancárias corporativas numa base regional e, adicionalmente, controla departamentos de operação global, tais como Treasury, Markets, Acquisition

Finance, Global Corporate Clients, Export Finance & Project Finance, Trade & Commodity Finance e Financial Institutions Group. O segmento envolve também o International Direct Retail Banking e o Rabo Private Equity (capital privado). As operações bancárias rurais e de retalho internacional fazem parte da marca Rabobank, com exceção do ACC Loan Management. O segmento de leasing – DLL – é responsável pelas operações de leasing, oferecendo uma ampla gama de produtos de leasing, comércio e financiamento ao consumidor no mercado doméstico holandês. Os produtores, fornecedores e distribuidores são apoiados a nível global nas suas vendas, com produtos relevantes para o financiamento de ativos. Em 2016, a DLL vendeu a empresa de leasing de automóveis Athlon aos serviços financeiros da Mercedes-Benz. O Rabobank reconheceu um ganho na venda de 251, que é apresentado na declaração de rendimentos como 'Outros proveitos operacionais líquidos'. Como resultado, o total de ativos diminuiu em 4,3 mil milhões de EUR.

O setor imobiliário abrange principalmente as atividades do Rabo Real Estate Group e do FGH Bank. As principais atividades dizem respeito ao desenvolvimento de habitação, financiamento e gestão de ativos. No mercado holandês, o Rabo Real Estate Group opera através das suas marcas BPD e Bouwfonds Investment Management. Os outros segmentos dentro do Rabobank incluem vários subsegmentos, dos quais nenhum pode ser apresentado separadamente. Este segmento inclui principalmente os resultados financeiros de associadas (em particular a Achmea B.V.) e as operações da sede. Não há clientes que detenham uma participação de mais de 10% das receitas totais do Rabobank.

As transações entre os vários segmentos de negócios são realizadas nos termos das condições normais comerciais. Além de atividades operacionais, não há qualquer outro rendimento abrangente material entre os segmentos de negócios. Os princípios de relato financeiro utilizados para os segmentos são idênticos aos descritos na secção 'Princípios contabilísticos'.

<i>in millions of euros</i>	<i>Domestic retail banking</i>	<i>Wholesale banking and international rural and retail banking</i>	<i>Leasing</i>	<i>Real estate</i>	<i>Other segments</i>	<i>Consolidation effects</i>	<i>Total</i>
For the year ended 31 December 2016							
Net interest income	5.467	1.974	1.086	293	(77)	-	8.743
Net fee and commission income	1.334	538	90	16	(27)	(33)	1.918
Other income	58	1.097	816	379	71	(277)	2.144
Income	6.859	3.609	1.992	688	(33)	(310)	12.805
Staff costs	1.798	1.137	616	215	(76)	831	4.521
Other administrative expenses	3.113	1.023	285	142	245	(1.173)	3.635
Depreciation	117	94	31	4	50	142	438
Operating expenses	5.028	2.254	932	361	219	(200)	8.594
Impairment losses on goodwill and investments in associates	-	-	-	-	700	-	700
Loan impairment charges	25	255	101	(75)	4	-	310
Regulatory levies	279	151	22	13	18	-	483
Operating profit before tax	1.527	949	937	389	(974)	(110)	2.718
Taxation	400	305	197	101	(281)	(28)	694
Net profit	1.127	644	740	288	(693)	(82)	2.024
Cost/income ratio excluding regulatory levies (in %) ¹	73,3	62,5	46,8	52,5	n/a	n/a	67,1
Cost/income ratio including regulatory levies (in %) ²	77,4	66,6	47,9	54,4	n/a	n/a	70,9
Loan impairment charges (in basis points of average private sector loan portfolio) ³	1	26	30	(54)	n/a	n/a	7
Business segment assets	315.470	438.251	39.350	14.958	115.089	(262.942)	660.176
Investments in associates	17	397	24	182	1.797	-	2.417
Total assets	315.487	438.648	39.374	15.140	116.886	(262.942)	662.593
Business segment liabilities	285.564	426.846	34.984	12.671	117.316	(255.312)	622.069
Total liabilities	285.564	426.846	34.984	12.671	117.316	(255.312)	622.069
Investments in property and equipment	59	51	2.044	3	91	-	2.248
Impairment of tangible and intangible assets	112	4	1	-	(1)	-	116
Goodwill	322	136	77	-	2	-	537
Private sector loan portfolio	275.770	105.192	31.772	11.332	485	-	424.551

<i>in millions of euros</i>	<i>Domestic retail banking</i>	<i>Wholesale banking and international rural and retail banking</i>	<i>Leasing</i>	<i>Real estate</i>	<i>Other segments</i>	<i>Consolidation effects</i>	<i>Total</i>
Loan impairment allowances loans and advances to customers							
Balance on 1 January 2016	3.963	2.898	322	1.175	33	-	8.391
Loan impairment charges from loans and advances to customers	91	307	145	(73)	4	-	474
Write-down of defaulted loans during the year	(932)	(203)	(165)	(240)	(7)	-	(1.547)
Interest and other adjustments	125	33	15	12	(15)	-	170
Balance on 31 December 2016	3.246	3.035	317	874	15	-	7.487
Specific allowance	2.176	2.679	128	863	-	-	5.846
Collective allowance	650	11	95	-	-	-	756
IBNR	420	345	94	11	15	-	885
Total	3.246	3.035	317	874	15	-	7.487

1 Despesas operativas divididas pelo Rendimento

2 Despesas operativas acrescidas de taxas reguladoras divididas pelo Rendimento

3 Encargos por imparidade dos créditos divididos pela carteira

média de empréstimos ao setor privado a 12 meses

<i>in millions of euros</i>	<i>Domestic retail banking</i>	<i>Wholesale banking and international rural and retail banking</i>	<i>Leasing</i>	<i>Real estate</i>	<i>Other segments</i>	<i>Consolidation effects</i>	<i>Total</i>
For the year ended 31 December 2015							
Net interest income	5.661	2.270	1.094	348	(234)	-	9.139
Net fee and commission income	1.321	513	57	29	(16)	(12)	1.892
Other income	18	653	568	302	662	(220)	1.983
Income	7.000	3.436	1.719	679	412	(232)	13.014
Staff costs	2.134	1.123	601	196	(38)	770	4.786
Other administrative expenses	2.470	1.101	277	124	102	(1.158)	2.916
Depreciation	116	107	38	7	47	128	443
Operating expenses	4.720	2.331	916	327	111	(260)	8.145
Impairment losses on goodwill and investments in associates	-	612	10	1	-	-	623
Loan impairment charges	343	526	85	90	(11)	-	1.033
Regulatory levies	171	139	19	15	-	-	344
Operating profit before tax	1.766	(172)	689	246	312	28	2.869
Taxation	445	161	191	65	(213)	6	655
Net profit	1.321	(333)	498	181	525	22	2.214
Cost/income ratio excluding regulatory levies (in %) ¹	67,4	67,8	53,3	48,2	n/a	n/a	62,6
Cost/income ratio including regulatory levies (in %) ²	69,9	71,9	54,4	50,4	n/a	n/a	65,2
Loan impairment charges (in basis points of average private sector loan portfolio) ³	12	53	25	56	n/a	n/a	24
Business segment assets	327.909	494.210	40.091	21.939	116.694	(325.688)	675.155
Investments in associates	16	487	32	197	2.940	-	3.672
Total assets	327.925	494.697	40.123	22.136	119.634	(325.688)	678.827
Business segment liabilities	298.883	482.273	35.411	19.865	111.244	(310.046)	637.630
Total liabilities	298.883	482.273	35.411	19.865	111.244	(310.046)	637.630
Investments in property and equipment	90	56	2.124	2	237	-	2.509
Impairment of tangible and intangible assets	-	631	10	1	11	-	653
Goodwill	322	131	448	2	2	-	905
Private sector loan portfolio	284.496	104.014	29.655	15.287	475	-	433.927

<i>in millions of euros</i>	<i>Domestic retail banking</i>	<i>Wholesale banking and international rural and retail banking</i>	<i>Locação</i>	<i>Real estate</i>	<i>Other segments</i>	<i>Consolidation effects</i>	<i>Total</i>
Loan impairment allowances loans and advances to customers							
Balance on 1 January 2015	4.836	2.816	378	1.270	48	-	9.348
Loan impairment charges from loans and advances to customers	377	509	120	91	(10)	-	1.087
Write-down of defaulted loans during the year	(1.440)	(478)	(167)	(218)	(4)	-	(2.307)
Interest and other adjustments	190	52	(9)	32	(2)	-	263
Balance on 31 December 2015	3.963	2.899	322	1.175	32	-	8.391
Specific allowance	2.615	2.631	151	1.092	32	-	6.521
Collective allowance	884	30	83	-	-	-	997
IBNR	464	238	88	83	-	-	873
Total	3.963	2.899	322	1.175	32	-	8.391

1 Despesas operativas divididas pelo Rendimento

2 Despesas operativas acrescidas de taxas reguladoras divididas pelo Rendimento

3 Encargos por imparidade dos créditos divididos pela carteira

média de empréstimos ao setor privado a 12 meses

Informações geográficas (relato país-a-país)

O Rabobank tem operações em sete principais áreas geográficas. O país de domicílio do Rabobank são os Países Baixos. As informações abaixo são relatadas pelos componentes identificáveis do Rabobank que fornecem produtos e/ou serviços dentro de um ambiente económico particular dentro de locais/áreas geográficos particulares. A alocação tem por base a localização da subsidiária individual onde têm origem as transações. A tabela do ano anterior foi alterada devido à orientação adicional do Projeto de Erosão da Base Tributária e Transferência de Lucros da OCDE/G20 em relatórios país a país e representa agora a receita e os números brutos antes da consolidação. A receita é definida como os rendimentos totais conforme apresentados na declaração de rendimentos acrescidos da despesa de juros e das despesas com honorários e comissões.

Per 31 December 2016

<i>in millions of euros</i>								
<i>Geographic location</i>	<i>Country</i>	<i>Name of subsidiary</i>	<i>Type of operations</i>	<i>Revenues</i>	<i>Average number of internal employees in FTE</i>	<i>Operating profit before tax</i>	<i>Income tax</i>	<i>Government subsidies received</i>
Países Baixos	Países Baixos	Rabobank, DLL, Obvion, Friesland Zekerheden Maatschappij NV, Rabohypotheekbank, Rabo Real Estate Group	Domestic retail banking, Wholesale banking and international retail banking, Leasing, Real estate	24.601	31.627	1.128	187	-
Other Eurozone countries	France	DLL, Rabobank, Rabo Real Estate Group	Leasing, Wholesale banking and international retail banking, Real estate	246	553	86	31	-
	Belgium	DLL, Rabobank, Rabo Real Estate Group	Leasing, Wholesale banking and international retail banking, Real estate	176	201	28	8	-
	Germany	DLL, Rabobank, Rabo Real Estate Group	Leasing, Wholesale banking and international retail banking, Real estate	332	664	92	32	-
	Italy	DLL, Rabobank	Leasing, Wholesale banking and international retail banking	81	146	33	6	-
	Luxembourg	DLL, Rabo Real Estate Group	Leasing, Real estate	2	-	-	-	-
	Ireland	DLL, Rabobank, ACC Loan Management	Leasing, Wholesale banking and international retail banking	812	319	265	26	-
	Finland	DLL	Leasing	5	7	2	-	-
	Austria	DLL	Leasing	2	2	1	-	-
	Portugal	DLL	Leasing	6	13	1	-	-
	Spain	DLL, Rabobank	Leasing, Wholesale banking and international retail banking	58	140	21	11	-
Rest of Europe (non-Eurozone)	United Kingdom	DLL, Rabobank	Leasing, Wholesale banking and international retail banking	586	648	85	22	-
	Norway	DLL	Leasing	22	31	7	2	-
	Sweden	DLL	Leasing	48	127	7	3	-
	Denmark	DLL, Rabo Real Estate Group	Leasing, Real estate	17	23	8	1	-
	Switzerland	DLL	Leasing	4	6	1	-	-
	Russia	DLL	Leasing	23	55	8	2	-
	Poland	DLL	Leasing	28	100	10	2	-
	Czech Republic	Rabo Real Estate Group	Real estate	-	1	-	-	-
	Hungary	DLL	Leasing	7	35	3	-	-
	Romania	DLL	Leasing	-	2	-	-	-
	Turkey	DLL, Rabobank	Leasing, Wholesale banking and international retail banking	32	59	14	3	-
North America	United States	DLL, Rabobank, Rabo Real Estate Group	Leasing, Wholesale banking and international retail banking, Real estate	2.849	4.002	431	183	-
	Canada	DLL, Rabobank	Leasing, Wholesale banking and international retail banking	183	213	53	14	-

<i>in millions of euros</i>								
<i>Geographic location</i>	<i>Country</i>	<i>Name of subsidiary</i>	<i>Type of operations</i>	<i>Revenues</i>	<i>Average number of internal employees in FTE</i>	<i>Operating profit before tax</i>	<i>Income tax</i>	<i>Government subsidies received</i>
Latin America	Mexico	DLL	Leasing	16	60	3	1	-
	Cayman Islands	Rabobank	Wholesale banking and international retail banking	-	-	-	-	-
	Curacao	Rabobank	Wholesale banking and international retail banking	7	1	1	1	-
	Brazil	DLL, Rabobank	Leasing, Wholesale banking and international retail banking	607	679	153	58	-
	Chile	DLL, Rabobank	Leasing, Wholesale banking and international retail banking	77	247	(12)	16	-
	Argentina	DLL	Leasing	3	36	(4)	1	-
Asia	India	DLL, Rabobank	Leasing, Wholesale banking and international retail banking	59	161	(20)	(9)	-
	Singapore	DLL, Rabobank	Leasing, Wholesale banking and international retail banking	135	205	(15)	(2)	-
	Indonesia	Rabobank	Wholesale banking and international retail banking	94	797	2	-	-
	Malaysia	Rabobank	Wholesale banking and international retail banking	4	4	1	-	-
	China	DLL, Rabobank	Leasing, Wholesale banking and international retail banking	311	356	27	9	-
	South Korea	DLL	Leasing	8	25	(2)	-	-
	Japan	DLL	Leasing	-	1	-	-	-
Australia	Australia	DLL, Rabobank	Leasing, Wholesale banking and international retail banking	1.204	983	200	57	-
	New Zealand	DLL, Rabobank	Leasing, Wholesale banking and international retail banking	592	313	100	29	-
Other	Mauritius, Kenya	Rabobank	Wholesale banking and international retail banking	-	1	-	-	-
		Consolidation effects		(12.478)	-	-	-	-
				20.759	42.843	2.718	694	-

Per 31 December 2015

<i>in millions of euros</i>								
<i>Geographic location</i>	<i>Country</i>	<i>Name of subsidiary</i>	<i>Type of operations</i>	<i>Revenues</i>	<i>Average number of internal employees in FTE</i>	<i>Operating profit before tax</i>	<i>Income tax</i>	<i>Government subsidies received</i>
Países Baixos	The Netherlands	Local Rabobanks, Rabobank, DLL, Obvion, Friesland Zekerheden Maatschappij NV, Rabohypotheekbank, Rabo Real Estate Group	Domestic retail banking, Wholesale banking and international retail banking, Leasing, Real estate-	25.425	35.041	2.100	224	-
Other Eurozone countries	France	DLL, Rabobank, Rabo Real Estate Group	Leasing, Wholesale banking and international retail banking, Real estate	192	612	73	28	-
	Belgium	DLL, Rabobank, Rabo Real Estate Group	Leasing, Wholesale banking and international retail banking, Real estate	201	295	29	7	-
	Germany	DLL, Rabobank, Rabo Real Estate Group	Leasing, Wholesale banking and international retail banking, Real estate	319	699	101	27	-
	Italy	DLL, Rabobank	Leasing, Wholesale banking and international retail banking	65	165	24	9	-

<i>in millions of euros</i>								
<i>Geographic location</i>	<i>Country</i>	<i>Name of subsidiary</i>	<i>Type of operations</i>	<i>Revenues</i>	<i>Average number of internal employees in FTE</i>	<i>Operating profit before tax</i>	<i>Income tax</i>	<i>Government subsidies received</i>
	Luxembourg	DLL, Rabobank, Rabo Real Estate Group	Leasing, Wholesale banking and international retail banking, Real estate	2	12	-	-	-
	Ireland	DLL, Rabobank, ACC Loan Management	Leasing, Wholesale banking and international retail banking	804	435	39	4	-
	Finland	DLL	Leasing	2	6	2	-	-
	Austria	DLL	Leasing	2	2	1	-	-
	Portugal	DLL	Leasing	3	18	1	-	-
	Spain	DLL, Rabobank	Leasing, Wholesale banking and international retail banking	49	165	20	6	-
Rest of Europe (non-Eurozone)	United Kingdom	DLL, Rabobank	Leasing, Wholesale banking and international retail banking	502	666	26	7	-
	Norway	DLL	Leasing	13	31	6	2	-
	Sweden	DLL	Leasing	35	123	7	2	-
	Denmark	DLL, Rabo Real Estate Group	Leasing, Real estate	11	24	5	(1)	-
	Switzerland	DLL	Leasing	2	6	1	-	-
	Russia	DLL	Leasing	14	55	6	1	-
	Poland	DLL, Rabobank, Bank BGZ	Leasing, Wholesale banking and international retail banking	19	121	8	3	-
	Czech Republic	Rabo Real Estate Group	Real estate	(1)	1	(1)	-	-
	Hungary	DLL	Leasing	6	31	2	-	-
	Romania	DLL	Leasing	-	2	-	-	-
	Turkey	DLL, Rabobank	Leasing, Wholesale banking and international retail banking	26	54	10	3	-
North America	United States	DLL, Rabobank, Rabo Real Estate Group	Leasing, Wholesale banking and international retail banking, Real estate	2.340	3.989	(112)	189	-
	Canada	DLL, Rabobank	Leasing, Wholesale banking and international retail banking	174	212	56	14	-
Latin America	Mexico	DLL, Rabobank	Leasing, Wholesale banking and international retail banking	14	58	5	2	-
	Cayman Islands	Rabobank	Wholesale banking and international retail banking	-	-	-	-	-
	Curacao	Rabobank	Wholesale banking and international retail banking	161	13	53	2	-
	Brazil	DLL, Rabobank	Leasing, Wholesale banking and international retail banking	546	683	156	53	-
	Chile	DLL, Rabobank	Leasing, Wholesale banking and international retail banking	82	304	(51)	(15)	-
	Argentina	DLL, Rabobank	Leasing, Wholesale banking and international retail banking	2	37	(7)	-	-
Asia	India	DLL, Rabobank	Leasing, Wholesale banking and international retail banking	45	126	8	6	-
	Singapore	DLL, Rabobank	Leasing, Wholesale banking and international retail banking	124	199	28	3	-
	Indonesia	Rabobank	Wholesale banking and international retail banking	95	1.112	(15)	1	-
	Malaysia	Rabobank	Wholesale banking and international retail banking	4	2	2	-	-
	China	DLL, Rabobank	Leasing, Wholesale banking and international retail banking	295	353	4	(3)	-
	South Korea	DLL	Leasing	6	24	-	-	-

<i>in millions of euros</i>								
<i>Geographic location</i>	<i>Country</i>	<i>Name of subsidiary</i>	<i>Type of operations</i>	<i>Revenues</i>	<i>Average number of internal employees in FTE</i>	<i>Operating profit before tax</i>	<i>Income tax</i>	<i>Government subsidies received</i>
	Japan	DLL, Rabobank	Leasing, Wholesale banking and international retail banking	-	1	-	-	-
Australia	Australia	DLL, Rabobank	Leasing, Wholesale banking and international retail banking	1.240	967	168	49	-
	New Zealand	DLL, Rabobank	Leasing, Wholesale banking and international retail banking	634	311	113	32	-
Other	Mauritius	Rabobank	Wholesale banking and international retail banking	3	1	1	-	-
			Consolidation effects	(11.753)				
				21.703	46.956	2.869	655	-

<i>in millions of euros</i>	<i>Additions to property and equipment and intangible assets</i>	<i>Additions to property and equipment and intangible assets</i>
	On 31 December 2016	On 31 December 2015
Países Baixos	1.020	1.588
Other Eurozone countries	827	944
Rest of Europe (non-Eurozone)	239	101
North America	251	230
Latin America	1	-
Asia	4	7
Australia	64	77
Total	2.406	2.947

6 Caixa e disponibilidades em bancos centrais

<i>in millions of euros</i>	2016	2015
Cash	653	861
Deposits at central banks other than mandatory reserve deposits	83.266	63.686
	83.919	64.547
Mandatory reserve deposits at central banks	486	396
Total cash and balances at central banks	84.405	64.943

A reserva mínima média a ser detida para os Países Baixos para o mês de dezembro de 2016 foi de 3.135 (dezembro de 2015: 3.109).

7 Aplicações em outras instituições de crédito

<i>in millions of euros</i>	2016	2015
Deposits with other banks	10,412	11,220
Reverse repurchase transactions and securities borrowing agreements	13,398	18,495
Loans	1,435	2,494
Other	169	126
Gross due from other banks	25,414	32,335
Less: loan impairment allowance loan and advances to banks	(18)	(16)
	25,396	32,319
Reclassified assets	48	115
Total loans and advances to banks	25,444	32,434
Loan impairment allowance loans and advances to banks		
Balance on 1 January	16	26
Loan impairment charges loans and advances to banks	-	(10)
Write-down of defaulted loans during the year	-	-
Other changes	2	-
Balance on 31 December	18	16

Os encargos por imparidade das aplicações em outras instituições de crédito estão incluídos na declaração de rendimentos em 'Encargos por imparidade dos créditos'. O montante contabilístico bruto das "Aplicações em outras instituições de crédito", cujos ajustamentos do valor foram estabelecidos numa base individual, é de 18 (2015: 18).

8 Ativos financeiros detidos para negociação

<i>in millions of euros</i>	2016	2015
Purchased loans	272	520
Short-term government securities	-	19
Government bonds	603	1.073
Other debt securities	1.123	1.637
Equity instruments	587	223
Total	2.585	3.472

9 Ativos financeiros designados pelo justo valor

<i>in millions of euros</i>	2016	2015
Other debt securities	32	791
Purchased loans	854	1.006
Venture capital (equity instrument)	314	270
Other equity instruments	121	129
Total	1.321	2.196

A alteração no ano corrente no justo valor dos créditos designados como sendo pelo justo valor com ajustes na declaração de rendimentos atribuíveis às alterações no risco de crédito é de 1 (2015: 5). A variação acumulada é -28 (2015: -29). Quaisquer alterações no risco de crédito são calculadas mediante o desconto dos fluxos de caixa futuros. Ao definir a taxa de desconto, são consideradas as perdas esperadas, as margens de liquidez e as margens de risco. Não são utilizados derivados de crédito para cobrir os créditos adquiridos designados pelo justo valor.

10 Derivados

Os derivados são utilizados no Rabobank com o propósito de atenuar, pelo menos, uma parte dos riscos decorrentes das várias operações do banco. Alguns exemplos incluem swaps de taxas de juro utilizados para a cobertura dos riscos das taxas de juro decorrentes da diferença nos vencimentos entre ativos e passivos. Um outro exemplo são os swaps cambiais, que são usados para cobrir o risco cambial ao qual o banco está exposto após a emissão de instrumentos de dívida em moeda estrangeira. A política de cobertura do banco está concebida para proteger as suas receitas líquidas com juros no âmbito da estrutura de apetência pelo risco. Para além dos efeitos de cobertura, os derivados são também contratados para os clientes do banco.

10.1 Tipos de instrumentos derivados utilizados pelo Rabobank

Contratos a prazo de divisas e de taxas de juro são obrigações contratuais que visam receber ou pagar um montante líquido com base nas taxas de câmbio ou de juro vigentes; ou comprar ou vender divisas ou um instrumento financeiro numa data futura a um preço fixo específico num mercado financeiro organizado. Uma vez que a garantia adicional para os contratos futuros é fornecida em caixa, equivalentes de caixa ou títulos negociáveis, e que as alterações no valor dos contratos futuros são liquidadas diariamente, principalmente através de uma câmara de compensação central da contraparte, o risco de crédito é baixo. A exposição ao risco de crédito do Rabobank é representada pelo custo potencial de substituir os swaps no caso de incumprimento da contraparte. O risco é constantemente monitorizado face ao justo valor atual, uma parcela do valor nominal dos contratos e a liquidez dos mercados. Como parte do processo de gestão de risco de crédito, o Rabobank utiliza os mesmos métodos para a avaliação de contrapartes que utiliza para avaliar as suas próprias atividades de empréstimo.

Contratos a prazo de taxa de juros são contratos a prazo de taxa de juros acordados individualmente nos termos dos quais a diferença entre uma taxa de juro acordada contratualmente e a taxa de mercado numa data futura tem de ser liquidada em caixa, com base num montante de capital notional.

Operações de swap de divisas e de taxas de juro são compromissos de troca de um conjunto de fluxos de caixa por outro. Os swaps implicam uma troca económica de divisas ou taxas de juro (tais como uma taxa fixa para uma ou mais taxas variáveis), ou uma combinação (ou seja, um swap cambial de taxas de juro). Com exceção de certos swaps de divisas, não há transferência do montante do capital. Opções de divisas e taxas de juros são contratos ao abrigo dos quais o vendedor (conhecido como o subscritor) confere ao comprador (conhecido como o titular) o direito, sem compromisso, de comprar (no caso de uma opção de compra) ou vender (no caso de uma opção de venda) um montante específico em divisas ou um instrumento financeiro específico numa data acordada, antes da mesma ou durante um período acordado, a um preço pré-definido. Como contrapartida para aceitar o risco de taxa de câmbio ou de juro, o subscritor recebe um pagamento (conhecido como um prémio) do titular. As opções são negociadas em bolsa ou entre o Rabobank e os clientes (OTC). O Rabobank está apenas exposto aos riscos de crédito como detentor da opção e apenas até ao montante contabilístico que é equivalente ao justo valor.

Swaps de risco de incumprimento de crédito (Credit default swaps - CDS) são instrumentos através dos quais o vendedor de um CDS se compromete a pagar ao comprador um montante. Este montante é igual à perda que ocorreria pela detenção de um ativo de referência subjacente, caso um evento de crédito específico viesse a ocorrer (ou seja, a materialização de um risco). O comprador não tem qualquer obrigação de deter o ativo de referência subjacente. O comprador paga ao vendedor uma taxa de proteção de crédito, largamente expressa em pontos base, em que o volume da taxa depende do spread do crédito do ativo de referência.

10.2 Derivados emitidos ou detidos para negociação

Os derivados detidos ou emitidos para negociação são aqueles utilizados para cobrir riscos económicos mas que não se qualificam como instrumentos de contabilidade de cobertura, e derivativos que os clientes empresariais tenham acordado com o Rabobank para cobrir riscos de taxas de juro e cambiais. As exposições de derivados com clientes empresariais são normalmente atenuadas pela celebração de posições reversas com uma ou mais contrapartes profissionais, dentro de limites de negociação estabelecidos.

10.3 Derivados detidos como coberturas

O Rabobank tem contratos de vários derivados financeiros que servem para cobrir riscos económicos - incluindo os riscos de taxas de juro e cambiais - que se classificam como coberturas de justo valor, de fluxo de caixa ou de investimento líquido.

Coberturas de justo valor

A maioria dos componentes da cobertura do justo valor no Rabobank são swaps de taxas de juro e swaps cambiais de taxas de juro que oferecem proteção face a uma potencial alteração no justo valor dos ativos e passivos financeiros de juros fixos, em moeda local e em divisas, tais como hipotecas, títulos de dívida disponíveis para venda e títulos de dívida emitidos. Em 31 de dezembro de 2016, o justo valor líquido destes swaps de taxas de juro foi de -6.921 (2015: -9,374). Em 31 de dezembro de 2016, o justo valor líquido dos swaps cambiais foi de 2,050 (2015: 2,190). O Rabobank testa a eficácia da cobertura com base em modelos estatísticos de análise de regressão, tanto de forma prospetiva como retrospectiva. No final do ano de 2016, as relações de cobertura foram altamente eficazes dentro do intervalo definido pela IAS 39.

A ineficácia das IFRS para o ano terminado em 31 de dezembro de 2016 foi de 118 (2015: 130). O resultado no instrumento de cobertura foi de -850 (2015: 1.466) e o da posição coberta, atribuível ao risco coberto, foi de 968 (2015: -1,336).

Demonstração de fluxos de caixa

As coberturas dos fluxos de caixa do Rabobank consistem principalmente em swaps de taxas de juro cambiais que servem de proteção perante uma potencial alteração nos fluxos de caixa de ativos financeiros em moedas estrangeiras com taxas de juros flutuantes.

O Rabobank testa a eficácia da cobertura com base em modelos estatísticos de análise de regressão, tanto de forma prospetiva como retrospectiva. No final do ano de 2016 e de 2015, as relações de cobertura foram muito eficazes dentro do intervalo definido pela IAS

39. Em 31 de dezembro de 2016, o justo valor líquido dos swaps de taxa de juros cambiais, classificados como coberturas de fluxos de caixa, foi de -594 (2015: -707).

Em 2016, o Rabobank contabilizou um montante de -87 (2015: 659) após tributação em outros rendimentos integrais como alterações efetivas no justo valor de derivados em coberturas de fluxos de caixa.

Em 2016, um montante de 56 (2015: -709) após a tributação de reservas de cobertura de fluxo de caixa foi reclassificado para a declaração de rendimentos. Em 31 de dezembro de 2016, as reservas de cobertura de fluxos de caixa como parte do capital próprio totalizaram -70 (2015: -39) após tributação. Este montante oscila juntamente com o justo valor dos derivados nas coberturas de fluxos de caixa e é contabilizado como lucro ao longo do prazo das posições cobertas como rendimentos comerciais. A reserva de cobertura de fluxos de caixa refere-se a um grande número de derivados e posições cobertas com termos diferentes. O prazo máximo é de 25 anos, e as maiores concentrações têm prazos de mais de cinco anos. A ineficácia das IFRS para o ano terminado em 31 de dezembro de 2016 foi de 148 (2015: 181).

Coberturas de investimento líquido

O Rabobank utiliza contratos cambiais a prazo para cobrir parte do risco de conversão em investimentos líquidos em operações estrangeiras. O justo valor líquido destes contratos cambiais a prazo em 31 de dezembro de 2016 foi de 20 (2015: 4).

Em 31 de dezembro de 2016, os contratos de futuros com um valor nominal de 1.230 (2015: 657) foram designados como coberturas de investimento líquido. Estas resultaram em ganhos e perdas cambiais de -6 para o ano (2015: -6), que foram reconhecidos no capital próprio. Durante o ano de relato foram efetuadas deduções do capital próprio no valor de 24 (2015: 22). Para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2016, o Rabobank não reconheceu qualquer ineficácia em resultado das coberturas de investimento líquido.

10.4 Valor nocional e justo valor

Apesar de o montante nocional de certos tipos de instrumentos financeiros constituir uma base para a comparação de instrumentos que estão incluídos na demonstração da posição financeira, este não representa, necessariamente, os fluxos de caixa futuros relacionados ou o justo valor dos instrumentos e, consequentemente, a exposição do Rabobank a riscos de crédito ou de câmbio. O valor nominal é o valor do ativo, a taxa de referência ou o índice subjacente a um instrumento financeiro derivado, o que representa a base sobre a qual são medidas as alterações no valor de um instrumento financeiro derivado. Fornece uma indicação do volume das transações executadas pelo Rabobank, não constituindo, no entanto, uma mensuração da exposição ao risco. Alguns derivados são padronizados em termos de valor nocional ou data de liquidação e são concebidos especificamente para negociação em mercados ativos (bolsas de valores). Outros derivados são especificamente construídos para clientes individuais e não para negociação em bolsa, apesar de poderem ser comercializados a preços negociados entre compradores e vendedores (instrumentos OTC).

O justo valor positivo representa o custo para o Rabobank substituir todos os contratos em que terá direito a receber o pagamento, no caso de todas as contrapartes entrarem em incumprimento. Este é o método padrão para o cálculo da exposição ao risco de crédito atual. O justo valor negativo representa o custo de todos os contratos do Rabobank em que este terá de efetuar pagamentos no caso de entrar em incumprimento. Os totais dos justos valores positivos e negativos são divulgados separadamente na demonstração da posição financeira. Os derivados são positivos (ativos) ou negativos (passivos) como resultado das flutuações nas taxas de mercado ou de câmbio em relação aos seus valores contratuais. O valor total do contrato ou valor nocional dos derivados detidos, o grau em que esses instrumentos são positivos ou negativos, e, portanto, o justo valor total dos ativos e passivos financeiros derivados podem, por vezes, variar significativamente.

A tabela seguinte mostra os valores nominais e os justos valores positivos e negativos dos contratos de derivados detidos pelo Rabobank.

<i>in millions of euros</i>	<i>Notional amounts</i>	<i>Fair values</i>	
		Assets	Liabilities
Balance on 31 December 2016			
Derivatives held for trading	3.036.696	37.438	37.645
Derivatives held as hedges	133.517	4.934	10.379
Total derivative financial assets/ liabilities	3.170.213	42.372	48.024
Derivatives held for trading			
Currency derivatives			
Unlisted tradeable contracts (OTC)			
Currency swaps	405.251	6.986	9.191
Currency options - purchased and sold	5.438	95	63
Listed tradeable contracts	3.333	10	12
Currency futures	64	1	10
Total currency derivatives	414.086	7.092	9.276
Interest rate derivatives			
Unlisted tradeable contracts (OTC)			
Interest rate swaps	2.472.881	26.751	24.630
OTC interest rate options	81.784	3.388	3.435
Total OTC contracts	2.554.665	30.139	28.065
Listed tradeable contracts			
Interest rate swaps	62.078	1	0
Total interest rate derivatives	2.616.743	30.140	28.065
Credit derivatives			
Credit default swaps	2.663	1	4
Total return swaps	522	30	7
Total credit derivatives	3.185	31	11
Equity instruments/index derivatives			
Unlisted tradeable contracts (OTC)			
Options - purchased and sold	163	23	6
Total equity instruments/index derivatives	163	23	6
Other derivatives	2.518	153	287
Total derivative financial assets/ liabilities held for trading	3.036.695	37.439	37.645
Derivatives held as hedges			
Derivatives designated as fair value hedges			
Currency swaps and cross-currency interest rate swaps	75.783	2.063	13
Interest rate swaps	48.654	1.903	8.824
Derivatives designated as cash flow hedges			
Currency swaps and cross-currency interest rate swaps	7.850	948	1.542
Derivatives classified as net investment hedges			
Currency futures contracts	1.230	20	-
Total derivative financial assets/ liabilities designated as hedges	133.517	4.934	10.379

<i>in millions of euros</i>	<i>Notional amounts</i>	<i>Fair values</i>	
		Assets	Liabilities
Balance on 31 December 2015			
Derivatives held for trading	2.819.875	43.152	41.708
Derivatives held as hedges	148.307	4.961	12.848
Total derivative financial assets/ liabilities	2.968.182	48.113	54.556
Derivatives held for trading			
Currency derivatives			
Unlisted tradeable contracts (OTC)			
Currency swaps	395.309	5.028	7.626
Currency options - purchased and sold	5.812	87	56
Listed tradeable contracts	4.062	39	27
Currency futures	3	-	-
Total currency derivatives	405.186	5.154	7.709
Interest rate derivatives			
Unlisted tradeable contracts (OTC)			
Interest rate swaps	2.236.520	33.238	29.370
Interest rate options	101.210	4.135	4.143
Total OTC contracts	2.337.730	37.373	33.513
Listed tradeable contracts			
Interest rate swaps	67.932	1	1
Total interest rate derivatives	2.405.662	37.374	33.514
Credit derivatives			
Credit default swaps	2.782	1	5
Total return swaps	558	1	10
Total credit derivatives	3.340	2	15
Equity instruments/index derivatives			
Unlisted tradeable contracts (OTC)			
Options - purchased and sold	2.793	162	127
Total equity instruments/index derivatives	2.793	162	127
Other derivatives	1.239	95	47
Total derivative financial assets/ liabilities held for trading	4.032	257	174
Other derivatives	1.655	365	296
Total derivative financial assets/ liabilities held for trading	2.819.875	43.152	41.708
Derivatives held as hedges			
Derivatives designated as fair value hedges			
Currency swaps and cross-currency interest rate swaps	84.006	2.231	41
Interest rate swaps	47.687	1.787	11.161
Derivatives designated as cash flow hedges			
Currency swaps and cross-currency interest rate swaps	15.957	939	1.646
Derivatives classified as net investment hedges			
Currency futures contracts	657	4	-
Total derivative financial assets/ liabilities designated as hedges	148.307	4.961	12.848

11 Crédito a clientes

<i>in millions of euros</i>	2016	2015 ¹
Loans initiated by Rabobank		
Loans to government clients:		
- leases	284	227
- other	2.957	3.083
Loans to private clients:		
- overdrafts	21.677	30.758
- mortgages	206.450	212.685
- leases	19.984	25.923
- reverse repurchase transactions and securities borrowing agreements	16.068	18.927
- corporate loans	184.647	173.789
- other	7.809	8.210
Gross loans and advances to customers	459.876	473.620
Less: loan impairment allowance loans and advances to customers	(7.487)	(8.391)
	452.389	465.211
Reclassified assets	418	782
Total loans and advances to customers	452.807	465.993
Loan impairment allowance loans and advances to customers		
Balance on 1 January	8.391	9.348
Loan impairment charges from loans and advances to customers	474	1.087
Write-down of defaulted loans during the year	(1.548)	(2.307)
Interest and other changes	170	263
Total loan impairment allowance loans and advances to customers	7.487	8.391
Specific allowance	5.846	6.521
Collective allowance	756	997
IBNR	885	873
Total loan impairment allowance loans and advances to customers	7.487	8.391
Gross carrying amount of loans whose value adjustments were established on an individual basis	16.564	18.094

1 Valores do exercício anterior ajustados devido a alterações na apresentação e a à reformulação (ver nota 2.1).

Em 2016, o Rabobank vendeu empréstimos como parte da sua estratégia e das suas operações comerciais normais. Os empréstimos hipotecários de 1,5 mil milhões de EUR foram vendidos a companhias de seguros. O Banco FGH vendeu empréstimos imobiliários por um valor de 0,2 mil milhões de EUR e a Obvion reduziu o seu balanço em 1,4 mil milhões de EUR através da venda de hipotecas holandesas. Durante o ano, o Rabobank adquiriu ativos financeiros e não financeiros, adquirindo garantia colateral num valor estimado de 61 (2015: 62). O Rabobank tem como política vender esses ativos num futuro razoavelmente previsível. Os rendimentos são alocados para reembolsar o montante em dívida.

Ativos reclassificados

Em 2008, com base nas emendas efetuadas à IAS 39 e à IFRS 7 "Reclassificação de ativos financeiros", o Rabobank reclassificou um número de 'Ativos financeiros detidos para negociação' e 'Ativos financeiros disponíveis para venda' como 'Crédito a clientes' e 'Aplicações em outras instituições de crédito'.

O Rabobank identificou os ativos aos quais esta emenda é aplicável, com a intenção clara de mudar e passar a ter garantias para um futuro próximo, por oposição à venda ou negociação a curto prazo. As reclassificações foram efetuadas a partir de 1 de julho de 2008 pelo seu justo valor, à época. Esta nota fornece detalhes sobre o impacto das reclassificações do Rabobank.

A tabela abaixo mostra os valores contabilísticos e os justos valores dos ativos reclassificados.

	31 December 2016		31 December 2015	
<i>in millions of euros</i>	<i>Carrying amount</i>	<i>Fair value</i>	<i>Carrying amount</i>	<i>Fair value</i>
Financial assets held for trading reclassified to loans	41	37	183	174
Available-for-sale financial assets reclassified to loans	425	437	714	678
Total financial assets reclassified to loans	466	474	897	852

Se a reclassificação não tivesse sido feita, o lucro líquido para os ativos detidos para negociação teria sido mais elevado em (2015: mais elevado em 2). A alteração na posição do capital próprio em 2016 teria sido mais positiva em 33 (2015: mais negativa em 43) se a reclassificação dos ativos financeiros disponíveis para venda não tivesse sido efetuada. Após a reclassificação, os ativos financeiros reclassificados fizeram a seguinte contribuição para o lucro operacional antes dos impostos.

	For the year ended 31 December	
	2016	2015
Net income	(2)	3
Loan impairment charges	-	-
Operating profit before taxation on reclassified financial assets held for trading	(2)	3
Net income	9	16
Loan impairment charges	-	2
Operating profit before taxation on reclassified available-for-sale financial assets	9	18

Locações financeiras

O crédito a clientes inclui também os valores a receber de locações financeiras, que podem ser repartidos da seguinte forma:

<i>in millions of euros</i>	2016	2015
Receivables from gross investment in finance leases		
Not exceeding 1 year	7.561	8.872
Longer than 1 year but less than 5 years	13.773	18.775
Longer than 5 years	653	1.183
Total receivables from gross investment in finance leases	21.987	28.830
Unearned deferred finance income from finance leases	1.944	2.967
Net investment in finance leases	20.043	25.863
Not exceeding 1 year	7.321	8.575
Longer than 1 year but less than 5 years	12.180	16.443
Longer than 5 years	542	845
Net investment in finance leases	20.043	25.863

Em 31 de dezembro de 2016, a provisão para imparidade dos créditos ascendeu a 225 (2015: 287). Os valores residuais não garantidos que crescem ao locador ascenderam a 1.884 (2015: 1,705). Os pagamentos de locações contingentes reconhecidos como receitas em 2016 foram de zero (2015: zero).

A locação financeira está sobretudo relacionada com a locação de equipamentos e veículos, bem como produtos de factoring.

12 Ativos financeiros disponíveis para venda

<i>in millions of euros</i>	2016	2015
Short-term government papers	1.602	1.191
Government bonds	27.010	30.053
Other debt securities	5.133	5.594
Equity instruments	835	935
Total available-for-sale financial assets	34.580	37.773

A imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda ascendeu a 0 (2015: 160) e é reconhecida na declaração de rendimentos como 'Ganhos/ (perdas) em ativos e passivos financeiros pelo justo valor através dos lucros e prejuízos'.

<i>in millions of euros</i>	2016	2015
Gains/(losses) on available-for-sale financial assets	87	148

As alterações nos ativos financeiros disponíveis para venda podem ser divididas da seguinte forma:

<i>in millions of euros</i>	2016	2015
Opening balance	37.773	39.770
Foreign exchange differences	395	703
Additions	5.371	6.219
Disposals (sale and repayment)	(8.768)	(8.431)
Fair value changes	(155)	(335)
Other changes	(36)	(153)
Closing balance	34.580	37.773

13 Investimentos em associadas e joint ventures

O montante contabilístico dos investimentos em associadas e joint ventures é de 2.417 (2015: 3,672).

<i>in millions of euros</i>	2016	2015
Opening balance	3.672	3.807
Foreign exchange differences	3	(33)
Purchases	75	37
Sales	(350)	(44)
Share of profit of associates	44	351
Dividends paid out (and capital repayments)	(101)	(384)
Transferred to held for sale	(187)	-
Revaluation	27	(76)
Impairment	(700)	-
Other	(66)	14
Total investments in associates and joint ventures	2.417	3.672

13.1 Investimentos em associadas

A principal associada em termos do capital social detido pelo Rabobank inclui:

<i>On 31 December 2016</i>	<i>Shareholding</i>	<i>Voting rights</i>
The Netherlands		
Achmea B.V.	29%	29%

A Achmea é um parceiro estratégico do Rabobank para produtos de seguros e a Interpolis, uma subsidiária do Grupo Achmea, trabalha em estreita colaboração com os Rabobanks locais. A sede da Achmea fica em Zeist, nos Países Baixos. Não está disponível uma cotação de mercado para a participação na Achmea. Esta participação é avaliada de acordo com o método de equivalência patrimonial. Em 2016, o Rabobank recebeu um dividendo da Achmea por um montante de 43 (2015: zero).

As perspetivas para a rentabilidade futura da Achmea deterioraram-se durante 2016, tendo em conta os desenvolvimentos recentes no mercado dos seguros de saúde e os resultados financeiros ao longo do primeiro semestre de 2016. Estes elementos, em combinação com a deterioração do ambiente de negócios das seguradoras holandesas ao longo dos últimos anos, desencadeou potenciais imparidades para o investimento na Achmea. O teste para determinar se esta potencial

imparidade tinha ocorrido resultou num ajuste descendente do valor contabilístico na Achmea de 700, que foi reconhecido na declaração de rendimentos como 'Perdas por imparidade no goodwill e investimentos em associadas'. A Achmea B.V. faz parte do segmento operacional 'Outros segmentos'.

O valor recuperável é baseado no valor estimado em uso e é uma avaliação de nível 3 de acordo com a hierarquia do justo valor. Para determinar o valor em uso para a Achmea, o Rabobank realizou uma revisão dos fluxos de caixa esperados que a Achmea gera para o Rabobank, com o desconto de uma taxa de desconto antes dos impostos de 10,49%.

<i>Achmea</i>	<i>2016</i>	<i>2015</i>
Cash and balances at central banks	2,171	2,117
Investments	65,235	63,605
Banking credit portfolio	13,679	14,866
Other assets	11,930	12,851
Total assets	93,015	93,439
Insurance related provisions	61,345	61,061
Loans and funds borrowed	6,994	7,603
Other liabilities	14,894	14,495
Total liabilities	83,233	83,159
Revenues	23,966	23,225
Net profit	(382)	386
Other comprehensive income	109	(250)
Total comprehensive income	(273)	136

<i>Reconciliation carrying amount of interest in Achmea</i>	<i>2016</i>	<i>2015</i>
Total equity Achmea	9.782	10.280
Minus: hybrid capital	1.350	1.350
Minus: preference shares and accrued dividend	350	350
Shareholder's equity	8.082	8.580
Share of Rabobank	29.21%	29.21%
	2.360	2.506
Impairment	(700)	-
Carrying amount	1.660	2.506

<i>Other associates</i>	<i>2016</i>	<i>2015</i>
Result from continuing operations	175	260
Result from discontinued operations after taxation	-	-
Net profit	175	260
Other comprehensive income	(4)	(11)
Total comprehensive income	171	249

equensWorldline SE

Em 30 de setembro de 2016, a Equens SE (Equens) en Worldline completou a transação que foi apresentada em 3 de novembro de 2015. A participação do Rabobank (classificada como um investimento numa associada) de 15,15% na Equens foi reduzida para uma participação de 5,8% na equensWorldline SE (classificada como um ativo financeiro disponível para venda). O Rabobank realizou um ganho de 62 que está incluído em 'Proveitos de investimentos em associadas e joint ventures'.

Arise B.V.

Em 27 de julho de 2016, o Rabobank firmou uma parceria com a Norfund e a FMO para reafirmar o seu compromisso a longo prazo com o desenvolvimento futuro de África, o potencial de crescimento e o setor financeiro local. Os parceiros aceitaram irrevogavelmente transferir as suas participações em vários prestadores de serviços financeiros (FSP) na África Subsariana para a Arise B.V.. Em 31 de dezembro de 2016, o Rabobank detém quase 25% das ações da Arise, o que é considerado um investimento numa associada. Os atuais investimentos associados das nossas participações em vários prestadores de serviços financeiros (FSP) na África Subsariana são classificados como detidos para venda, de acordo com a IFRS 5, por um montante de 187.

Todos os dividendos e outras distribuições da detenção dos atuais investimentos associados a partir de 1 de janeiro de 2016 (exceto as distribuições de 2015), classificados como detidos para venda, são para a conta da Arise B.V.. A obrigação irrevogável de entregar as ações está incluída nos investimentos associados, o que compensa o valor patrimonial do investimento na Arise B.V..

13.2 Investimentos em joint ventures

Praticamente todas as joint ventures são investimentos do Rabo Real Estate Group. O seu montante contabilístico total é de -36 (2015: -39). As joint ventures são reconhecidas de acordo com o método da equivalência patrimonial.

Muitas vezes, o Rabo Real Estate Group tem parcerias para o desenvolvimento de áreas residenciais integradas, imóveis comerciais e a implementação de atividades de gestão de fundos e ativos. Na maioria dos casos, cada membro participante da parceria tem um voto decisivo, e as decisões podem apenas ser tomadas por consenso. Consequentemente, a maior parte dessas parcerias qualifica-se como "acordos conjuntos".

Cada parceria tem a sua própria estrutura jurídica, dependendo das necessidades e exigências das partes em causa. A forma jurídica (estrutura empresarial) tipicamente utilizada é a estrutura holandesa "CV-BV" (sociedade em comandita simples-privada e de responsabilidade limitada) ou a estrutura 'VOF' (parceria geral) ou uma estrutura comparável. No caso de CV-BV, o risco de um parceiro é geralmente limitado ao capital emitido e os parceiros têm apenas direito aos ativos líquidos da entidade. No caso de parcerias gerais ('VOF'), cada parte tem, em princípio, responsabilidade ilimitada e, em princípio, direito proporcional

aos ativos e obrigações para os passivos da entidade. Com base na forma jurídica, uma estrutura CV-BV é considerada uma "joint venture", enquanto uma estrutura VOF é considerada uma 'joint operation' (operação conjunta). É importante referir que os termos contratuais e outros factos e circunstâncias relevantes podem resultar numa classificação diferente. Uma vez que está estabelecida uma estrutura legal separada para cada projeto, os projetos têm diferentes parceiros participantes e os projetos individuais não são de tamanho substancial, o Rabo Real Estate Group não manteve quaisquer acordos conjuntos materiais em 2015 e 2016.

Resultado das joint ventures	2016	2015
Profit or loss from continuing operations	9	(5)
Post-tax profit or loss from discontinued operations	-	-
Net profit	9	(5)
Other comprehensive income	-	-
Total comprehensive income	9	(5)

Ativos e passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2016, o Rabo Real Estate Group celebrou compromissos no que diz respeito a projetos imobiliários, compromissos com terceiros (incluindo subcontratantes e arquitetos) pelo montante de 27 (2015: 17).

14 Goodwill e outros ativos incorpóreos

<i>in millions of euros</i>	<i>Goodwill</i>	<i>Software developed in-house</i>	<i>Other intangible assets</i>	<i>Total</i>
Year ended 31 December 2016				
Opening balance	905	428	160	1.493
Foreign exchange differences	1	(1)	2	2
Additions	1	105	52	158
Disposals	-	(1)	(7)	(8)
Changes due to sale of Athlon	(367)	-	-	(367)
Other	(3)	6	-	3
Amortisation	-	(113)	(75)	(188)
Impairments	-	(4)	-	(4)
Closing balance	537	420	132	1.089
Cost	1.227	1.465	564	3.256
Accumulated amortisation and impairments	(690)	(1.045)	(432)	(2.167)
Net carrying amount	537	420	132	1.089
Year ended 31 December 2015				
Opening balance	1.454	421	184	2.059
Foreign exchange differences	79	1	4	84
Additions	4	380	54	438
Disposals	-	(239)	(12)	(251)
Other	(9)	11	7	9
Amortisation	-	(116)	(77)	(193)
Impairments	(623)	(30)	-	(653)
Closing balance	905	428	160	1.493
Cost	1.571	1.450	646	3.667
Accumulated amortisation and impairments	(666)	(1.022)	(486)	(2.174)
Net carrying amount	905	428	160	1.493

O goodwill é revisto quanto à sua imparidade por comparação do montante contábilístico da unidade geradora de caixa (incluindo o goodwill) com a melhor estimativa do valor em uso da unidade geradora de caixa. Para este efeito é utilizada, primeiro, a melhor estimativa do valor em uso determinada com base nas previsões de fluxo de caixa tiradas de planos anuais de médio prazo elaborados como parte do ciclo de planeamento anual. Os planos refletem as melhores estimativas da Administração

sobre as condições de mercado, restrições de mercado, taxas de desconto (antes da tributação), aumento das operações, etc. Caso o resultado demonstre que não há diferença significativa entre o justo valor e o montante contábilístico, o justo valor é avaliado em maior detalhe, utilizando o preço das ações relevantes para as empresas cotadas. Para além disso, são utilizados modelos de avaliação semelhantes ao reconhecimento inicial de uma aquisição, às análises dos pares, etc.. Os modelos de avaliação são testados e incluem o desenvolvimento das atividades desde a aquisição, as mais recentes previsões de receitas e despesas elaboradas pela Administração, bem como a atualização de previsões, avaliações das taxas de desconto, valores finais das taxas de crescimento, etc.. As análises por pares incluem uma avaliação da relação preço/lucro e preço/índice do montante contábilístico de empresas semelhantes cotadas ou transações de mercado semelhantes. Os pressupostos são, geralmente, baseadas na experiência, nas melhores estimativas de desenvolvimentos futuros por parte da Administração e, se possível, em dados externos.

O valor contábilístico do goodwill atribuído à RNA no segmento da banca grossista é de 136 (2015: 131). O montante recuperável tem por base o valor em uso e é determinado através de previsões de fluxos de caixa. Os principais pressupostos utilizados são uma taxa de crescimento dos lucros após os impostos esperados a curto prazo de 12,8% (2015: média de 7,5%), a taxa de desconto de 13% (2015: 14%) e o multiplicador (utilizado para o cálculo do valor atual dos fluxos de caixa descontados após o período de previsão de 16 (2015: 16). Uma vez que o valor recuperável excede o valor contábilístico, concluiu-se que o goodwill atribuído à RNA não estava em imparidade. Uma alteração de 0,5% na taxa de desconto não faz com que o valor contábilístico exceda o valor recuperável. O goodwill atribuído a uma das unidades geradoras de caixa no segmento de retalho doméstico é significativo em comparação com o valor contábilístico total do goodwill. O valor contábilístico deste goodwill é de 322 (2015: 322) e a unidade geradora de caixa é a junção dos Rabobanks locais. O montante recuperável tem por base o valor em uso. O valor em uso é determinado através dos fluxos de caixa esperados no futuro próximo, com base em previsões financeiras. Uma vez que o valor recuperável excedeu substancialmente o valor contábilístico, concluiu-se que o goodwill atribuído a esta unidade geradora de caixa não estava em imparidade. Um aumento na taxa de desconto de 10% ou uma redução no futuro fluxo de caixa de 10% são considerados um máximo de possíveis mudanças nos pressupostos principais. Uma tal alteração não faz com que o valor contábilístico exceda o valor recuperável e não resultaria em imparidade.

Não foi reconhecida qualquer imparidade no goodwill em 2016 (2015: 623). As imparidades com software desenvolvido internamente e outros ativos incorpóreos não são individualmente materiais. O total das imparidades com software desenvolvido internamente foi de 4 (2015: 30). Tal foi causado principalmente pelo facto de o software já não ser (em parte) utilizado.

15 Bens e equipamentos

<i>in millions of euros</i>	<i>Land and buildings</i>	<i>Equipment</i>	<i>Total</i>
Year ended 31 December 2016			
Opening balance	1.945	5.820	7.765
Foreign exchange differences	3	20	23
Purchases	88	2.160	2.248
Disposals	(61)	(656)	(717)
Transfer to held for sale	-	-	-
Changes due to sale of Athlon	-	(3.475)	(3.475)
Impairments	(112)	-	(112)
Depreciation	(109)	(141)	(250)
Depreciation of operating lease assets	-	(969)	(969)
Other	(27)	104	77
Closing balance	1.727	2.863	4.590
Cost	3.140	4.846	7.986
Accumulated depreciation and impairments	(1.413)	(1.983)	(3.396)
Net carrying amount	1.727	2.863	4.590
Year ended 31 December 2015			
Opening balance	1.969	5.179	7.148
Foreign exchange differences	14	105	119
Purchases	109	2.400	2.509
Disposals	(47)	(722)	(769)
Impairments	-	-	-
Depreciation	(109)	(141)	(250)
Depreciation of operating lease assets	-	(1.002)	(1.002)
Other	9	1	10
Closing balance	1.945	5.820	7.765
Cost	3.292	9.285	12.577
Accumulated depreciation and impairments	(1.347)	(3.465)	(4.812)
Net carrying amount	1.945	5.820	7.765

As imparidades reconhecidas em 31 de dezembro de 2016 são relativas a bens para utilização própria dos Rabobanks locais. A desocupação de propriedades como resultado da estruturação (menor utilização de metros quadrados) desencadeou cálculos de imparidade e resultou em perdas com imparidades num valor total de 112.

16 Propriedades de investimento

<i>in millions of euros</i>	<i>2016</i>	<i>2015</i>
Opening balance	381	452
Purchases	14	4
Sales	(79)	(44)
Transfer to held for sale	(48)	-
Depreciation	(9)	(11)
Impairments	19	(25)
Other	15	5
Closing balance	293	381
Cost	627	774
Accumulated depreciation and impairments	(334)	(393)
Net carrying amount	293	381

O justo valor das propriedades de investimento ascende a 303 (2015: aproximado do valor contábilístico). As avaliações externas de propriedades de investimento foram realizadas por entidades externas devidamente certificadas em conformidade com as normas de avaliação RICS ou outras normas equivalentes. As propriedades de investimento são avaliadas, para a determinação do justo valor, com base nas metodologias mais indicadas para essa propriedade. Tal inclui o método de avaliação de desconto de fluxo de caixa e o modo de capitalização com base em rendimentos líquidos iniciais para transações comparáveis.

Valuations		
	<i>2016</i>	<i>2015</i>
External valuations	100%	100%
Internal valuations	0%	0%

A maior parte das propriedades de investimento é única. Muitas vezes, não há mercado ativo para propriedades semelhantes no mesmo local e nas mesmas condições. As avaliações dos diferentes tipos de propriedades de investimento são baseadas num grande número de parâmetros, que derivam dos contratos atuais e de informações de mercado, tanto quanto possível. Não é possível evitar um certo grau de julgamento e estimativa. Como resultado, todas as propriedades de investimento foram designadas como nível 3, de acordo com a classificação de justo valor nos termos da IFRS 13. Ao avaliar o justo valor das propriedades de investimento, os parâmetros utilizados incluem o seguinte, dependendo do tipo de propriedade: a renda de mercado atual e a esperada por metro 2, as taxas de desocupação atuais e as esperadas no futuro, a localização da propriedade, a possibilidade de comercialização da propriedade, a taxa média de desconto, o orçamento de desenvolvimento e quaisquer riscos de crédito.

17 Outros ativos

<i>in millions of euros</i>	<i>Note</i>	<i>2016</i>	<i>2015</i>
Receivables and prepayments		1.833	2.217
Accrued interest		1.351	1.500
Precious metals, goods and warehouse receipts		1.172	901
Real estate projects		1.963	2.291
Accrued income		672	379
Employee benefits	25	7	7
Other assets		880	559
Total other assets		7.878	7.854

Real estate projects		
<i>in millions of euros</i>	<i>2016</i>	<i>2015</i>
Building sites and equalisation funds	1.104	1.206
Work in progress	816	761
Finished goods	43	324
Total real estate projects	1.963	2.291

Em 2016, o valor realizável líquido de todas as operações atuais de terrenos, locais não sujeitos a um plano de ordenamento e fundos de compensação foi calculado e comparado com o montante contabilístico.

Tal resultou numa transferência para as provisões de um total de 7 (2015: -2).

<i>in millions of euros</i>	<i>Balance on 1 January 2016</i>	<i>Additions/release</i>	<i>Withdrawals/ other changes</i>	<i>Balance on 31 December 2016</i>
Movements in provisions for real estate projects				
Building sites and equalisation funds	633	7	(47)	593
Work in progress	153	(9)	(11)	133
Completed developments	4	4	-	8
Total	790	2	(58)	734
<i>in millions of euros</i>	<i>Balance on 1 January 2015</i>	<i>Additions/release</i>	<i>Withdrawals/ other changes</i>	<i>Balance on 31 December 2015</i>
Movements in provisions for real estate projects				
Building sites and equalisation funds	669	(2)	(34)	633
Work in progress	116	5	32	153
Completed developments	60	(21)	(35)	4
Total	845	(18)	(37)	790

Work in progress		
<i>in millions of euros</i>	2016	2015
Residential property in preparation and under construction	660	686
Commercial property in development and under construction	85	108
Instalments invoiced in advance – residential property	(255)	(276)
Instalments invoiced in advance – commercial property	68	(30)
Total work in progress	558	488

18 Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes detidos para venda ascendem a 281 (2015: 155) e compreendem principalmente participações em vários prestadores de serviços financeiros (FSP) na África Subsariana que serão transferidos para a Arise B.V. pelo valor de 187. Na secção 13.1 Investimentos em associadas poderão ser consultadas mais informações sobre a Arise B.V. Os outros ativos não correntes detidos para venda ascendem a 94 (2015: 155) e compreendem vários tipos de imóveis nos segmentos Banca de retalho doméstica e Imobiliário. Espera-se que o valor contabilístico seja realizado através da venda, e não através de uma operação contínua. Os imóveis classificados como detidos para venda são, na sua maioria, objetos únicos. Muitas vezes, não há mercado ativo para imóveis semelhantes no mesmo local e nas mesmas condições. Utiliza-se um grande número de parâmetros para as avaliações dos vários tipos de investimentos imobiliários, se possível, com base em contratos já existentes e dados de mercado. É inevitável um certo nível de incerteza no que respeita à avaliação e estimativa. É por esta razão que todos os ativos não correntes classificados como 'detidos para venda' são classificados no nível 3.

19 Depósitos de bancos

<i>in millions of euros</i>	2016	2015
Demand deposits	905	2.040
Fixed-term deposits	20.619	16.146
Repurchase agreements	418	581
Miscellaneous liabilities to other banks	64	271
Total deposits from banks	22.006	19.038

20 Depósitos de clientes

<i>in millions of euros</i>	2016	2015
Current accounts	76.757	77.966
Deposits with agreed maturity	82.909	96.363
Deposits redeemable at notice	175.943	162.083
Repurchase agreements	212	488
Fiduciary deposits	11.857	8.377
Other deposits from customers	34	607
Total deposits from customers	347.712	345.884

A rubrica 'Depósitos de clientes' inclui também as disponibilidades em bancos centrais no valor de 23 mil milhões de EUR (2015: 23 mil milhões de EUR).

21 Títulos de dívida em circulação

<i>in millions of euros</i>	2016	2015
Certificates of deposit	33.948	38.554
Commercial paper	11.848	14.399
Bonds	102.713	113.415
Other debt securities	10.833	8.623
Total debt securities in issue	159.342	174.991

22 Passivos financeiros detidos para negociação

Os passivos financeiros detidos para negociação são principalmente justos valores negativos de derivados e obrigações de entrega resultantes da venda a descoberto de títulos. Os títulos são vendidos a descoberto para realizar ganhos de flutuações de preços a curto prazo. Os títulos necessários para liquidar a venda a descoberto são adquiridos através da locação de títulos e ainda de acordos de recompra de títulos. O justo valor das ações e obrigações vendidas a descoberto ascendem a 739 (2015: 573).

23 Passivos financeiros designados pelo justo valor

<i>in millions of euros</i>	2016	2015
Structured notes	12.608	13.057
Other debt securities	38	353
Deposits	3.874	3.581
Total financial liabilities designated at fair value	16.520	16.991

A variação acumulada no justo valor de passivos financeiros designados pelo justo valor através de lucros ou prejuízos que é atribuível a alterações no próprio risco de crédito do Rabobank ascende a 405 antes dos impostos (2015: -83). O alinhamento do cálculo do OCA com as definições da IFRS 9 levou a uma outra alteração cumulativa divulgada para 2015, que foi relatada anteriormente em 1.041.

A principal diferença é causada pela inclusão anterior dos lucros do primeiro dia. Em 2016, um montante de 0 foi reclassificado do OCI para lucros acumulados como resultado do desreconhecimento de passivos financeiros designados pelo justo valor através de lucros ou prejuízos.

<i>in millions of euros</i>	<i>Restructuring provision</i>	<i>Provision for legal issues</i>	<i>Provision for tax issues</i>	<i>Other provisions</i>	<i>Total</i>
Opening balance on 1 January 2016	354	347	65	227	993
Adições	594	583	1	126	1.304
Withdrawals	(408)	(44)	-	(50)	(502)
Releases	(79)	(116)	(30)	(24)	(249)
Closing balance on 31 December 2016	461	770	36	279	1.546
Opening balance on 1 January 2015	315	211	56	212	794
Additions	285	218	13	102	618
Withdrawals	(207)	(80)	-	(56)	(343)
Releases	(39)	(2)	(4)	(31)	(76)
Closing balance on 31 December 2015	354	347	65	227	993

O valor contabilístico das obrigações estruturadas é em 6.236 (2015: 5.104) inferior ao montante pelo qual o Rabobank está contratualmente obrigado a reembolsar os detentores das obrigações estruturadas.

A alteração no justo valor que é atribuível às alterações no próprio risco de crédito é calculada através da dedução, obrigação a obrigação, do justo valor atual da carteira de obrigações estruturadas à data do relato a partir do justo valor recalculado com base na curva de crédito vigente na altura de origem, com todos os outros componentes de fixação de preços inalterados. Este cálculo reflete o valor que pode ser atribuído à alteração no próprio risco de crédito do Rabobank desde a origem destas obrigações estruturadas.

24 Outros passivos

<i>in millions of euros</i>	<i>Note</i>	2016	2015
Payables		5.582	6.232
Accrued interest		2.541	2.543
Employee benefits	27	315	356
Other		(6)	(811)
Provision for day 1 gains		-	3
Total other liabilities		8.432	8.323

25 Provisões

<i>in millions of euros</i>	2016	2015
Restructuring provision	461	354
Provision for legal issues	770	347
Provision for tax issues	36	65
Other provisions	279	227
Total provisions	1.546	993

Nos acréscimos da provisão de reestruturação está incluído um montante de 403 (2015: 183) para o programa de reorganização dos Rabobanks locais. Esta provisão de reorganização consiste em pagamentos futuros relativos a indemnizações por despedimento e outros custos diretamente atribuíveis ao programa de reorganização.

Estas despesas são incluídas quando um esquema de redundância é elaborado e comunicado aos acionistas. A saída de fundos esperada ocorrerá em 2017 e 2018.

Em 2016 foi feita uma adição de 514 na provisão para questões jurídicas, após o Rabobank adotar a estrutura de recuperação de derivados de taxa de juros de PME. Para mais informações, é favor consultar o ponto 4.10, "Processos judiciais e arbitrais".

A provisão para questões fiscais e jurídicas baseia-se nas melhores estimativas possíveis disponíveis no final do ano, tendo em conta o aconselhamento jurídico e fiscal. O momento da saída de caixa relativamente a estas provisões é incerto, porque o resultado das disputas e o tempo envolvido são imprevisíveis.

A rubrica "Outros" inclui provisões para contratos onerosos e garantias de crédito.

<i>Maturities of Rabobank Group (excluding provisions for employee benefits and loan impairment allowances)</i>				
<i>in millions of euros</i>	<i>Up to one year</i>	<i>1 - 5 years</i>	<i>Longer than 5 years</i>	<i>Total</i>
On 31 December 2016	1.371	175	-	1.546
On 31 December 2015	861	131	1	993

26 Impostos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos são medidos para todas as diferenças temporárias, utilizando o método da "responsabilidade". A taxa fiscal efetiva nos Países Baixos para a mensuração dos impostos diferidos é de 25% (2015: 25%). Não se verificaram alterações nos ativos e passivos por impostos diferidos resultantes de alterações na taxa fiscal efetiva nos Países Baixos. Nenhum ativo por imposto diferido foi reconhecido para os prejuízos fiscais não utilizados, que totalizam 1.628 (2015: 1,648). Estas perdas registadas dizem respeito a diversas autoridades fiscais e o seu prazo de vencimento é ilimitado.

Os ativos por impostos diferidos reconhecidos em matéria de transporte das perdas sofridas, apenas podem ser utilizados se os lucros tributáveis forem realizados no futuro. Em 31 de dezembro de 2016, o Rabobank espera que sejam gerados lucros tributáveis suficientes dentro dos períodos aplicáveis.

	<i>Deferred tax assets</i>	<i>Deferred tax liabilities</i>	<i>Deferred tax charges</i>	<i>Tax on other comprehensive income</i>
<i>in millions of euros</i>				
For the year ended 31 December 2016				
Pensions and other post-employment benefits	53	(2)	(2)	2
Loan impairment allowance	403	(15)	(147)	-
Financial liabilities designated at fair value	-	-	(229)	-
Provisions	39	(10)	(3)	-
Hedging of interest rate risk	(14)	-	114	-
Carry forward losses	1.104	(21)	499	-
Goodwill and other intangible assets	19	2	(5)	-
Revaluation reserves for available-for-sale financial assets	(129)	1	-	(20)
Revaluation reserves – Cash flow hedges	20	-	-	10
Revaluation reserve – Fair value changes due to own credit risk on financial liabilities designated at fair value	101	-	-	122
Property and equipment, including leases	100	617	(98)	-
Other temporary differences	664	46	45	-
Total	2.360	618	174	114
	<i>Deferred tax assets</i>	<i>Deferred tax liabilities</i>	<i>Deferred tax charges</i>	<i>Tax on other comprehensive income</i>
<i>in millions of euros</i>				
For the year ended 31 December 2015				
Pensions and other post-employment benefits	55	-	7	9
Loan impairment allowance	255	(17)	122	-
Financial liabilities designated at fair value	(250)	-	42	-
Provisions	41	(1)	(10)	-
Hedging of interest rate risk	100	-	83	-
Carry forward losses	1.559	(76)	(52)	-
Goodwill and other intangible assets	14	-	(13)	-
Revaluation reserves for available-for-sale financial assets	(107)	2	-	2
Revaluation reserves – Cash flow hedges	10	-	-	16
Property and equipment, including leases	77	706	64	-
Other temporary differences	636	(39)	(122)	-
Total	2.390	575	121	27

27 Benefícios aos Empregados

<i>in millions of euros</i>	2016	2015
Employee benefits – assets	(7)	(7)
Employee benefits – liabilities	315	356
Total employee benefits	308	349
Pension plans	158	110
Other employee benefits	150	239
Total employee benefits	308	349

27.1 Planos de pensões

O Rabobank fez o seu plano de pensões holandês no Fundo de Pensões do Rabobank. O esquema é um plano de contribuição coletiva definida com uma idade de reforma de 67 e uma percentagem de delimitação de objetivos de 2. Todos os anos, o Rabobank deposita no Fundo de Pensões do Rabobank contribuições para o regime de pensões com base num sistema fixo, numa tentativa de atingir a taxa de formação da pensão por serviços prestados durante o ano de serviço, com base num plano condicional de média de carreira com uma indexação condicional. O Rabobank está em conformidade com todas as suas obrigações de pensões ao pagar as contribuições anuais para o regime de pensões. Assim, o Rabobank não tem mais passivos financeiros no que respeita aos anos de adesão subjacentes e aos direitos à pensão já adquiridos. No contexto dos riscos transferidos, em 2013 o Rabobank fez um pagamento único no valor de 500 para a criação de um depósito indicador.

Além disso, o Rabobank irá atuar como garante durante o período entre 2014 e 2020 para a realização da taxa de formação da pensão para os serviços prestados durante este período, até um montante máximo de 200 (2015: 250).

O novo plano de pensões é considerado um plano de contribuição definida, em conformidade com a IAS 19. A obrigação do Rabobank está limitada aos pagamentos de prémios devidos, deduzidos dos pagamentos efetuados anteriormente. Em 31 de dezembro de 2016, alguns pequenos planos ainda se classificam como planos de pensões de benefícios definidos. Trata-se de planos de benefícios definidos de média de carreira, administrados por um fundo ou por outro organismo, relativos à remuneração dos colaboradores após a reforma e que pagam essencialmente pensões anuais. As contribuições anuais são pagas aos fundos à taxa necessária para financiar de forma adequada os passivos acumulados dos planos calculados de acordo com requisitos legais locais. Os ativos relativos aos planos mantidos num fundo são detidos independentemente dos ativos do Rabobank em fundos separados geridos por depositários. As obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes, com base no método prescrito pela IFRS. As avaliações atuariais mais recentes foram realizadas no final de 2016. As tabelas relativas às médias ponderadas dos principais pressupostos atuariais e aos pagamentos futuros de prémios em 2016 referem-se ao plano de pensões do Friesland Bank e do ACC Loan Management. O quadro que demonstra os investimentos em ativos do plano tem por base o plano de pensões do ACC Loan Management.

<i>In millions of euros</i>	2016	2015
Defined benefit obligation	758	679
Fair value of plan assets	600	569
Net defined benefit obligation	158	110

Movimentos nos ativos e passivos do plano:

<i>in millions of euros</i>	2016	2015
Defined benefit obligation		
Opening balance on 1 January	679	673
Exchange rate differences	(16)	9
Interest cost	17	18
Current service cost	-	6
Contributions paid by employees	-	-
Benefits paid	(25)	(22)
Pension plan amendment	-	-
Curtailments	-	-
Other	-	8
Experience adjustments	(3)	-
Actuarial gains and losses arising from changes in demographic assumptions	4	2
Actuarial gains and losses arising from changes in financial assumptions	102	(15)
Defined benefit obligation on 31 December	758	679
Fair value of plan assets		
Opening balance	569	557
Exchange rate differences	(13)	5
Interest income	14	15
Contributions paid by employer	10	7
Contributions paid by employees	-	-
Benefits paid	(25)	(22)
Administrative costs	-	(2)
Other	(4)	1
Experience adjustments	(2)	-
Remeasurements arising from changes in financial assumptions plan assets	51	8
Fair value of plan assets on 31 December	600	569

Os custos reconhecidos nos lucros e prejuízos são apresentados na tabela abaixo.

<i>In millions of euros</i>	2016	2015
Interest cost on liabilities	17	18
Interest income on plan assets	(14)	(15)
Current service cost	-	6
Pension plan amendment	-	-
Losses/(gains) on curtailments, settlements and costs	-	1
Total cost of defined benefit pension plans	3	10

Principais pressupostos atuariais

Os principais pressupostos atuariais para a valorização da obrigação de benefícios definidos em 31 de dezembro são a taxa de desconto, os aumentos salariais e a inflação dos preços. Foram também utilizadas tabelas de mortalidade recente para a valorização dos respetivos planos. As médias ponderadas dos pressupostos financeiros atuariais estão demonstrados na tabela abaixo (em % por ano):

	2016	2015
Discount rate	1.7%	2.5%
Salary increases	1.7%	1.6%
Price inflation	1.7%	1.6%

Análise de sensibilidade

O Rabobank está exposto a riscos relativos aos seus planos de benefícios definidos que estão relacionados com os pressupostos divulgados na tabela abaixo. A análise de sensibilidade destes pressupostos mais significativos foi determinada com base em alterações nos pressupostos que ocorreram no final do período de relato e que são considerados razoavelmente possíveis.

In millions of euros	defined Change in of assumption	Effect on defined benefit obligation of increase		Effect on benefit obligation decrease	
		2016	2015	2016	2015
Discount rate	0.25%	(25)	(21)	27	23
Salary increases	0.25%	18	14	(17)	(14)
Price inflation	0.25%	9	8	(7)	(8)
Mortality	1 year	21	17	(20)	(17)

Estratégia de correspondência entre ativos e passivos

Os ativos que iriam fornecer a correspondência mais próxima aos fluxos de caixa do plano de benefícios definidos do ACC Loan Management são uma combinação de obrigações de juros fixos e obrigações indexadas. Abaixo apresenta-se uma comparação da alocação de ativos em 31 de dezembro em relação à alocação prevista de ativos do plano. Todos os ativos estão cotados num mercado ativo.

	Asset allocation		Target asset allocation	
	2016	2015	2016	2015
Shares and alternatives	10%	10%	10%	10%
Interest-bearing securities	47%	45%	45%	45%
Alternatives	41%	41%	42.5%	40%
Other	2%	4%	2.5%	5%
Total	100%	100%	100%	100%

As alternativas são investimentos como commodities, investimentos de retorno absoluto e fundos de cobertura.

Estimativa de contribuição

As contribuições estimadas para planos de pensões para 2017 são aproximadamente de 6 (2016: 6).

27.2 Outros benefícios aos empregados

Os outros benefícios aos empregados incluem, sobretudo, passivos para futuros prémios de antiguidade num montante de 35 (2015: 95).

28 Passivos subordinados

<i>in millions of euros</i>	2016	2015
Rabobank	16.847	15.479
Other	14	24
Total subordinated liabilities	16.861	15.503

Na tabela seguinte são apresentados detalhes das emissões de passivos subordinados:

Subordinated liabilities				
<i>National (in millions)</i>	<i>Currency</i>	<i>Coupon</i>	<i>Year of issuance</i>	<i>Year of maturity</i>
1.500	USD	3.75%	2016	2026
225	AUD	5.00%	2015	2025, early repayment 2020
475	AUD	Variable	2015	2025, early repayment possible 2020
1.500	USD	4.375%	2015	2025
1.250	USD	5.25%	2015	2045
1.000	GBP	4.625%	2014	2029
2.000	EUR	2.50%	2014	2026, early repayment possible in 2019
50.800	JPY	1.429%	2014	2024
1.000	EUR	3.875%	2013	2023
1.750	USD	4.625%	2013	2023
1.250	USD	5.75%	2013	2043
1.000	EUR	4.125%	2012	2022
500	GBP	5.25%	2012	2027
1.500	USD	3.95%	2012	2022
1.000	EUR	3.75%	2010	2020
1.000	EUR	5.875%	2009	2019

29 Passivos contingentes

Compromissos extrapatrimoniais relativos a crédito

As concessões de empréstimos representam as partes não utilizadas de fundos autorizados para a concessão de crédito sob a forma de empréstimos, garantias financeiras, cartas de crédito e outros instrumentos financeiros relacionados com crédito. No que respeita à exposição ao risco de crédito decorrente da concessão de créditos, o Rabobank está potencialmente exposto a perdas no montante da parcela não utilizada dos fundos autorizados. A perda total esperada é inferior ao total de fundos não utilizados. Tal acontece uma vez que a concessão de créditos está sujeita à possibilidade de os clientes em questão continuarem a cumprir as normas específicas de credibilidade. As garantias financeiras representam garantias irrevogáveis de que, desde que certas condições sejam cumpridas, o Rabobank fará pagamentos em nome dos clientes, caso estes sejam incapazes de cumprir as suas obrigações financeiras para com terceiros. O Rabobank também celebra acordos de concessão de crédito sob a forma de facilidades de crédito disponibilizadas para garantir que as necessidades de liquidez dos clientes são satisfeitas, mas que ainda não foram acionadas.

<i>In millions of euros</i>	2016	2015
Financial guarantees	11.595	10.402
Loan commitments	44.889	46.674
Letters of credit	6.276	4.980
Credit related off balance sheet commitments	62,760	62.056

Os compromissos contratuais relativos à aquisição, construção e desenvolvimento de trabalhos em curso e propriedades de investimento ascendem a 735 (2015: 678).

Passivos contingentes relativos a litígios

O Rabobank está envolvido em diversos processos judiciais e arbitrais, na Holanda e em outros países, incluindo os Estados Unidos, relativamente a reclamações interpostas por e contra o Grupo Rabobank, decorrentes das suas operações.

O montante máximo de passivos contingentes não remotos relativos a reclamações é de 61. Para mais informações, é favor consultar o ponto 4.10, 'Processos judiciais e arbitrais'.

Passivos contingentes relativos ao imposto sobre o rendimento

A Comissão Europeia dirigiu questões ao governo holandês sobre o artigo 29.º a do Código do Imposto Neerlandês sobre as Pessoas Coletivas. Se a Comissão Europeia decidisse iniciar uma investigação formal e, em última instância, concluísse que se trata de um caso de auxílio estatal, o Rabobank poderia ter de pagar os benefícios fiscais de que beneficiou a partir de 2015.

O artigo 29.º a do Código do Imposto Neerlandês sobre as Pessoas Coletivas foi incluído no Código do Imposto Neerlandês sobre as Pessoas Coletivas para que os instrumentos de capital emitidos pelas instituições de crédito e que são abrangidos pelo regulamento 575/2013 da UE sejam considerados dedutíveis para efeitos de imposto. Neste contexto, o Rabobank emitiu Títulos de Capital em janeiro de 2015 e abril de 2016 de, respetivamente, 1,5 mil milhões de EUR a uma taxa de juro fixa de 5,5% e 1,25 mil milhões de EUR a uma taxa de juro fixa de 6,625%. O passivo contingente relacionado com este assunto ascende a 54.

Passivos relacionados com locações operacionais

O Rabobank concluiu diversos contratos de locação operacional, como locatário, principalmente no que diz respeito às propriedades, sistemas de informação e automóveis. Os futuros pagamentos mínimos líquidos da locação em alocações operacionais não canceláveis podem ser divididos da seguinte forma:

<i>in millions of euros</i>	2016	2015
Not later than 1 year	145	103
Later than 1 year but not later than 5 years	332	308
Later than 5 years	375	185
Total liabilities relating to operating leases	852	596

Os futuros pagamentos mínimos que são esperados receber de sublocações efetuadas são de 0 (2015: 3). As despesas com locações operacionais são de 98 (2015: 73). Na demonstração do resultado, estas estão incluídas na rubrica "Outras despesas administrativas".

Pagamentos a receber de locações operacionais

O Rabobank celebrou diversos contratos de locação operacional como locador. Os futuros pagamentos mínimos sobre locações a receber de locações operacionais não canceláveis podem ser divididos da seguinte forma:

<i>in millions of euros</i>	2016	2015
Not later than 1 year	796	1.340
Later than 1 year but not later than 5 years	1.551	2.050
Later than 5 years	83	38
Total payments receivable from operating leases	2.430	3.428

Durante o ano em análise, não foram reconhecidos como ativos quaisquer pagamentos de locações contingentes.

30 Reservas e lucros retidos

<i>in millions of euros</i>	2016	2015 ¹
Foreign currency translation reserves	203	(76)
Revaluation reserves – Available-for-sale financial assets	571	512
Revaluation reserve – Cash flow hedges	(70)	(39)
Revaluation reserve – Other	-	2
Revaluation reserve – Assets held for sale	(70)	-
Remeasurement reserve – Pensions	(219)	(175)
Revaluation reserve – Fair value changes due to own credit risk on financial liabilities designated at fair value	(303)	-
Retained earnings	25.709	25.399
Total reserves and retained earnings at year-end	25.821	25.623

Valores do exercício anterior ajustados devido à reformulação (ver nota 2.1).

As alterações nas reservas foram as seguintes:

<i>in millions of euros</i>	2016	2015 ¹
Foreign currency translation reserves		
Opening balance	(76)	(94)
Exchange rate differences emerging during the year	393	108
Changes at associates and joint ventures	(19)	(23)
Transferred to profit or loss	(165)	(67)
Transferred to Revaluation reserve – Assets held for sale	70	-
Closing balance	203	(76)
Revaluation reserves – Available-for-sale financial assets		
Opening balance	512	643
Foreign exchange differences	(4)	(1)
Changes at associates and joint ventures	39	(56)
Fair value changes	76	(124)
Amortisation of reclassified assets	2	6
Transferred to profit or loss	(41)	44
Transferred to Revaluation reserve – Assets held for sale	(4)	-
Other	(9)	-
Closing balance	571	512
Revaluation reserve – Cash flow hedges		
Opening balance	(39)	11
Fair value changes	(87)	659
Transferred to profit or loss	56	(709)
Closing balance	(70)	(39)
Revaluation reserve – Other		
Opening balance	2	2
Fair value changes	(2)	-
Closing balance	-	2
Revaluation reserve – Assets held for sale		
Opening balance	-	-
Transfers from revaluation reserves	(68)	-
Changes at associates and joint ventures	(2)	-
Closing balance	(70)	-
Remeasurement reserve – Pensions		
Opening balance	(175)	(196)
Changes at associates and joint ventures	7	3
Remeasurements defined benefit plans	(53)	18
Transferred to Revaluation reserve – Assets held for sale	2	-
Closing balance	(219)	(175)
Revaluation reserve – Fair value changes due to own credit risk on financial liabilities designated at fair value		
Opening balance	-	-
Adjustment opening balance	62	-
Fair value changes	(365)	-
Realisation at derecognition	-	-
Closing balance	(303)	-
Retained earnings		
Opening balance	25.399	24.445
Adjustment opening balance ²	(62)	-
Net profit	1.960	2.139
Payments on equity instruments	(1.278)	(1.252)
Redemption of Capital Securities	(316)	-
Other	6	67
Closing balance	25.709	25.399
Total reserves and retained earnings	25.821	25.623

31 Certificados Rabobank

Os Certificados do Rabobank representam direitos de participação emitidos pelo Rabobank através da fundação Stichting Administratie Kantoor Rabobank Certificaten e pertencem ao capital próprio de Equity Tier 1 do Rabobank. Os Certificados do Rabobank estão cotados na Euronext Amsterdão desde 27 de janeiro de 2014.

Em 27 de janeiro de 2014, o preço inicial ascendeu a 105,00% (26,25 EUR). Em 31 de dezembro de 2016, o preço de transação ascendeu a 114,18% (28,55 EUR). No final de 2016, o número total de certificados foi de 237,961,365 com um valor nominal de 25 EUR cada.

Em 2016, a distribuição paga por certificado foi de 1.625 EUR (2015: 1.625 EUR). O Conselho Executivo tem o direito de não pagar a distribuição. A distribuição que não foi paga, não o será numa data posterior. Os valores apresentados na tabela abaixo têm por base o valor nominal de 25 EUR por Certificado do Rabobank. Os fluxos de caixa decorrentes de alterações durante o ano nos Certificados do Rabobank estão incluídos na demonstração consolidada dos fluxos de caixa.

Rabobank Certificates		
<i>in millions of euros</i>	2016	2015
Changes during the year:		
Opening balance	5.949	5.931
Change in Rabobank Certificates during the period	(1)	18
Closing balance	5.948	5.949

32 Títulos de capital e Títulos fiduciários preferenciais III a IV

Os títulos de capital e Títulos fiduciários preferenciais III a IV podem ser divididos da seguinte forma:

<i>in millions of euros</i>	2016	2015
Capital Securities issued by Rabobank	7.636	7.826
Capital securities issued by subsidiaries	185	176
Trust Preferred Securities III to IV	409	1.131
Total Capital Securities and Trust Preferred Securities III to IV	8.230	9.133

- Valores do exercício anterior ajustados devido à reformulação (ver nota 2.1).
- Balço de abertura de 2016 ajustado devido à adoção antecipada da IFRS 9 sobre o justo valor de passivos financeiros designados pelo justo valor. Valores do exercício anterior ajustados devido à reformulação (ver nota 2.1).

Títulos de capital

Todos os títulos de capital são perpétuos e não têm prazo de validade. A distribuição de títulos de capital por emissão é a seguinte.

Títulos de dívida emitidos pelo Rabobank.

Emissão de 1.250 milhões de EUR

O cupão é de 6,625% ao ano e deverá ser pago a cada seis meses, postecipadamente, a partir da data de emissão (26 de abril de 2016), pela primeira vez em 29 de junho de 2016. Os títulos de capital são perpétuos e resgatáveis, pela primeira vez em 29 de junho de 2021. A partir de 29 de junho de 2021, e caso os Títulos de Capital não sejam resgatados antecipadamente, a distribuição é definida por um período adicional de cinco anos, mas sem um step-up, com base na taxa de juro de swaps de cinco anos + 6,697%. O cupão é totalmente discricionário.

Emissão de 1.500 milhões de EUR

O cupão é de 5,5% ao ano e deverá ser pago a cada seis meses, postecipadamente, a partir da data de emissão (22 de janeiro de 2015), pela primeira vez em 29 de dezembro de 2015. Os títulos de capital são perpétuos e resgatáveis, pela primeira vez, em 29 de junho de 2020. A partir de 29 de julho de 2020, e caso os Títulos de Capital não sejam resgatados antecipadamente, a distribuição é definida por um período adicional de cinco anos, mas sem um step-up, com base na taxa de juro de swaps de cinco anos + 5,25%. O cupão é totalmente discricionário.

Emissão de 2.000 milhões de USD

O cupão é de 8,40% ao ano e deverá ser pago a cada seis meses, postecipadamente, a partir da data de emissão (9 de novembro de 2011), pela primeira vez em 29 de dezembro de 2011. Os títulos de capital são perpétuos e resgatáveis, pela primeira vez, em 29 de junho de 2017. Caso os Títulos de Capital não sejam resgatados antecipadamente, a distribuição é definida por um período adicional de cinco anos, mas sem um step-up, com base na Taxa de Referência do Tesouro dos EUA, acrescida de uma margem de 7,49%. O cupão é totalmente discricionário.

Emissão de 500 milhões de EUR

O cupão é de 9,94% ao ano e deverá ser pago anualmente a partir da data de emissão (27 de fevereiro de 2009), pela primeira vez em 27 de fevereiro de 2010. A partir de 27 de fevereiro de 2019, o cupão estará a pagamento trimestralmente, com base na Euribor a três meses, acrescida de uma margem anual de 7,50%. O cupão é pago ao critério do emitente. Caso o Rabobank não use o seu poder discricionário para não pagar distribuições sobre os Certificados Rabobank, será também aplicável o pagamento sobre este instrumento.

Emissão de 2.868 milhões de USD

O cupão é de 11,0% ao ano e deverá ser pago a cada seis meses, postecipadamente, a partir da data de emissão (4 de junho de 2009), pela primeira vez em 31 de dezembro de 2009. A partir de 30 de junho de 2019, o cupão

estará a pagamento trimestralmente, com base na USD LIBOR a três meses, acrescida de uma margem anual de 10,868%. O cupão é pago ao critério do emitente. Caso o Rabobank não use o seu poder discricionário para não pagar distribuições sobre os Certificados Rabobank, será também aplicável o pagamento sobre este instrumento.

Emissão de 250 milhões de GBP

O cupão é de 6,567% ao ano e deverá ser pago a cada seis meses, postecipadamente, a partir da data de emissão (10 de junho de 2008), pela primeira vez em 10 de dezembro de 2008. A partir de 10 de junho de 2038, o cupão estará a pagamento semestralmente, com base na GBP Libor a seis meses, acrescida de uma margem anual de 2,825%. O cupão é pago ao critério do emitente. Caso o Rabobank não use o seu poder discricionário para não pagar distribuições sobre os Certificados Rabobank, será também aplicável o pagamento sobre este instrumento.

Emissão de 350 milhões de CHF

O cupão é de 5,50% ao ano e deverá ser pago anualmente a partir da data de emissão (27 de junho de 2008), pela primeira vez em 27 de junho de 2009. A partir de 27 de junho de 2018, o cupão estará a pagamento semestralmente, em 27 de junho e 27 de dezembro, com base na CHF Libor a seis meses, acrescida de uma margem anual de 2,80%. O cupão é pago ao critério do emitente. Caso o Rabobank não use o seu poder discricionário para não pagar distribuições sobre os Certificados Rabobank, será também aplicável o pagamento sobre este instrumento.

Emissão de 323 milhões de ILS

O cupão é de 4,15% ao ano e deverá ser pago anualmente a partir da data de emissão (14 de julho de 2008), pela primeira vez em 14 de julho de 2009. A partir de 14 de julho de 2018, o cupão estará a pagamento anualmente com base num índice relacionado com a taxa de juro paga sobre as obrigações governamentais israelitas com prazos entre 4,5 e 5,5 anos acrescida de uma margem anual de 2,0%. O cupão é pago ao critério do emitente. Caso o Rabobank não use o seu poder discricionário para não pagar distribuições sobre os Certificados Rabobank, será também aplicável o pagamento sobre este instrumento.

Emissão de 900 milhões de NZD

O cupão dos títulos de capital em NZD é igual à taxa de juro de swap a um ano, acrescida de uma margem anual de 0,76% e estará a pagamento anualmente em 8 de outubro, até 8 de outubro de 2017. A partir de 8 de outubro de 2017, a distribuição estará a pagamento trimestralmente, com base em taxas de juros de swaps de letras de bancos a 90 dias, acrescidas de uma margem equivalente. O cupão é pago ao critério do emitente. Caso o Rabobank não use o seu poder discricionário para não pagar distribuições sobre os Certificados Rabobank, será também aplicável o pagamento sobre este instrumento.

Títulos de capital emitidos pelo Rabobank que foram resgatados durante o ano

Emissão de 2.000 milhões de USD

A distribuição é de 8,375% ao ano e deverá ser paga a cada seis meses, postecipadamente, a partir da data de emissão (26 de janeiro de 2011), pela primeira vez em 26 de julho de 2011. A partir de 26 de julho de 2016, e caso os títulos de capital não sejam resgatados antecipadamente, a distribuição é definida por um período adicional de cinco anos, mas sem um step-up, com base na Taxa de Referência do Tesouro dos EUA, acrescida de uma margem de 6,425%. O cupão é pago ao critério do emitente. Caso o Rabobank não use o seu poder discricionário para não pagar distribuições sobre os Certificados Rabobank, será também aplicável o pagamento sobre este instrumento. Esta emissão foi resgatada na data mínima do resgate, de 26 de julho de 2016.

O nível de lucro do Rabobank pode influenciar a distribuição dos Títulos de Capital. No caso de o Rabobank se tornar insolvente, os Títulos de Capital são subordinados aos direitos de todos os outros (atuais e futuros) credores do Rabobank, a menos que os direitos dos outros credores determinem substantivamente o contrário.

Títulos de capital emitidos por subsidiárias

Emissão de 280 milhões de NZD

A Rabobank Capital Securities Limited emitiu títulos de capital, cujo cupão é igual à taxa de juros de swaps de cinco anos, acrescida de uma margem anual de 3,75% e foi fixado em 8,7864% ao ano em 25 de maio de 2009. A partir da data de emissão (27 de maio de 2009), o cupão deverá ser pago trimestralmente, postecipadamente, pela primeira vez em 18 de junho de 2009 (primeiro período de juros curto). A partir de 18 de junho de 2014, o cupão estará a pagamento trimestralmente, com base na taxa de juros de swaps a cinco anos, acrescida de uma margem anual de 3,75%. A partir de 18 de junho de 2019, o cupão estará a pagamento trimestralmente com base numa taxa de juros em swaps de letras de bancos a 90 dias, acrescida de uma margem anual de 3,75%. O cupão é pago ao critério do emitente. Caso o Rabobank não use o seu poder discricionário para não pagar distribuições sobre os Certificados Rabobank, será também aplicável o pagamento sobre este instrumento.

Títulos fiduciários preferenciais III a IV

Em 2004, foram emitidas as seguintes tranches de títulos fiduciários preferenciais não cumulativos.

- O Rabobank Capital Funding Trust II, Delaware, uma empresa do grupo Rabobank, emitiu 1,5 milhões de Títulos fiduciários preferenciais não-cumulativos. O cupão é de 5,254% até, e incluindo, 21 de outubro de 2016. Para o período entre 21 de outubro de 2016 e 31 de dezembro de 2016 inclusive, o cupão é igual à USD LIBOR interpolada para o período, acrescida de 1,5900%. O cupão é pago ao critério do emitente. Posteriormente, a distribuição é igual à taxa UDS Libor a três meses, acrescida de 1,5900%. As receitas totais provenientes desta emissão ascenderam a

1.500 milhões de AUD. Esta emissão foi resgatada na data mínima do resgate, de 21 de outubro de 2016.

- O Rabobank Capital Funding Trust IV, Delaware, uma empresa do grupo Rabobank, emitiu 350.000 Títulos fiduciários preferenciais não-cumulativos. O cupão é de 5,556% até, e incluindo, 31 de dezembro de 2019. Posteriormente, o cupão é igual à taxa da GBP Libor a seis meses, acrescida de 1,4600%. O cupão é pago ao critério do emitente.

As receitas totais provenientes desta emissão ascenderam a 350 milhões de GBP.

A partir de 31 de dezembro de 2019, estes Títulos fiduciários preferenciais podem ser readquiridos em cada data de distribuição (uma vez por semestre).

Trust Preferred Securities		
<i>in millions of euros</i>	2016	2015
Changes during the year:		
Opening balance	1.131	1.043
Redemption	(716)	-
Exchange rate differences and other	(6)	88
Closing balance	409	1.131

33 Outras participações minoritárias

Esta rubrica refere-se a ações detidas por participações minoritárias nas subsidiárias do Rabobank.

<i>In millions of euros</i>	2016	2015
Opening balance	492	473
Net profit	64	75
Exchange rate differences	20	(10)
Entities included in consolidation/ deconsolidated	(1)	8
Dividends	(50)	(61)
Other	-	7
Closing balance	525	492

As subsidiárias do Rabobank com as maiores participações minoritárias são a De Lage Landen Participações Limitada e a AGCO Finance SNC. Ambas as entidades são contabilizadas no segmento de leasing.

A De Lage Landen Participações Limitada está sediada em Porto Alegre, no Brasil, e o Rabobank tem uma participação no capital e nos direitos de voto de 72,88%. As participações minoritárias no que respeita a esta entidade ascendem a 79 (2015: 65). Os seguintes dados financeiros aplicam-se:

De Lage Landen Participações Limitada	2016	2015
Revenues	70	82
Net profit	26	25
Other comprehensive income	-	-
Total comprehensive income	26	25
Profit attributable to non-controlling interests	9	12
Dividends paid to non-controlling interests	20	13
Financial assets	1.322	1.088
Other assets	118	82
Financial liabilities	1.095	931
Other liabilities	38	32

A AGCO Finance SNC situa-se em Beauvais, em França, e o Rabobank tem uma participação nos direitos sobre o capital e de voto de 51,0%.

As participações minoritárias no que respeita a esta entidade ascendem a 89 (2015: 78). Os seguintes dados financeiros aplicam-se:

AGCO Finance SNC	2016	2015
Revenues	41	39
Net profit	20	20
Other comprehensive income	-	-
Total comprehensive income	20	20
Profit attributable to non-controlling interests	10	10
Dividends paid to non-controlling interests	9	7
Financial assets	1.333	1.311
Other assets	51	41
Financial liabilities	1.182	1.179
Other liabilities	18	13

34 Receitas líquidas com juros

<i>in millions of euros</i>	2016	2015
Interest income		
Cash and balances at central banks	190	103
Loans and advances to banks	293	338
Financial assets held for trading	45	75
Financial assets designated at fair value	25	52
Loans and advances to customers	16.207	17.271
Available-for-sale financial assets	861	938
Derivatives held as economic hedges	(1.345)	(1.266)
Interest income on financial liabilities with a negative interest rate	74	16
Other	88	66
Total interest income	16.438	17.593
Interest expense		
Due to banks	422	452
Financial liabilities held for trading	10	17
Due to customers	2.445	3.033
Debt securities in issue	3.467	3.796
Other liabilities	727	603
Financial liabilities designated at fair value	362	466
Interest expense on financial assets with a negative interest rate	249	72
Other	13	15
Total interest expense	7.695	8.454
Net interest income	8.743	9.139

Os juros capitalizados atribuíveis aos ativos qualificáveis ascenderam a 20 (2015: 21). A taxa de juro média aplicada na determinação das taxas de juros a serem capitalizadas varia entre 1,0% e 5,5% (2015: entre 1,0% e 5,5%). As receitas com juros sobre ativos financeiros com imparidade, acumuladas, são de 201 (2015: 85).

35 Rendimento líquido de honorários e comissões

<i>in millions of euros</i>	2016	2015
Fee and commission income		
Asset management	25	44
Insurance commissions	259	325
Lending	581	545
Purchase and sale of other financial assets and handling fees	391	326
Payment services	734	740
Custodial fees and securities services	2	7
Other commission income	185	140
Total fee and commission income	2.177	2.127
Fee and commission expense		
Purchase and sale of other financial assets	16	8
Payment services	23	35
Custodial fees and securities services	10	11
Handling fees	50	35
Other commission expense	160	146
Total fee and commission expense	259	235
Net fee and commission income	1.918	1.892

36 Proveitos de investimentos em associadas e joint ventures

<i>in millions of euros</i>	2016	2015
Rabobank share of profit of associates and joint ventures	44	351
Result on disposal of investments in associates and joint ventures	62	-
Income from investments in associates and joint ventures	106	351

37 Ganhos/ (perdas) de ativos e passivos financeiros pelo justo valor através de lucros ou prejuízos

<i>in millions of euros</i>	2016	2015
Gains/ (losses) on financial assets and liabilities held for trading and from derivatives held or issued for trading	288	164
Gains/ (losses) on other financial assets designated at fair value through profit or loss	19	30
Gains/ (losses) on other financial liabilities designated at fair value through profit or loss and derivatives used to hedge the interest rate risk of those financial liabilities	240	569
Impairments	-	(160)
Total gains/ (losses) on financial assets and liabilities at fair value through profit or loss	547	603

Os ganhos / (perdas) de outros passivos financeiros designados pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos, e os derivados utilizados para cobrir o risco de taxa de juros desses passivos financeiros referem-se principalmente a variações no justo valor da carteira de obrigações estruturadas atribuíveis a alterações em i) taxas de juros de mercado e ii) ganhos de dia 1 que são reconhecidos diretamente nos lucros ou prejuízos por um montante de 263. Os resultados relativos às variações no justo valor das obrigações estruturadas devido a alterações nas taxas de juros do mercado são amplamente compensados pelas variações no justo valor dos derivados utilizados para cobrir esse risco de taxa de juros. Em 2015 é incluído um ganho de 367 em 'Ganhos/ (perdas) em outros passivos financeiros designados pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos e derivados utilizados para cobrir o risco de taxa de juros de outros passivos financeiros designados pelo justo valor' como a alteração no justo valor dos passivos financeiros designados pelo justo valor que pode ser atribuído a alterações no risco de crédito do próprio Rabobank.

<i>In millions of euros</i>	2016	2015
Gains/ (losses) on interest rate instruments	166	639
Gains/ (losses) on equity instruments	28	(99)
Gains/ (losses) on foreign currency	359	64
Other	(6)	(1)
Gains/ (losses) on financial assets and liabilities at fair value through profit or loss	547	603

Os ganhos / (perdas) cambiais líquidos incluídos na rubrica Ganhos / (perdas) em moeda estrangeira ascendem a 329 (2015: -346).

38 Outros proveitos operacionais líquidos

<i>in millions of euros</i>	2016	2015
Project income real estate activities	1.653	1.495
Project expenses and impairments real estate activities	(1.319)	(1.213)
Net income real estate activities	334	282
Operational lease income	1.371	1.373
Depreciation and impairments operational lease	(980)	(1.011)
Net income from operational lease activities	391	362
Rental income from investment property	10	50
Depreciation and impairments investment property	6	(43)
Net income from investment property	16	7
Result on sale of group companies	242	15
Other	421	215
Other net operating income	1.404	881

A DLL vendeu a empresa de leasing de automóveis Athlon aos serviços financeiros da Mercedes-Benz. O Rabobank reconheceu um ganho na venda de 251.

39 Custos com pessoal

<i>in millions of euros</i>	2016	2015
Wages and salaries	3.101	3.194
Social security contributions and insurance costs	355	394
Pension costs - defined contribution plans	489	500
Pension costs - defined benefit pension plans	3	9
Release of other post-employment provisions	(76)	(65)
Other Staff costs	649	754
Staff costs	4.521	4.786

Expresso em FTE, o número de colaboradores internos e externos no Rabobank foi de 45.567 (2015: 52.013).

Em 2011, após a implementação da CRD III e dos regulamentos que regem a política de remuneração contida, o Grupo Rabobank adotou uma política de remuneração alterada: a Política de Remuneração do Grupo. Esta política é atualizada regularmente e, desde 1 de janeiro de 2015, foi ajustada para incluir as disposições da Lei holandesa sobre políticas de remuneração para as empresas financeiras. Na medida em que os funcionários dos Países Baixos podem ainda ter uma remuneração variável, nunca se chega a mais de (em média sobre os empregados do grupo) 20% dos rendimentos fixos. Fora dos Países Baixos, qualquer remuneração variável não ascende a mais de 100% dos rendimentos fixos. Na medida em que os colaboradores identificados (funcionários que podem ter uma influência significativa no perfil de risco do Grupo Rabobank) podem ter remuneração variável, esta é concedida num período em que os riscos associados às atividades de negócios subjacentes são tidas em conta devidamente. Como tal, o pagamento de uma parcela significativa da remuneração variável é diferido. A parcela imediata da remuneração variável é incondicional, enquanto a parcela diferida é condicional.

A parcela diferida vence após três anos, caso estejam reunidas as condições. Entre outras coisas, é avaliado se houve uma redução significativa no desempenho financeiro ou uma alteração significativa na gestão de riscos no Grupo Rabobank e/ou na unidade empresarial que coloca numa perspetiva diferente as circunstâncias avaliadas quando a remuneração variável relevante foi concedida. Em princípio, o direito a qualquer remuneração atribuída provisoriamente expira, quando o emprego do funcionário termina. 50% da parcela direta e da parcela diferida da remuneração variável são concedidos em numerário. A componente em numerário da parcela direta é imediatamente atribuída no seguimento da atribuição.

A componente em numerário da parcela diferida é concedida aos colaboradores somente após o período de carência (após um período de três anos). 50% da parcela da remuneração variável direta e da diferida estão alocados na forma de um instrumento (componente do instrumento), ou seja, a Nota de Remuneração Diferida (NRD). O valor da NRD está diretamente ligado ao preço

de um Certificado Rabobank (CR), tal como cotado na NYSE Euronext. A componente do instrumento é convertida em NRD no momento da atribuição no final do ano de desempenho.

O número de NRD é determinado com base nas taxas de fecho para Certificados Rabobank, tal como negociados na bolsa de Nova Iorque (NYSE Euronext) durante os primeiros cinco dias de negociação de fevereiro de cada ano.

Consequentemente, tal representa a componente de instrumentos, tanto da parcela direta como da parcela diferida da remuneração variável. O número final de NRD relativas à parcela diferida é definido após o período de carência (após um período de três anos). O pagamento da componente do instrumento está sujeita a um período de retenção de um ano. Após o fim do período de retenção, o trabalhador recebe por cada NRD (ou uma porção da mesma) um montante em dinheiro que corresponde ao valor da NRD naquele momento.

O pagamento da remuneração variável é medido de acordo com a IAS 19 Benefícios dos Empregados A parte imediata da remuneração variável é reconhecida no ano de desempenho, enquanto a parcela diferida é reconhecida nos anos anteriores à carência.

O mesmo sistema aplica-se também, em termos gerais, a trabalhadores não-identificados, embora nenhuma política de diferimento se aplique aos primeiros 100.000 EUR e, tanto a parcela imediata como a diferida são pagas integralmente em dinheiro, o que significa que não são concedidas quaisquer NRD.

Em 31 de dezembro de 2016, os custos dos pagamentos baseados em instrumentos de capital próprio foram de 13 (2015: 8). Em 31 de dezembro de 2016 foi reconhecido um passivo de 30 (2015: 26) do qual 10 (2015: 11) foi investido. Os custos de remuneração variável pagos em dinheiro foram de 175 (2015: 190). O número de NRD pendentes é apresentado na tabela seguinte.

<i>in thousands</i>	2016	2015
Opening balance	1.037	1.014
Awarded during the year	531	249
Paid during the year	(362)	(126)
Changes from previous year	171	(100)
Closing balance	1.377	1.037

O valor de uma NRD está ligado diretamente ao preço de um Certificado Rabobank. As estimativas de pagamentos a serem feitos para a remuneração variável são apresentadas na tabela seguinte.

On 31 December 2016		<i>Year of payment</i>				
<i>in millions of euros</i>	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Variable remuneration, excluding DRNs	173,3	6,6	8,4	9,9	-	198,3
DRNs	10,9	10,6	3,8	7,2	8,4	40,9
Total	184,2	17,3	12,2	17,1	8,4	239,2
On 31 December 2015		<i>Year of payment</i>				
<i>in millions of euros</i>	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Variable remuneration, excluding DRNs	189,7	6,2	7,0	7,0	-	209,9
DRNs	11,7	7,9	4,5	3,9	3,7	31,7
Total	201,4	14,1	11,6	10,8	3,7	241,6

40 Outras despesas administrativas

<i>in millions of euros</i>	2016	2015
Additions and releases of provisions	1.063	506
IT expenses and software costs	718	634
Consultants fees	371	322
Training and travelling expenses	168	176
Publicity expenses	160	172
Result on derecognition and impairments on (in)angible assets	96	32
Other expenses	1.059	1.074
Other administrative expenses	3.635	2.916

41 Depreciação

<i>in millions of euros</i>	2016	2015
Depreciation of property and equipment	250	250
Depreciation of intangible assets	188	193
Depreciation	438	443

42 Encargos por imparidade dos créditos

<i>in millions of euros</i>	2016	2015
Loans and advances to banks	-	(10)
Loans and advances to customers	474	1.087
Recoveries following write-downs	(157)	(101)
Credit related contingent liabilities	(7)	57
Loan impairment charges	310	1.033

Em 2016, os encargos por imparidade dos créditos estavam a um nível mais baixo em relação a 2015, especialmente para a carteira holandesa. Tal é causado principalmente pela recuperação da economia, o que leva a um número limitado de novos incumprimentos, à recuperação de incumprimentos existentes e a provisões adequadas para clientes existentes com imparidades.

43 Taxas reguladoras

As taxas reguladoras consistem em impostos bancários, contribuições para o fundo de resolução único e o sistema de garantia de depósitos.

Os bancos com operações nos Países Baixos em 1 de outubro do presente ano são obrigados a pagar impostos bancários. Há duas taxas de impostos bancários: Uma taxa de 0,044% para passivos correntes e uma taxa de 0,022% para passivos de longo prazo, com base no saldo registado em dezembro de 2015. Em 2016, foi cobrado ao Rabobank um total de 166 (2015: 168). Em 2016, as taxas bancárias na Irlanda foram de 4 (2015: 4).

Em 1 de Janeiro de 2016 foi criado o Fundo Europeu Único de Resolução (SRF). Este fundo irá, em grande parte, substituir os Fundos de Resolução Nacionais, incluindo o Fundo de Resolução Nacional Holandês (NRF), que foi criado em 27 de novembro de 2015.

Ambos os fundos foram estabelecidos para melhorar a eficácia dos instrumentos de resolução. Os bancos e as empresas de investimento que estão no âmbito da regulamentação do SRM são obrigados a contribuir para o SRF. O NRF é constituído exclusivamente por contribuições de montantes fixos. Em 2016, a contribuição para o Fundo Único de Resolução foi de 180. Em 2015, a contribuição para o Fundo de Resolução Nacional ascendeu a 172.

No final de 2015 foi introduzido o novo regime de garantia de depósitos pré-financiado. Em 2016, os bancos têm de pagar um prémio trimestral.

O volume previsto do regime é de 0,8% do total de depósitos garantidos de todos os bancos juntos. Em 2016, a contribuição para o Regime de Garantia de Depósitos ascendeu a 133.

44 Impostos

<i>in millions of euros</i>	2016	2015
Income tax		
Reporting period	527	555
Adjustments of previous years	(6)	(17)
Recognition of previously unrecognised tax losses	(1)	(4)
Impostos diferidos	174	121
Total income tax	694	655

A taxa fiscal efetiva foi de 25,5% (2015: 22,8%) e difere da taxa teórica que iria surgir utilizando a taxa de imposto sobre as sociedades nos Países Baixos. A diferença é explicada como segue:

<i>in millions of euros</i>	2016	2015
Operating profit before taxation	2.718	2.869
Applicable tax rate 25.0% (2015: 25.0%)	25.0%	25.0%
	680	717
I Increase/(decrease) in taxes resulting from:		
Tax-exempt income	(4.2%) (116)	(3.7%) (105)
Tax rate differences	2.6%	3.6%
	73	104
Non-deductible expenses	2.6%	2.1%
	72	60
Recognition of previously unrecognised tax losses	(0.1%) (1)	(0.1%) (4)
Other permanent differences	(0.4%) (12)	(2.5%) (72)
Adjustments of previous years	(0.2%) (6)	(0.6%) (17)
Other non-recurring tax items	0.2%	1.0%
	4	(28)
Total income tax	25.5%	22.8%
	694	655

As demais diferenças permanentes incluem essencialmente a dedução dos pagamentos de juros sobre os Títulos de capital e a imparidade da Achmea.

45 Transações com partes relacionadas

Duas partes são consideradas relacionadas se uma parte exerce controlo ou influência significativa sobre a outra parte no que respeita a decisões financeiras ou operacionais. No curso normal dos negócios, o Rabobank realiza uma ampla variedade de transações com entidades relacionadas, o que envolve diferentes tipos de empréstimos, depósitos e transações em divisas. As transações entre partes relacionadas também incluem transações com associadas, fundos de pensões, joint ventures, o Conselho Executivo e o Conselho de Supervisão. Estas transações são realizadas face às condições e aos termos normais comerciais de e face aos preços de mercado. De acordo com a IAS 24.4, as transações dentro do Grupo Rabobank não são divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

No curso normal das operações de negócios do Rabobank, as transações bancárias são realizadas com partes relacionadas. Estas envolvem empréstimos, depósitos e transações em divisas. Estas transações são realizadas face às condições e aos termos normais comerciais de e face aos preços de mercado. Os volumes de transações com partes relacionadas, saldos pendentes no final do ano e as receitas e despesas correspondentes durante o ano são apresentados na tabela abaixo. As transações e os saldos pendentes com os membros do Conselho Executivo e os membros do Conselho de Supervisão são divulgados no ponto 47. As transações com fundos de pensões são divulgadas no ponto 27.

	<i>Investments in associates</i>		<i>Other related parties</i>	
<i>in millions of euros</i>	2016	2015	2016	2015
Loans				
Outstanding at beginning of year	361	360	-	-
Provided during the year	178	9	-	-
Redeemed during the year	(88)	(8)	-	-
Other	52	-	-	-
Gross loans as of 31 December	503	361	-	-
Less: loan impairment allowance	(68)	(58)	-	-
Total loans as of 31 December	435	303	-	-
Deposits from banks and deposits from customers				
Outstanding at beginning of the year	7.269	6.822	-	-
Received during the year	411	829	29	-
Repaid during the year	(576)	(382)	-	-
Other	77	-	-	-
Debts as of 31 December	7.181	7.269	29	-
Other assets				
Other assets	6	39	-	-
Credit guarantees and other guarantees issued by Rabobank	70	28	-	-
Income				
Net interest income	12	10	-	-
Fee and commission income	227	234	-	-
Trading income	-	-	-	-
Other	-	-	-	-
Total income from transactions with related parties	239	244	-	-
Expenses				
Interest expense	331	347	-	-
Fee and commission expense	-	-	-	-
Impairments	11	25	-	-
Total expenses from transactions with related parties	342	372	-	-

46 Costs of external auditor

As despesas relativas a serviços prestados em 2016 pela empresa independente de auditoria do Rabobank, PricewaterhouseCoopers Accountants N.V. ('PwC') e respetivas empresas membros e/ou afiliadas, ao Rabobank e respetivas subsidiárias estão especificadas da seguinte forma:

<i>in millions of euros</i>	2016		
	<i>PwC Netherlands</i>	<i>Other PwC network firms</i>	<i>Total</i>
Audit fees	6,2	8,0	14,2
Audit related fees	0,5	0,1	0,6
Tax advisory fees	-	0,8	0,8
Other non-audit services	-	2,4	2,4
Total	6,7	11,3	18,0

As taxas de auditoria acima apresentadas são relativas ao procedimento aplicado ao Rabobank e respetivas entidades consolidadas do grupo pela PwC e outras empresas membros dentro da rede global PwC, incluindo serviços fiscais e grupos de assessoria. Essas taxas de auditoria referem-se à auditoria das demonstrações financeiras, independentemente de o trabalho ter sido realizado durante o exercício.

No ano de 2015, a empresa de auditoria Ernst & Young LLP, nos Países Baixos, faturou os montantes abaixo mencionados ao Rabobank, às suas subsidiárias e a outras empresas consolidadas, na aceção do constante na secção 382a do Livro 2 do Código Civil holandês.

Esses montantes não incluem as taxas das auditorias às demonstrações financeiras, outros trabalhos de auditoria, serviços de consultoria fiscal e outros serviços não relacionados com auditoria cobrados por outros auditores e outras unidades de negócios da Ernst & Young.

<i>in millions of euros</i>	2015
Financial statements audit	7
Other audit engagements	1
Other non-audit services	-
Total	8

47 Remuneração do Conselho de Supervisão e do Conselho Executivo

Os membros do Conselho de Supervisão e do Conselho Executivo estão listados na Secção 53 destas demonstrações financeiras consolidadas. O Rabobank encara os membros do Conselho Executivo como os funcionários-chave da Administração. Os membros do Conselho Executivo estão entre os funcionários identificados, tal como divulgado na Secção 39. Em 2016, a remuneração dos membros e ex-membros do Conselho Executivo totalizou 7,5 (2015: 6,4). O aumento está relacionado com a expansão do Conselho Executivo, com um membro adicional.

<i>in thousands of euros</i>	<i>Short-term employee benefits</i>	<i>Post-employment benefits</i>		<i>Other</i>	<i>Total</i>
		<i>Pension scheme</i>	<i>Individual pension contribution</i>		
W. Draijer	980	25	212	-	1.217
B.C. Brouwers	884	25	189	-	1.098
R.J. Dekker	884	25	189	3	1.101
P.C. van Hoeken	663	19	142	-	824
B.J. Marttin	884	25	189	-	1.098
H. Nagel	884	25	189	-	1.098
J.L. van Nieuwenhuizen	884	25	189	-	1.098
Total 2016	6.063	169	1.299	3	7.534
Members Executive Board	4.257	128	908	5	5.298
Former members Executive Board	884	26	189	1	1.100
Total 2015	5.141	154	1.097	6	6.398

No final do ano de 2016, havia um total de 486 NRD (passivo de 16) pendentes com membros do Conselho Executivo (final do ano de 2015: 11.647, dos quais 5.503 são referentes a antigos membros).

O plano de pensões para os membros do Conselho Executivo é considerado um plano coletivo de benefícios definidos. A partir de 1 janeiro de 2015, o rendimento máximo com base no qual os membros do Conselho Executivo podem acumular uma pensão ascende a um máximo, para 2016, de 96.000 EUR. Não haverá qualquer pensão sobre rendimentos que excedam este montante. Assim, a partir de 1 de janeiro de 2015, os membros do Conselho Executivo recebem uma contribuição de pensão individual.

As despesas relativas aos membros e antigos membros do Conselho de Supervisão totalizam 1,2 (2015: 1,2, dos quais 0,6 são relativos a antigos membros). Este valor inclui o IVA e as contribuições patronais a pagar.

Além da função de Membro do Conselho de Supervisão do Rabobank, a remuneração depende também das funções nos diferentes comités. A composição destas comissões está detalhada no relatório anual. A estrutura de remuneração a partir de 1 de outubro de 2016 (excluindo o IVA e outros encargos) é:

<i>As of 1 October 2016 the fee structure (in euros):</i>	<i>Fee</i>
Member	90.000
Chairman of Audit Committee, Risk Committee, Cooperative Issues Committee, additional	20.000
Chairman of Appointments Committee together with HR Committee, additional	20.000
Vice chairman, additional	30.000
Chairman	220.000

A tabela abaixo mostra a remuneração (excluindo o IVA e outros encargos) dos membros individuais do Conselho de Supervisão.

<i>in thousands of euros</i>	<i>Remuneration</i>
W. Dekker (in office until 15 September 2016)	242
R. Teerlink	131
I.P. Asscher-Vonk	98
M. Trompetter	104
L.N. Degle	86
S.L.J. Graafsma	110
P.H.M. Hofsté (in office from 14 December 2016)	4
A.A.J.M. Kamp	91
E.A.J. van de Merwe (in office until 15 September 2016)	73
J.J. Nooitgedagt (in office from 14 September 2016)	32
P.H.J.M. Visée (in office from 14 December 2016)	4
Total 2016	975
Total 2015	1.030

No Rabobank, o Presidente do Conselho de Supervisão tem uma série de funções relacionadas com a cooperativa. Essas funções estão especificadas no Relatório Anual.

<i>in millions of euros</i>	<i>Executive Board</i>		<i>Supervisory Board</i>	
<i>Loans, advances and guarantees</i>	<i>2016</i>	<i>2015</i>	<i>2016</i>	<i>2015</i>
Outstanding on 1 January	4,3	4,9	1,4	2,6
Provided during the year	-	1,2	-	-
Redeemed during the year	(0,8)	(1,8)	(0,1)	(0,7)
Reduction on account of leaving office	-	-	-	(0,9)
Increase on account of taking office	0,6	-	-	0,4
Outstanding on 31 December	4,1	4,3	1,3	1,4

Os empréstimos, adiantamentos e garantias dos membros do Conselho Executivo em funções, assim como as taxas médias de juros, foram os seguintes:

<i>in millions of euros</i>			2016	
			<i>Outstanding loans</i>	<i>Average interest rate (in %)</i>
Loans, advances and guarantees				
B.C. Brouwers			0,5	2,6
R.J. Dekker			1,0	2,1
B.J. Marttin			0,4	5,8
H. Nagel			1,0	2,2
J.L. van Nieuwenhuizen			1,2	2,0

<i>in millions of euros</i>			2015	
			<i>Outstanding loans</i>	<i>Average interest rate (in %)</i>
Loans, advances and guarantees				
R.J. Dekker			1,2	1,6
B.J. Marttin			0,4	4,4
H. Nagel			1,0	1,9
J.L. van Nieuwenhuizen			1,7	3,3

Os empréstimos, adiantamentos e garantias dos membros do Conselho de Supervisão que estavam em funções em 31 de dezembro de 2016, assim como as taxas médias de juros, foram os seguintes:

<i>in millions of euros</i>		<i>Outstanding loans</i>		<i>Average interest rate (in %)</i>	
Loans, advances and guarantees					
A.A.J.M. Kamp	0,9	1,0	2,6	2,7	
M. Trompetter	0,4	0,4	4,0	4,9	

No final de 2016, os membros do Conselho de Supervisão não incluídos na tabela não tinham recebido quaisquer empréstimos, adiantamentos ou garantias. Estas transações com os membros do Conselho Executivo e do Conselho de Supervisão foram conduzidas diretamente e concluídas com base nos termos e condições do colaborador e/ou nas taxas de mercado para o Conselho de Supervisão. As taxas dependem, em parte, da moeda, do período de juros fixos acordado e do momento em que a transação foi concluída ou o momento em que se torna efetivo um novo prazo com juros fixos.

Vários membros do Conselho de Supervisão investiram em Certificados do Rabobank diretamente e/ou através das suas próprias sociedades de pensões ('pension B.V.s'). No final de 2016, tal envolveu um total de 15.780 certificados.

<i>Number of Rabobank Certificates</i>		
On 31 December 2016		
I.P. Asscher-Vonk	6.894	
L.N. Degle	4.836	in pension B.V.
S.L.J. Graafsma	4.050	in pension B.V.

48 Principais subsidiárias

No final de 2016, o Grupo Rabobank é constituído pelo Coöperatieve Rabobank U.A. e respetivas subsidiárias consolidadas nos Países Baixos e no exterior.

On 31 December 2016	<i>Share</i>	<i>Voting rights</i>
Main subsidiaries		
The Netherlands		
DLL International B.V.	100%	100%
Rabo Vastgoedgroep N.V.	100%	100%
FGH Bank N.V.	100%	100%
Obvion N.V.	100%	100%
Rabohypotheekbank N.V.	100%	100%
North America		
Rabobank Capital Funding LCC III	100%	100%
Rabobank Capital Funding Trust IV	100%	100%
Utrecht America Holdings Inc.	100%	100%
Australia and New Zealand		
Rabobank Australia Limited	100%	100%
Rabobank New Zealand Limited	100%	100%

Todas as subsidiárias listadas na tabela são consolidadas. Em 2016, nenhuma das subsidiárias enfrentou quaisquer restrições significativas no pagamento de dividendos ou no resgate de empréstimos e reembolsos de adiantamentos. A opção de as subsidiárias pagarem dividendos ao Rabobank depende de vários fatores, incluindo os requisitos regulamentares locais, as reservas legais e o desempenho financeiro. O Rabobank não irá consolidar várias entidades estruturadas no 'Segmento bancário grossista e de retalho internacional', mesmo que este retenha mais de metade dos direitos de voto. Estas entidades estruturadas não são consolidadas, dado que as atividades relevantes são geridas por um terceiro e reguladas por um contrato. O Rabobank controla diversas entidades no segmento de Leasing como parte das operações de leasing do vendedor, mesmo que tal retenha menos de metade dos direitos de voto, uma vez que o controlo não é determinado com base em tais direitos, mas sim na participação da administração.

49 Transferências de ativos financeiros e ativos financeiros fornecidos como garantia

49.1 Transações de revenda e contratos de empréstimos de títulos

As transações de revenda e os contratos de empréstimos de títulos celebrados pelo Rabobank estão incluídos nas rubricas "Aplicações em outras instituições de crédito" ou "Crédito a clientes" e, em 31 de dezembro, ascendem a:

<i>in millions of euros</i>	2016	2015
Loans and advances to banks	13.398	18.495
Loans and advances to customers	16.068	18.927
Total reverse repurchase transactions and securities borrowing agreements	29.466	37.422

De acordo com as condições das transações de revenda e dos contratos de empréstimos de títulos, o Rabobank recebe garantias em condições que lhe permitem voltar a penhorar ou revender as garantias a terceiros. Em 31 de dezembro de 2016, o justo valor total dos títulos recebidos ao abrigo das condições dos contratos foi de 29.931 (31 de dezembro de 2015: 37.853). De acordo com os termos do contrato, uma parte dos títulos foi reafetada ou vendida como garantia. Essas operações foram efetuadas segundo as condições normais das operações de revenda e de contratos de empréstimos de títulos. Os títulos não são reconhecidos na demonstração da posição financeira, porque quase todos os riscos e benefícios associados reverterem para a contraparte. Um montante a receber é reconhecido por um valor equivalente àquele pago como garantia.

49.2 Transações de recompra e contratos de empréstimos de títulos

As transações de recompra e os contratos de empréstimos de títulos concluídos pelo Rabobank estão incluídos nas rubricas 'Depósitos de bancos' e 'Depósitos de clientes' e, em 31 de dezembro eram de:

<i>in millions of euros</i>	2016	2015
Deposits from banks	418	581
Deposits from customers	212	488
Total repurchase and securities lending	630	1.069

Em 31 de dezembro de 2016, os títulos com taxa de juro com um montante contabilístico de 616 (2015: 1.075) foram utilizados como garantia para contratos de recompra. A contraparte tem o direito de vender ou voltar a penhorar os títulos. Estas operações foram efetuadas segundo as condições normais das transações de recompra e dos contratos de empréstimos de títulos. O banco pode fornecer ou receber títulos ou dinheiro como garantia, se houver alterações no valor dos títulos. Os títulos não são

desreconhecidos porque quase todos os riscos e benefícios associados reverterem para o Rabobank, incluindo os riscos de crédito e de mercado. Um passivo é reconhecido por um valor equivalente àquele recebido como garantia.

49.3 Titularizações

Como parte das atividades de financiamento e de gestão de liquidez do Grupo Rabobank, e para reduzir o risco de crédito, os fluxos de caixa provenientes de certos ativos financeiros são transferidos para terceiros (transações de true sale). A maioria dos ativos financeiros sujeitos a essas transações são hipotecas e outras carteiras de empréstimos que são transferidas para um veículo de fins especiais, que é posteriormente consolidado. Depois da titularização, os ativos continuam a ser reconhecidos na demonstração da posição financeira do Grupo Rabobank, principalmente na rubrica "Crédito a clientes".

Os ativos titularizados são medidos de acordo com as políticas contabilísticas mencionadas no parágrafo 2.15.

O montante contabilístico dos ativos financeiros transferidos relativo à titularização de ativos próprios é de 77.894 (2015: 75.805) com os passivos correspondentes a totalizar 74.897 (2015: 75.707).

Aproximadamente 74% (2015: 75%) dos ativos transferidos são titularizados internamente para fins de liquidez. O montante contabilístico dos ativos onde o Rabobank atua como patrocinador (Nieuw- Amsterdam) é de 4.125 (2015: 5.218) e o passivo correspondente ascende a 4.125 (2015: 5.218). Faz-se referência à secção 50 'Entidades estruturadas'.

49.4 Montante contabilístico dos ativos financeiros dados como garantia para passivos (contingentes)

Os ativos referidos abaixo foram fornecidos como garantia para passivos (contingentes) - com exceção de transações de reporte, empréstimo de títulos e titularizações - com o objetivo de oferecer segurança à contraparte. Caso o Rabobank se mantenha em incumprimento, as contrapartes podem fazer uso dos títulos para liquidar a dívida.

<i>in millions of euros</i>	2016	2015
Cash and balances at central banks	130	54
Financial assets held for trading	134	-
Loans and advances to banks	4.704	5.186
Loans and advances to customers	12.759	13.838
Available-for-sale financial assets	7.693	2.563
Total	25.420	21.641

50 Entidades estruturadas

50.1 Entidades estruturadas consolidadas

Uma entidade estruturada é uma entidade que está estruturada de forma que os direitos de voto ou direitos comparáveis não constituem o fator dominante na determinação de quem exerce o controlo sobre a entidade. O Rabobank usa entidades estruturadas a fim de titularizar

carteiras de hipotecas e outros empréstimos como parte das suas atividades de financiamento, gestão de liquidez e de modo a reduzir o risco de crédito. Os empréstimos são transferidos para as entidades estruturadas. A titularização de ativos próprios é realizada pela RaboAgri Finance (Harvest), a Obvion (STORM e STRONG) e a DLL (LEAP). Para além de fornecer facilidades de liquidez, o Rabobank atua igualmente como contraparte do swap em todas as titularizações de ativos próprios.

O Rabobank atua como patrocinador na Nieuw Amsterdam Receivables Corporation. A Nieuw Amsterdam emite papel comercial garantido por ativos (ABCP) em várias moedas e permite que os clientes do Rabobank tenham acesso à liquidez através do mercado de papel comercial. O Rabobank fornece aconselhamento e gere o programa, comercializa ABCP, oferece facilidades de caixa e/ou melhorias no risco de crédito e outras facilidades para as transações subjacentes e o próprio programa. O Rabobank consolida os veículos de titularização de ativos próprios e a Nieuw Amsterdam, já que está exposto ou tem direito a um rendimento variável no que respeita ao seu envolvimento nestas

entidades. Além disso, o Rabobank tem igualmente a opção de influenciar o montante dos rendimentos do investidor, uma vez que tem controlo sobre as entidades.

50.2 Entidades estruturadas não consolidadas

As entidades estruturadas não consolidadas referem-se a todas as entidades estruturadas não controladas pelo Rabobank. Estes interesses são compostos principalmente por títulos de dívida num veículo de titularização, incluindo RMBS, ABS e CDO e interesses de capital próprio privado. O valor desses títulos de dívida é quase sempre limitado, em comparação com os ativos totais do veículo. Esses veículos de titularização são normalmente refinanciados por títulos de dívida emitidos ou facilidades de crédito.

A tabela seguinte demonstra a natureza e os riscos dos interesses do Rabobank em entidades estruturadas não consolidadas. O volume de entidades estruturadas não consolidadas reflete normalmente o montante contabilístico dos ativos e dos passivos contingentes. A máxima exposição equivale ao montante contabilístico divulgado na tabela abaixo.

<i>in millions of euros</i>						
	On 31 December 2016			On 31 December 2015		
<i>Assets recognised by Rabobank</i>	<i>Securitisations</i>	<i>Other</i>	<i>Total</i>	<i>Securitisations</i>	<i>Other</i>	<i>Total</i>
Financial assets held for trading	38	83	121	1	100	101
Financial assets designated at fair value	-	92	92	255	72	327
Derivatives	418	-	418	463	-	463
Loans and advances to customers	712	-	712	1.011	-	1.011
Available-for-sale financial assets	180	41	221	670	61	731
Investments in associates	-	322	322	-	395	395
Total financial assets recognised by Rabobank	1.348	538	1.886	2.400	628	3.028
<i>Liabilities recognised by Rabobank</i>						
Derivatives	4	-	4	3	-	3
Deposits from customers	260	-	260	393	-	393
Total liabilities recognised by Rabobank	264	-	264	396	-	396

Redimento de entidades estruturadas não consolidadas e patrocinadas nas quais o Rabobank não detém qualquer interesse:

<i>in millions of euros</i>	<i>Fee and commission income</i>	<i>Interest income</i>	<i>Other results</i>	<i>Total income</i>	<i>Carrying amount of transferred assets</i>
<i>On 31 December 2016</i>					
Securitisations	-	5	-	5	-
Asset management	-	-	-	-	-
Total	-	5	-	5	-
<i>On 31 December 2015</i>					
Securitisations	1	46	64	111	-
Asset management	-	-	-	-	-
Total	1	46	64	111	-

51 Acontecimentos após o período de relato

Em janeiro de 2017, o Rabobank anunciou a oferta de Certificados Rabobank emitidos de novo. O montante nominal emitido foi de 1,5 mil milhões de EUR. O Rabobank emitiu 60 milhões de novos Certificados Rabobank; o preço de cada um desses certificados emitidos de novo foi fixado em 108% do valor nominal de 25 EUR. Após a emissão, estava pendente um montante nominal total de aproximadamente 7,4 mil milhões de EUR em certificados Rabobank.

A PricewaterhouseCoopers Accountants N.V., que auditou as demonstrações financeiras consolidadas do Rabobank para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, analisou igualmente a avaliação da Administração da eficácia dos controlos internos sobre os relatos financeiros no Rabobank. O relatório da PricewaterhouseCoopers Accountants N.V. está incluído na página 241.

W. Draijer

B.C. Brouwers

Utrecht, 8 de março de 2017

52 Relatório da Administração sobre o controlo interno dos relatórios financeiros

A Administração do Rabobank é responsável por estabelecer e manter os controlos internos adequados dos relatórios financeiros. A Administração também é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. O controlo interno do Rabobank sobre o relatório financeiro é um processo concebido para fornecer uma garantia razoável em relação à confiabilidade dos relatórios financeiros e à elaboração e apresentação das demonstrações financeiras para fins externos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia.

Todos os sistemas de controlo interno, independentemente do facto de estarem bem concebidos, têm limitações inerentes. Devido às suas limitações inerentes, os controlos internos dos relatórios financeiros podem não evitar ou detetar erros. Ao mesmo tempo, as projeções futuras baseadas em qualquer avaliação da eficácia do controlo interno estão sujeitas ao risco de que as medidas de controlo se tornem inadequadas, devido a mudanças nas condições, ou que o grau de cumprimento das políticas ou procedimentos se deteriore. A Administração avaliou a eficácia do controlo interno sobre os relatos financeiros no Rabobank em 31 de dezembro de 2016, com base no quadro estabelecido em 2013 pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (Comité de Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway - os critérios COSO), tal como definido no 'Controlo Interno - Quadro Integrado'. Com base nessa avaliação, a Administração concluiu que, a partir de 31 de dezembro de 2016, os controlos internos sobre os relatos financeiros internos no Rabobank fornecem uma medida razoável de certeza com base nos critérios estabelecidos pelo COSO.

53 Aprovação do Conselho de Supervisão

A publicação destas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Supervisão em 8 de março de 2017. As demonstrações financeiras serão apresentadas para serem adotadas, em Assembleia Geral a realizar em 19 de abril de 2017. No que respeita à aprovação das demonstrações financeiras do Rabobank, os artigos dos estatutos dispõem o seguinte: "A resolução de adotar as demonstrações financeiras será aprovada por maioria absoluta dos votos validamente expressos na Assembleia Geral".

Em nome do Conselho Executivo

W. Draijer, *Presidente*

B.C. Brouwers, *CFO*

R.J. Dekker, *COO*

P.C. van Hoeken, *CRO*

B.J. Marttin, *Membro*

H. Nagel, *Membro*

J.L. van Nieuwenhuizen, *Membro*

Em nome do Conselho de Supervisão

R. Teerlink, *Presidente*

M. Trompetter, *Vice-presidente*

I.P. Asscher-Vonk, *Secretária*

L.N. Degle

S.L.J. Graafsma

A.A.J.M. Kamp

J.J. Nooitgedagt

P.H.M. Hofsté

PHM Visée

Relatório de auditoria independente

Para: Conselho Geral e Conselho de Supervisão do Coöperatieve Rabobank U.A.

Relatório sobre as demonstrações financeiras de 2016

O nosso parecer

Em nossa opinião:

- As demonstrações financeiras consolidadas apresentam, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira do Coöperatieve Rabobank U.A. em 31 de dezembro de 2016, assim como o seu resultado e fluxos de caixa para o ano então findo, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia (EU-IFRS), e com a Parte 9 do Livro 2 do Código Civil holandês;
- as demonstrações financeiras da empresa apresentam, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira do Coöperatieve Rabobank U.A. em 31 de dezembro de 2016, assim como o seu resultado para o ano então findo, em conformidade com a Parte 9 do Livro 2 do Código Civil holandês.

O que foi auditado

Auditamos as demonstrações financeiras de 2016, que se encontram em anexo, do Coöperatieve Rabobank U.A., Amsterdam ('Rabobank' ou 'o Banco' ou 'empresa'). As demonstrações financeiras incluem as demonstrações financeiras consolidadas do Coöperatieve Rabobank U.A. e respectivas subsidiárias (em conjunto: 'o Grupo') e as demonstrações financeiras da empresa.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem:

- a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2016;
- as seguintes demonstrações para 2016: demonstração consolidada do rendimento, demonstrações consolidadas do rendimento integral, alterações no capital próprio e nos fluxos de caixa; e
- as notas, que incluem um resumo dos principais princípios contábilísticos e outras notas explicativas.

As demonstrações financeiras da empresa incluem:

- a demonstração da posição financeira da empresa em 31 de dezembro de 2016;
- a demonstração do rendimento da empresa para o ano então findo;
- as notas, que incluem um resumo dos principais princípios contábilísticos e outras notas explicativas.

O quadro de relato financeiro que foi aplicado na elaboração das demonstrações financeiras é a EU-IFRS, bem como as disposições relevantes da Parte 9 do Livro 2 do Código Civil holandês para as demonstrações financeiras consolidadas, e a Parte 9 do Livro 2 do Código Civil holandês para as demonstrações financeiras da empresa.

Base para o nosso parecer

A nossa auditoria foi levada a cabo de acordo com a lei holandesa, incluindo as Normas de Auditoria holandesas. As nossas responsabilidades, de acordo com essas normas, são ainda descritas na secção 'As nossas responsabilidades para a auditoria das demonstrações financeiras' do nosso relatório.

Independência

Somos independentes do Coöperatieve Rabobank U.A., em conformidade com o regulamento 'Verordening inzake de onafhankelijkheid van accountants bij assurance-opdrachten' (ViO) e outros requisitos de independência relevantes nos Países Baixos. Durante 2016, a equipa da PwC fora dos Países Baixos, não envolvida na auditoria das demonstrações financeiras de 2016 do Coöperatieve Rabobank U.A., realizou um compromisso de fiabilidade (procedimentos acordados) a pedido conjunto de, e para, uma filial do Coöperatieve Rabobank U.A. e um banco estrangeiro, com um valor de honorários acordado inferior a 0,1% dos honorários de auditoria da PwC para as demonstrações financeiras consolidadas de 2016. De acordo com as regras de independência dos Países Baixos, este compromisso de fiabilidade é um serviço não admissível, pelo que não deveria ter sido iniciado. Após a identificação, o compromisso de fiabilidade foi imediatamente encerrado e os honorários a ele relacionados não foram cobrados ao Coöperatieve Rabobank U.A. Consultámos o Comité de Auditoria e relatámos o incidente ao regulador holandês. O Comité de Auditoria partilhou a nossa conclusão de que, devido à natureza e ao volume limitado do compromisso, a nossa independência não foi comprometida, ao que o regulador holandês não colocou quaisquer objeções. Além disso, estamos em conformidade com o código de ética para os contabilistas profissionais ('Verordening gedrags- en beroepsregels - VGBA').

Acreditamos que as provas obtidas durante a auditoria são suficientes e apropriadas para proporcionar uma base para o nosso parecer.

A nossa abordagem de auditoria

Visão geral e contexto da auditoria de 2016

O Rabobank é um prestador internacional de serviços financeiros que opera com base em princípios cooperativos. O Rabobank tem operações em 40 países a nível mundial, sendo o foco das suas atividades na banca (nos Países Baixos) e no financiamento agro-alimentar (nos Países Baixos e no exterior). As suas operações incluem a banca de retalho doméstica, a banca grossista, a banca rural e de retalho internacional, leasing e imobiliário. O Rabobank encontra-se num processo de transformação. Durante o ano de 2016, o Rabobank começou a executar o seu 'Quadro Estratégico 2016-2020'. Os objetivos estratégicos que afetam diretamente as demonstrações financeiras estão focados em reduzir o balanço e em melhorar ainda mais o desempenho financeiro.

Em particular, analisámos as áreas onde o Conselho Executivo fez julgamentos subjetivos, por exemplo em relação a estimativas contabilísticas significativas que envolveram a elaboração de pressupostos e a consideração de eventos futuros que são inerentemente incertos. No parágrafo 'Julgamentos e estimativas', na nota 2.1 das demonstrações financeiras, a empresa descreve as áreas de julgamento ao aplicar princípios contabilísticos e as principais fontes de incerteza de estimativas. Dada a significativa incerteza da estimativa sobre imparidade de empréstimos e adiantamentos a clientes, avaliação de instrumentos financeiros, tratamento de litígios, assuntos de regulamentação e clientes, avaliação de investimentos de capital próprio e provisões relacionadas com reestruturação, considerámos que estes são os principais assuntos de auditoria, conforme estabelecido na secção de assuntos-chave de auditoria do presente relatório. Além disso, identificámos as carteiras de contabilidade de cobertura e de ativos e alienações como assuntos-chave de auditoria, uma vez que os mesmos exigem julgamentos mais complexos na aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro adotadas pela União Europeia (EU-IFRS). Por fim, a continuidade e a fiabilidade do processamento de informações foram identificadas como assuntos-chave de auditoria, uma vez que se trata de elementos significativos para os processos de relato operacional, regulatório e financeiro do Banco.

O grupo é composto por múltiplos componentes e, como tal, considerámos o âmbito e a abordagem da nossa auditoria de grupo, conforme estabelecido no âmbito da nossa secção de auditoria de grupo. Concebemos a nossa auditoria determinando a materialidade e avaliando os riscos de distorções relevantes na demonstração financeira.

Como em todas as nossas auditorias, abordámos também o risco de sobreposição dos controlos internos por parte da gestão, incluindo a avaliação da eventual existência de provas de parcialidade da Administração, que pode representar um risco de distorção relevante devido a fraude.

Garantimos que as equipas de auditoria, tanto ao nível do grupo como dos componentes, contêm coletivamente as capacidades e competências necessárias para a auditoria de um banco.

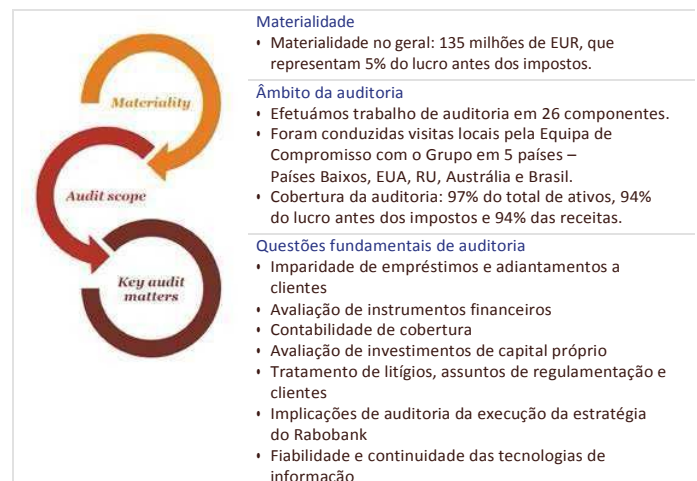
Assim, incluímos na nossa equipa especialistas nas áreas de TI, tributação, imobiliário, contabilidade de cobertura, instrumentos financeiros, benefícios aos empregados e avaliação.

Primeiro ano da PwC enquanto entidade auditora do Rabobank

Antes de nos tornarmos a entidade auditora do Banco, desenvolvemos um plano abrangente de transição que começa em julho de 2015, para compreender a ligação entre a estratégia do Banco, os riscos empresariais relacionados e a forma como os mesmos afetam a estrutura de relato financeiro e de controlo interno do Banco. O nosso plano de transição incluiu, entre outros:

- Uma estreita interação com o auditor anterior, incluindo um processo de revisão de documentos e procedimentos de transferência formais, conforme prescrito pelos nossos padrões profissionais;
- Uma partilha ativa de conhecimentos e discussões com as funções de Finanças, Risco e Auditoria Interna ('Audit Rabobank') para compreender as suas perspetivas sobre os riscos de negócios e de auditoria;
- A participação como observadores de uma série de reuniões entre os auditores anteriores, a Administração e o Comité de Auditoria durante o processo de encerramento financeiro de 2015;
- A avaliação de posições-chave de contabilidade e assuntos de auditoria de anos anteriores.
- A realização de procedimentos passo a passo, para entender a eficácia da conceção dos processos e controlos internos, no primeiro semestre de 2016, para apoiar o nosso conhecimento e entendimento na fase inicial da nossa auditoria; e
- A introdução de reuniões com o Banco Central Europeu enquanto regulador principal do Banco.

Em abril de 2016, discutimos e acordámos o nosso plano de auditoria com o Comité de Auditoria do Banco e relatámos o estado, o progresso e as principais conclusões do nosso processo de revisão e auditoria semestral ao longo do ano.



Materialidade

O âmbito da nossa auditoria é influenciado pela aplicação da materialidade, que é explicada mais detalhadamente na secção 'As nossas responsabilidades para a auditoria das demonstrações financeiras'.

Estabelecemos certos limites quantitativos para a materialidade. Estes, em conjunto com considerações qualitativas, ajudaram-nos a determinar a natureza, o timing e a extensão dos nossos procedimentos de auditoria das rubricas e divulgações individuais das demonstrações financeiras, bem como a avaliar o efeito de distorções identificadas sobre o nosso parecer.

Com base no nosso julgamento profissional, determinámos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo, da seguinte forma:

Materialidade geral do grupo	135 milhões de EUR.
Referência aplicada	5% de lucros antes dos impostos
Razão da referência	Esta referência é uma prática de auditoria geralmente aceite, baseada na nossa análise das necessidades comuns de informação dos utilizadores das demonstrações financeiras. Nesta base, acreditamos que o lucro antes dos impostos é uma métrica importante para o desempenho financeiro da empresa.
Materialidade dos componentes	Para cada componente no âmbito da nossa auditoria, atribuímos, com base na nossa avaliação, uma materialidade que é menor do que a nossa materialidade global do grupo. O intervalo de materialidade distribuída pelos componentes foi entre 18,5 milhões e 45 milhões de EUR.

Juntamente com as considerações quantitativas, conforme descrito acima, a nossa auditoria centrou-se igualmente na precisão e plenitude da divulgação do justo valor, que é um exemplo de levar em consideração distorções e/ou possíveis distorções que, no nosso julgamento, são materiais por razões qualitativas.

Acordámos com o Conselho de Supervisão que iríamos reportar-lhes as distorções identificadas durante a nossa auditoria acima de 6,25 milhões de EUR, bem como distorções abaixo desse valor que, em nossa opinião, justificassem ser reportadas por razões qualitativas.

O âmbito da nossa auditoria de grupo

O Coöperatieve Rabobank U.A. é a empresa-mãe de um grupo de entidades. As informações financeiras deste grupo estão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas do Coöperatieve Rabobank U.A.

O Rabobank possui um departamento de auditoria interna ('Audit Rabobank') que realiza auditorias operacionais, auditorias de conformidade, auditorias de TI, auditorias de (avaliação de) empréstimos, auditorias de cultura e comportamento e uma auditoria completa das demonstrações financeiras. O Audit Rabobank emite um parecer de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Rabobank (apenas para fins internos) ao Conselho de Supervisão, ao Comité de Auditoria e ao Conselho Executivo. Considerámos, no contexto do padrão de auditoria 610 'Utilizando o trabalho de auditores internos', a possibilidade de podermos

utilizar o trabalho do Audit Rabobank e concluímos que tal seria apropriado. Para chegarmos a esta conclusão, avaliamos a competência, a objetividade e o nível de abordagem sistemática e disciplinada aplicada pelo Audit Rabobank e, mais especificamente, a equipa de auditoria financeira do Audit Rabobank.

Posteriormente, desenvolvemos uma abordagem e um modelo detalhados para fazer uso do trabalho do Audit Rabobank na nossa auditoria às demonstrações financeiras de 2016. Envolvemo-nos de forma substancial e independente nas áreas de risco mais elevado e ou em áreas ou procedimentos que exigiram um julgamento significativo. Durante o processo de auditoria, trabalhamos em estreita colaboração com o Audit Rabobank, tivemos reuniões frequentes e revimos e reformulámos uma parte do seu trabalho, que confirmou a nossa abordagem inicial de avaliação e dependência.

A auditoria do grupo centrou-se nos componentes significativos: Banca de retalho doméstica dos Países Baixos (não incluindo a Obvion e outras entidades associadas), Banca grossista dos Países Baixos e Tesouraria (WRR) e De Lage Landen (DLL).

Estes três componentes foram sujeitos a auditorias às suas informações financeiras completas, uma vez que cada um deles é por si financeiramente significativo para o grupo. Além disso, 17 componentes foram selecionados para procedimentos de auditoria total por forma a obtermos uma cobertura adequada das rubricas das demonstrações financeiras. Outros seis componentes foram submetidos a procedimentos específicos de auditoria em determinadas rubricas das demonstrações financeiras, apenas para conseguir obter uma cobertura geral apropriada sobre as rubricas das demonstrações financeiras.

As entidades do grupo nos Países Baixos incluíram os componentes significativos Banca de retalho doméstica dos Países Baixos, WRR e DLL, mas também incluíram o Grupo de Imobiliário, o FGH Bank, a Obvion e alguns outros componentes menores. A equipa de compromisso com o grupo utilizou o trabalho de equipas de componentes para essas entidades. Para componentes nos EUA, Austrália, Brasil, Reino Unido, Irlanda, Hong Kong e Indonésia, utilizámos auditores de componentes que estão familiarizados com as leis e os regulamentos locais para realizar o trabalho de auditoria.

No total, ao efetuarmos estes procedimentos, alcançámos a seguinte cobertura nas rubricas das demonstrações financeiras:

Total assets	97%
Profit before tax	94%
Revenue	94%

Nenhum dos componentes restantes representou individualmente mais de 1% do total de ativos do grupo, lucro antes dos impostos ou receitas. Para esses componentes restantes realizámos, entre outros procedimentos, procedimentos analíticos para corroborar a nossa avaliação de que não havia riscos significativos de distorções materiais nesses componentes.

No ano corrente, a equipa de compromisso com o grupo visitou os Países Baixos, os EUA, o Reino Unido, a Austrália e o Brasil, pelo menos uma vez. Durante essas visitas, a equipa de compromisso com o grupo reuniu-se com as equipas de componentes e com a administração local. Nos casos em que o trabalho foi realizado por auditores de componentes, determinámos o nível de envolvimento que era necessário termos com o seu trabalho de auditoria para podermos concluir se tinham sido obtidas suficientes provas de auditoria adequadas como base para o nosso parecer sobre as demonstrações financeiras como um todo.

A consolidação do grupo, as divulgações das demonstrações financeiras e uma série de itens complexos são auditados na sede pela equipa de compromisso com o grupo. Ao realizar os procedimentos acima mencionados nos componentes, juntamente com os procedimentos adicionais ao nível de grupo, obtivemos provas de auditoria suficientes e apropriadas em relação a informações financeiras do grupo. Estes procedimentos na sua totalidade forneceram uma base para o nosso parecer sobre as demonstrações financeiras consolidadas.

Questões fundamentais de auditoria

As questões fundamentais de auditoria são aquelas que, no nosso julgamento profissional, tiveram uma maior importância para a nossa auditoria às demonstrações financeiras. As questões fundamentais de auditoria foram comunicadas ao Conselho de Supervisão. No entanto, as mesmas não devem ser encaradas como uma reflexão abrangente de todas as questões identificadas pela nossa auditoria e por nós discutidas. Descrevemos as principais questões de auditoria e incluímos um resumo dos procedimentos de auditoria que realizámos sobre essas questões.

Os principais assuntos de auditoria foram abordados no contexto da nossa auditoria às demonstrações financeiras como um todo e na formulação do nosso parecer sobre o assunto. Não fornecemos uma opinião separada sobre esses assuntos ou sobre elementos específicos das demonstrações financeiras. Qualquer comentário que façamos sobre os resultados dos nossos procedimentos deve ser lido neste contexto.

Questão fundamental de auditoria	Como a nossa auditoria abordou a questão
Imparidade de empréstimos e adiantamentos a clientes Consultar a nota 2.15 'Empréstimos e adiantamentos a clientes e empréstimos e adiantamentos a bancos' e a nota 11 'Empréstimos e adiantamentos a clientes'. Centrâmo-nos nesta área porque a administração faz julgamentos complexos e subjetivos sobre o timing, o reconhecimento e a estimativa do volume de uma tal imparidade. No Rabobank a imparidade consiste em três diferentes componentes: • Imparidades para empréstimos e adiantamentos com imparidade individual especificamente identificáveis ('provisão específica'); • Imparidades com base em modelos para perdas incorridas mas não relatadas (referidas pelo Banco como 'provisão geral'); e • Imparidades com base em modelos para cobrir riscos de imparidade em empréstimos com imparidade com exposições individualmente baixas (provisão coletiva'). A incerteza de julgamentos e estimativas está principalmente ligada ao seguinte: • A identificação e o seguimento de estímulos de imparidade e o cálculo subjacente das provisões; • No que respeita à provisão específica, a avaliação de futuros de fluxos de caixa baseados no uso adequado de parâmetros chave e avaliação do montante recuperável; • Os modelos que suportam a provisão geral e a coletiva; • Ajustes pós-modelo que a administração aplica porque os modelos não têm em consideração os riscos do setor do mercado e da indústria, bem como as últimas tendências macroeconómicas de modo que as provisões reflitam condições à data do balanço.	Compreendemos, avaliamos e testamos a eficácia operacional dos principais controlos e focámo-nos • Na gestão de crédito, incluindo a identificação de estímulos de imparidade; • Na governação sobre modelos de imparidade, incluindo a reavaliação contínua da administração de que os modelos de imparidade são ainda calibrados de uma forma que aborda o risco de imparidade de acordo com as normas da IFRS; • Na precisão da transferência de dados dos sistemas de origem subjacentes para os modelos de imparidade; • No processo de revisão e aprovação que a administração possui para os resultados dos modelos de imparidade, e os ajustes aplicados aos resultados Verificámos que estes controlos-chave foram concebidos e implementados. A maior parte destes controlos operavam de forma eficaz. Para certos controlos foram aplicadas ações de remediação por parte da administração. Com base em testes dos controlos e testes adicionais de ações de remediação, determinámos que podíamos confiar nestes controlos para a finalidade da nossa auditoria. Procedimentos substanciais de auditoria Para uma amostra dos empréstimos com imparidade individual, registámos os últimos desenvolvimentos junto dos mutuários e considerámos se os julgamentos-chave eram adequados. Questionámos as entradas da administração, incluindo os fluxos de caixa futuros a avaliação de garantias e testámos os parâmetros-chave. Além disso, seleccionámos uma amostra de empréstimos individuais do 'registo de desempenho' e da 'lista de referência'. Os nossos procedimentos não identificaram quaisquer diferenças significativas Testámos os modelos de imparidade para a provisão geral e a coletiva. Realizámos procedimentos de 'backtesting' numa amostra de parâmetros de modelo chave e questionámos a administração, que nos forneceu explicações e provas razoáveis para apoiar os parâmetros de modelo chave, de acordo com a prática do mercado e da indústria. Questionámos a administração sobre os ajustes após o modelo para fornecer evidências objetivas de que esses ajustes eram necessários para equilibrar o setor do Banco, a indústria ou a exposição macroeconómica, e considerámos o apoio prestado razoável.

<i>Questão fundamental de auditoria</i> Avaliação de instrumentos financeiros Consultar a nota 2 'Pressupostos de contabilidade' e a nota 4.9 'Justo valor de ativos e passivos financeiros'. Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo justo valor e são significativos para as demonstrações financeiras são: • Posições para negociação • Derivados • Passivos pelo justo valor Para os instrumentos financeiros que são negociados ativamente e para os quais estão disponíveis preços de mercado ou parâmetros de mercado cotados, há menos julgamento envolvido na determinação de justos valores (instrumentos de nível 1). No entanto, quando os preços de mercado ou parâmetros de mercado observáveis não estão disponíveis, o justo valor está sujeito a um julgamento significativo. Tal é relevante para derivados e passivos pelo justo valor. O justo valor destes instrumentos financeiros é determinado através da aplicação de técnicas de avaliação e estimativas que envolvem o julgamento da administração (instrumentos de nível 2 e nível 3). Particularmente, centrámo-nos nas incertezas de estimativa significativas em: • A avaliação de derivados que incluem ajustes bilaterais de avaliação de crédito (BCVA); e • A avaliação de passivos pelo justo valor que incluem ajustes ao crédito próprio (OCA). O BCVA é sensível ao valor de instrumentos financeiros derivados não garantidos e respetiva volatilidade futura esperada do mercado. Os passivos pelo justo valor incluem títulos de dívida próprios em emissão, títulos de dívida em emissão e passivos estruturados e subordinados. Para o OCA, o Rabobank avalia os seus próprios passivos através de modelos de avaliação. Uma vez que o mercado para financiamento próprio do Rabobank não é altamente ativo, a administração utiliza outros dados de mercado observáveis. Em 2016, o Rabobank decidiu adotar antecipadamente e aplicar retrospectivamente a provisão contabilística da IFRS 9 para o OCA.	<i>Como a nossa auditoria abordou a questão</i> Controlos internos Compreendemos, avalíamos e testámos a eficácia operacional dos principais controlos e focámo-nos: • Na governação sobre o modelo, incluindo o processo de suporte e aprovação dos modelos e quaisquer alterações posteriores a esses modelos; • Nos controlos sobre a precisão das entradas de dados; • No processo independente de verificação de preços do Banco que analisa a razoabilidade de modelos e saídas; e • No processo de governança, revisão e aprovação que a administração implementou para o BCVA e o OCA. Determinámos que poderíamos confiar nesses controlos para a finalidade da nossa auditoria. Procedimentos substanciais de auditoria Avaliámos os pressupostos, as metodologias e os modelos utilizados pelo Rabobank para derivados e passivos financeiros pelo justo valor. Realizámos testes de sensibilidade em pressupostos fundamentais e conciliámos as entradas do modelo para as transações de mercado reais, tanto quanto possível. No que respeita às principais entradas de dados para as quais nenhum dado de mercado estava disponível, desafiámos o julgamento da administração. Essas entradas de dados principais são relativas essencialmente: • Ao valor dos instrumentos financeiros derivados não-garantidos; • À volatilidade futura esperada do mercado; e • À credibilidade das contrapartes do Banco. Questionámos a administração sobre o uso (correto) de transações de mercado comparáveis para demonstrar a respetiva adequação a essas entradas de dados principais. Com base no nosso trabalho realizado com essas entradas, consideramos razoável o resultado das estimativas e do julgamento da administração. Juntamente com os procedimentos descritos acima, realizámos uma avaliação independente de uma amostra das posições de derivados. Em alguns casos, a nossa avaliação independente resultou em valores diferentes dos calculados pela administração. Avaliámos que essas diferenças se situam dentro do alcance de resultados razoáveis, no contexto das incertezas inerentes e do uso de modelos e pressupostos. Divulgações Avaliámos a aplicação do OCA pelo Banco nos termos da norma IFRS 9 adotada antecipadamente e observámos que o impacto ascende a 365 milhões de EUR em 2016 e está devidamente apresentado em outros rendimentos integrais e não na declaração de rendimento. Nos nossos procedimentos, focámo-nos na apresentação precisa dos instrumentos financeiros pelo valor justo no nível 1-3 e não verificámos quaisquer exceções significativas.
Contabilidade de cobertura Consultar a nota 2.3 'Derivados e cobertura' e a nota 10 'Derivados'. O Banco administra o seu risco estrutural de taxa de juros, bem como o risco de taxa de câmbio através de coberturas. Se o relacionamento de cobertura cumpre os requisitos da IAS 39, é aplicada a contabilidade de cobertura. A contabilidade de cobertura é uma técnica que modifica a base normal para reconhecer ganhos e perdas (ou receitas e despesas) em instrumentos de cobertura associados e itens cobertos, de modo que ambos sejam reconhecidos na declaração de rendimento (ou OCI) no mesmo período contabilístico. A aplicação da contabilidade de cobertura é de apreciação e requer cálculos e documentação detalhados. Por essa razão, determinámos que seja uma questão fundamental de auditoria.	Controlos internos Compreendemos, avalíamos e testámos a eficácia operacional dos principais controlos e focámo-nos: • Na eficácia operacional dos controlos sobre a designação e gestão contínua das relações de contabilidade de cobertura, incluindo o teste periódico da efetividade da cobertura; • Em controlos de validação do modelo da administração que calcula o justo valor das relações de cobertura; • Em sistemas de controlo e equilíbrio sobre a razoabilidade desses justos valores através de cálculos de fontes independentes dos justos valores; e • Na validação de controlos em volta do acompanhamento e eliminação adequados de instrumentos de cobertura inter-grupo. Determinámos que poderíamos confiar nesses controlos para a finalidade da nossa auditoria.
Avaliação de investimentos de capital próprio Consultar a nota 2.2.2 'Investimentos em associadas e joint ventures' e a nota 13.1 'Investimentos em associadas'. O Rabobank possui uma participação de 29,21% no capital próprio da Achmea B.V. ('Achmea'), uma companhia de seguros não-pública holandesa. No outono de 2016, o Rabobank identificou vários estímulos para realizar avaliações de imparidade sobre o investimento do seu capital próprio na Achmea. Esses estímulos incluíram as incertezas crescentes no mercado de seguros de saúde holandeses, o ambiente de negócios em deterioração para as seguradoras holandesas, transações de mercado e comunicados de imprensa emitidos pela Achmea. A Administração determinou o valor em uso e o justo valor menos o custo de venda ('justo valor'). O cálculo do valor em uso é sensível a pressupostos como a projeção do fluxo de caixa futuro, o custo do capital próprio e as distribuições de capital de acesso. O método do justo valor utiliza múltiplos de mercado como o 'price to book' ou o 'price to earnings'. A administração comparou o maior valor entre o valor em uso e o justo valor ao valor contabilístico do investimento e tal resultou numa imparidade conjunta de 700 milhões de EUR.	Procedimentos substantivos de auditoria Foram efetuados testes sobre todas as reconciliações chave de fim de ano entre os sistemas de origem e os sistemas de contabilidade de cobertura que mantêm os modelos de cobertura para calcular a eficácia da mesma. Os procedimentos mais importantes centraram-se na aplicação da contabilidade de cobertura, que incluiu a examinação da documentação da contabilidade de cobertura para avaliar se essa documentação cumpria os requisitos da EU-IFRS. A documentação da contabilidade de cobertura apoia adequadamente o uso da contabilidade de cobertura pelo Banco. Procedimentos substantivos de auditoria Avaliámos de forma independente o valor em uso e o justo valor da Achmea. Questionámos e avalíamos: • O custo de capital • Projeções de futuros fluxos de caixa • Distribuições de capital de acesso em combinação com níveis de solvência previstos. Baseámos a nossa avaliação desses elementos no desempenho histórico da Achmea, em dados de práticas de mercado e na experiência de técnicas de avaliação. Utilizámos múltiplos do 'price to book' e 'price to earnings' para os pares mais comparáveis nos Países Baixos e na Europa para o cálculo do justo valor. Comparámos o resultado com os preços de mercado na Holanda. Realizámos testes de sensibilidade aos principais pressupostos da administração e ao cálculo da saída do valor em uso e do justo valor para Achmea. No geral, acreditamos que os principais pressupostos são razoáveis e que o resultado está dentro do nosso intervalo de possíveis resultados.

Questão fundamental de auditoria	Como a nossa auditoria abordou a questão
Tratamento de litígios, assuntos de regulamentação e clientes Consultar a nota 2.21 ‘Provisões’, a nota 4.10 ‘Procedimentos legais e arbitrais’ e a nota 25 ‘Provisões’. Dado o foco regulatório contínuo na indústria de serviços financeiros, existe o risco de surgirem reivindicações e/ou investigações regulatórias que possam ter impacto sobre as demonstrações financeiras. Existe um risco inerente no Banco de que áreas emergentes de conformidade ou litígio não tenham sido identificadas e/ou abordadas pela administração para fins das demonstrações financeiras. Tal inclui considerar se existe necessidade de reconhecer uma provisão ou divulgação de passivo contingente. O reconhecimento e a mensuração de provisões e a divulgação de passivos contingentes requer um julgamento da administração consideráveis. Fomos informados de que o Banco decidiu adotar o Quadro de Recuperação para Derivados de Taxa de juros de PME. Em 31 de dezembro de 2016, o Banco incluiu, no total, 699 EUR milhões milhões na provisão de PME.	Controlos internos Compreendemos, avaliámos e testámos a eficácia de controlos do Banco para identificar exposições de litígio e regulatórias dentro do grupo. Determinámos que podíamos confiar nestes controlos para a finalidade da nossa auditoria. Procedimentos de auditoria significativos Reunimos regularmente com diferentes membros do Conselho Executivo para compreender as exposições emergentes e potenciais que tinham sido identificadas. Questionámos a opinião da administração sobre estas exposições com base no nosso conhecimento e experiência de tendências emergentes da indústria e do ambiente regulador. Avaliámos as queixas dos clientes recebidas e as análises preparadas pela administração das queixas. Testámos uma amostra de queixas para garantir que a análise era bem preparada. Utilizámos a análise para compreender se havia indicadores da presença de mais exposições sistemáticas para as quais devessem fazer-se provisões ou divulgações nas demonstrações financeiras. Lemos a correspondência relevante do Banco com a AFM, DNB e ECB. Ao longo do ano reunimos com a DNB e a ECB numa base trilateral e bilateral. Lemos as atas das reuniões do Conselho Executivo e do Conselho de Supervisão e participámos em todas as reuniões do comité de risco e de auditoria ao longo do ano. Mantivemos reuniões bilaterais regulares com os Presidentes do Conselho de Supervisão, do Comité de auditoria e do Comité de risco. Obtivemos cartas legais dos advogados externos para validar as exposições identificadas. A maior parte do nosso trabalho de auditoria detalhado foi sobre a provisão significativa para os derivados da taxa de juros de PME. Avaliámos a razoabilidade de pressupostos e interpretações do quadro de PME pela administração em relação aos cálculos que sustentam a provisão e as despesas registadas. Divulgações Dada a incerteza inerente e a natureza julgadora dos passivos e provisões contingentes, avaliámos as divulgações feitas nas demonstrações financeiras. Em particular, concentrámo-nos nas divulgações sobre derivados de taxas de juros de PME, a Libor/Euribor e a estrutura da Lei do sigilo bancário/Contra o branqueamento de capitais) para o Rabobank, N.A. (RNA). Confrontámos a gestão com o facto de as divulgações serem significativamente claras em destacar as exposições e incertezas significativas que existem.
Implicações de auditoria da execução da estratégia do Rabobank Consultar a nota 2 ‘Princípios contabilísticos, a nota 15 ‘Propriedades e equipamentos’ e a nota 25 ‘Provisões’. O Rabobank encontra-se num processo de transformação. Os seus objetivos têm um impacto direto e indireto nas suas demonstrações Financeiras. O impacto direto nas demonstrações financeiras é relativo a: • Alienações de ativos e de carteira • Reestruturação e respetivas provisões A contabilização de transações de ativos e carteira é complexa de uma perspetiva legal e contabilística e requer julgamentos e estimativas. Os efeitos das decisões de reestruturação envolvem julgamento e as estimativas no timing e reconhecimento dos montantes envolvidos.	Procedimentos de auditoria Avaliámos as seguintes alienações de ativos significativas: • Athlon car lease • RHHB Hypotheekbank • Carteiras de hipotecas Para estas transações lemos os contratos, avaliámos os documentos de contabilidade do Banco e revimos a apresentação nas demonstrações financeiras. Para as carteiras de hipotecas avaliámos em particular se a maioria dos riscos e recompensas é transferida para o comprador e, como resultado, os ativos poderiam ser desreconhecidos do balanço. Com base nestes procedimentos, concordamos com a posição da administração. A provisão de reestruturação em 31 de dezembro de 2016 é de 461 milhões de EUR. Avaliámos a razoabilidade dos pressupostos e cálculos fornecidos pela administração e validámos a aplicação adequada dos requisitos da IAS 37s. Sobre a propriedade de uso próprio, realizámos testes de amostra para validar o valor pelo valor do custo ou do mercado, consoante o que fosse mais baixo. No geral, acreditamos que os pressupostos utilizados são razoáveis e que o resultado está dentro do nosso intervalo de possíveis resultados.
Fiabilidade e continuidade das tecnologias de informação O Banco confia na continuidade e fiabilidade da tecnologia de informação (TI) para os seus processos operativos, regulatórios e de relato financeiro. Os processos de contabilidade e relato do Banco, incluindo controlos manuais automatizados e dependentes das TI, dependem largamente da continuidade e fiabilidade da tecnologia de informação. Deficiências nos controlos gerais de TI poderiam ter um impacto persuasivo ao longo do quadro de controlo interno do Banco. Assim, identificámos a continuidade e fiabilidade da tecnologia de informação do Banco como uma questão chave de auditoria.	Procedimentos de auditoria Os nossos esforços para compreender, avaliar e testar a eficácia operacional dos Controlos Gerais de TI (ITGCs) centraram-se: • No acesso a programas e dados - Acesso lógico a aplicações, sistemas operativos e dados; - Segurança da infraestrutura de TI; e - Acesso físico a centros de dados, • Na gestão de alterações - Processo centralizado de gestão de alterações; - Implementação de alterações; e - Teste de segurança de alterações. • Em operações informáticas - Monitorização em grupo; - Gestão em continuidade; - Gestão de incidentes; - Gestão de problemas; e - Gestão de vulnerabilidade. Centrámo-nos nos controlos gerais de TI na medida em que estes sejam relevantes para a finalidade das nossas demonstrações financeiras. Verificámos que esses controlos-chave foram concebidos e implementados. Os nossos procedimentos de teste indicaram que a maioria desses controlos operava de forma eficaz. Para alguns desses controlos, em particular nos que se referem ao acesso lógico, foram conduzidas ações corretivas por parte do Banco. Com base no teste aos controlos e em testes adicionais às ações corretivas, determinámos que poderíamos confiar nesses controlos para a finalidade da nossa auditoria.

Relatório sobre as outras informações incluídas no relatório anual

Para além das demonstrações financeiras e do nosso respetivo relatório de auditoria, o relatório anual contém outras informações que consistem:

- no prefácio do presidente
- no relatório da administração
- no relatório de governança corporativa
- noutras informações de acordo com a Parte 9 do Livro 2 do Código Civil holandês;

Com base nos procedimentos realizados conforme estabelecido abaixo, concluímos que as outras informações:

- são consistentes com as demonstrações financeiras e não contêm distorções relevantes;
- contêm todas as informações exigidas pela Parte 9 do Livro 2 do Código Civil holandês.

Lemos as outras informações. Com base no nosso conhecimento e no entendimento obtido na nossa auditoria às demonstrações financeiras ou de outra forma, considerámos a possibilidade de as outras informações conterem distorções relevantes.

Ao efetuarmos os nossos procedimentos, cumprimos os requisitos da norma 720 da Parte 9 do Livro 2 do Código Civil holandês. O âmbito de tais procedimentos foi substancialmente menor do que o âmbito dos procedimentos efetuados na nossa auditoria às demonstrações financeiras.

O Conselho Executivo é responsável pela preparação das outras informações, incluindo o relatório da administração e as outras informações nos termos da Parte 9 do Livro 2 do Código Civil holandês.

Relatório sobre outros requisitos legais

A nossa nomeação

Fomos nomeados auditores do Coöperatieve Rabobank U.A. em 18 de junho de 2015 pelo Conselho de Supervisão, na sequência da aprovação de uma resolução pelos membros do Conselho Geral realizado em 18 de junho de 2015, para um período total de compromisso ininterrupto de contratação de 4 anos civis, nomeadamente 2016, 2017, 2018 e 2019. Esta resolução está sujeita a renovação anual por parte dos membros.

Responsabilidades para as demonstrações financeiras e a auditoria

Responsabilidades do Conselho Executivo e do Conselho de Supervisão pelas demonstrações financeiras

O Conselho Executivo é responsável:

- pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as IFRS adotadas pela União Europeia e com a Parte 9 do Livro 2 do Código Civil holandês; e pelo
- controlo interno que o Conselho Executivo determinar necessário para permitir a elaboração das demonstrações financeiras, que não contêm distorções relevantes, seja por fraude ou erro.

Como parte da elaboração das demonstrações financeiras, o Conselho Executivo é responsável por avaliar a capacidade da empresa para continuar as suas atividades. Com base nos quadros dos relatórios financeiros mencionados, o Conselho Executivo deve elaborar as demonstrações financeiras através de uma base de continuidade de contabilidade, a menos que o Conselho Executivo tenha a intenção de liquidar a empresa ou de cessar as operações, ou que não haja qualquer outra alternativa realista. O Conselho Executivo deve divulgar nas demonstrações financeiras quaisquer eventos e circunstâncias que possam lançar dúvidas significativas sobre a capacidade da empresa para continuar as suas atividades. O Conselho de Supervisão é responsável pela administração do processo de relato financeiro da empresa.

As nossas responsabilidades na auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade é o planeamento e a execução do compromisso de auditoria de forma que nos permita obter provas de auditoria suficientes e apropriadas para servirem de base para o nosso parecer. O nosso parecer de auditoria visa proporcionar uma garantia razoável sobre a possibilidade de as demonstrações financeiras não conterem distorções relevantes. Uma garantia razoável é um nível de segurança elevado, mas não absoluto, que faz com que seja possível não detetarmos todas as distorções. Podem surgir distorções devido a fraude ou erro. As mesmas são consideradas relevantes se for razoável esperar que, individualmente ou em conjunto, tenham influência sobre as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nas demonstrações financeiras.

A relevância afeta a natureza, o momento e a extensão dos nossos procedimentos de auditoria e a avaliação do efeito que têm as distorções identificadas sobre o nosso parecer.

Apresentamos uma descrição mais detalhada das nossas responsabilidades no anexo ao nosso relatório.

Amesterdão, 8 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers Accountants N.V.

O original foi assinado por P.J. van Mierlo RA

Anexo ao nosso relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras de 2016 do Coöperatieve Rabobank U.A.

Para além do que está incluído no nosso relatório de auditoria, apresentamos neste anexo as nossas responsabilidades na auditoria das demonstrações financeiras e explicamos o que implica uma auditoria.

As responsabilidades da entidade auditora na auditoria das demonstrações financeiras

Ao longo da auditoria, exercemos um julgamento profissional e mantivemos um ceticismo profissional, em conformidade com as Normas de Auditoria Holandesas e os requisitos éticos e de independência. Os nossos objetivos são obter uma garantia razoável da possibilidade de as demonstrações financeiras como um todo não conterem distorções relevantes, devido a fraude ou erro. A nossa auditoria consistiu, entre outras coisas, no seguinte:

- na identificação e avaliação dos riscos de distorções relevantes nas demonstrações financeiras, causadas por fraude ou erro, a conceção e execução de procedimentos de auditoria sensíveis a esses riscos, e a obtenção de provas de auditoria que sejam suficientes e apropriadas para fornecer uma base para o nosso parecer. O risco de não deteção de uma distorção relevante resultante de fraude é maior do que para uma resultante de erro, uma vez que a fraude pode envolver colusão, falsificação, omissão intencional, deturpação, ou a substituição intencional do controlo interno.
- A obtenção de uma compreensão sobre os controlos internos relevantes para a auditoria, a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controlos internos da empresa.
- A avaliação da adequação dos princípios contabilísticos utilizados e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Conselho Executivo.
- A conclusão relativamente à adequação do uso do Conselho Executivo da base da continuidade e, com base nas provas da auditoria obtidas, relativamente à existência de uma incerteza relevante relativa a eventos ou condições que possam lançar dúvidas significativas sobre a capacidade da empresa para continuar as suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, somos obrigados a chamar a atenção, no nosso relatório de auditoria, para as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras ou, se tais divulgações forem desadequadas, a modificar a nossa opinião. As nossas conclusões têm por base as provas obtidas até à data do nosso relatório de auditoria e são elaboradas no contexto do nosso parecer sobre as demonstrações financeiras como um todo. No entanto, futuros eventos ou condições podem fazer com a empresa deixe de ter capacidade para continuar as suas atividades.

- A avaliação da apresentação, da estrutura e do conteúdo globais das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações; e a avaliação da eventualidade de as demonstrações financeiras representarem as transações e os eventos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Considerando a nossa responsabilidade final pelo parecer sobre as demonstrações financeiras do Banco, somos responsáveis pela direção, a supervisão e o desempenho da auditoria do grupo. A este respeito, determinámos a natureza e a extensão dos procedimentos de auditoria para os componentes do grupo para garantir que realizámos trabalho suficiente para sermos capazes de emitir um parecer sobre as demonstrações financeiras como um todo. Fatores determinantes são a estrutura geográfica do grupo, a importância e/ou o perfil de risco das entidades ou atividades do grupo, os processos e controlos contabilísticos e a indústria em que o grupo opera. Nesta base, seleccionámos as entidades do grupo para as quais foi considerada necessária uma auditoria ou revisão de informações financeiras ou saldos específicos.

Estamos em contacto com o Conselho de Supervisão no que respeita, entre outros assuntos, ao âmbito e ao momento planeados da auditoria e aos resultados significativos da mesma, incluindo quaisquer anomalias significativas no controlo interno que tenhamos identificado durante a nossa auditoria.

Fornecemos ao Conselho de Supervisão uma declaração em como cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência, e comunicamos todos os relacionamentos e outras questões que possam razoavelmente apoiar a nossa independência, e quando aplicável, salvaguardas relacionadas.

Dos assuntos comunicados ao Conselho de Supervisão, determinamos aqueles que tiveram uma maior importância na auditoria às demonstrações financeiras do período atual e que são, portanto, os assuntos chave da auditoria. Descrevemos esses assuntos no relatório de auditoria, a menos que a lei ou o regulamento se oponham à divulgação pública dos mesmos ou quando, em circunstâncias extremamente raras, a não divulgação seja do interesse público.

Relatório de garantia de auditoria independente

Para: Conselho Geral e Conselho de Supervisão do Coöperatieve Rabobank U.A.

Âmbito

Efetuámos um compromisso de garantia no sentido de relatarmos a eficácia do controlo interno sobre os relatórios financeiros consolidados do Coöperatieve Rabobank U.A. (em seguida 'Rabobank') em 31 de dezembro de 2016, com base em critérios estabelecidos no 'Controlo Interno - Quadro Integrado' publicados pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (Comité de Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway) ("quadro de 2013") - os critérios COSO.

Os controlos internos da empresa sobre os relatórios financeiros são um processo desenvolvido para fornecer uma garantia razoável em relação à confiabilidade dos relatórios financeiros e à elaboração das demonstrações financeiras de acordo com o quadro de relato financeiro aplicável. Os controlos internos de uma empresa sobre os relatórios financeiros incluem políticas e procedimentos que:

1. dizem respeito à manutenção de registos que, num detalhe razoável, refletem precisa e adequadamente as transações e as alienações dos ativos da empresa;
2. fornecem uma garantia razoável de que as transações são registadas, tal como necessário, para permitir a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia e a Parte 9 do Livro 2 do Código Civil holandês, e que as receitas e despesas da empresa estão a ser efetuadas exclusivamente de acordo com as autorizações da Administração da empresa; e
3. fornecem uma garantia razoável em relação à prevenção ou deteção oportuna de aquisição não autorizada, uso ou alienação dos ativos da empresa que possam ter um efeito material sobre as demonstrações financeiras.

Responsabilidade do Conselho Executivo

O Conselho Executivo do Rabobank é responsável por manter um controlo interno eficaz sobre os relatórios financeiros, assim como pela avaliação da eficácia dos controlos internos sobre os relatórios financeiros, incluídos no relatório do Conselho Executivo anexo sobre os controlos internos dos relatórios financeiros.

A declaração do Conselho Executivo sobre a sua avaliação da eficácia dos controlos internos sobre os relatórios financeiros está incluída na página 52 das declarações financeiras consolidadas.

Responsabilidade do auditor

Os nossos procedimentos foram concebidos para nos permitirem expressar um parecer de garantia razoável sobre a eficácia do controlo interno do Rabobank sobre o relato financeiro consolidado em 31 de dezembro de 2016. Conduzimos o nosso compromisso de garantia de acordo com a lei holandesa, incluindo a ISAE 3000 'Trabalho de assecuração diferente de auditoria ou revisão de informações financeiras históricas', com base nos critérios COSO. Tal exige o nosso planeamento e execução do compromisso de garantia, de forma a obter a segurança razoável acerca da eficácia do controlo interno sobre os relatórios financeiros e a sua manutenção em todos os aspetos relevantes. O nosso compromisso de garantia incluiu a obtenção de um entendimento dos controlos internos sobre relatórios financeiros, avaliando o risco da existência de uma fragilidade relevante, e o teste e a avaliação da conceção e da eficácia operacional dos controlos internos, com base no risco avaliado e outros procedimentos que considerámos necessários nas circunstâncias. Acreditamos que as provas obtidas são suficientes e apropriadas, proporcionando uma base para o nosso parecer.

Limitações inerentes

Em virtude das suas limitações inerentes, os controlos internos sobre relatórios financeiros podem não evitar ou detetar erros. Além do mais, as projeções de qualquer avaliação de eficácia para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que o controlo se torne inadequado, devido a mudanças nas condições, ou que o grau de cumprimento das políticas ou procedimentos se deteriore.

Parecer

O nosso parecer tem por base os assuntos tal como explicados no presente relatório de garantia.

Em nossa opinião, o Rabobank manteve, em todos os aspetos relevantes, um controlo interno eficaz sobre o relato financeiro consolidado em 31 de dezembro de 2016, com base nos critérios COSO.

Amsterdão, 8 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers Accountants N.V.

O original foi assinado por P.J. van Mierlo RA